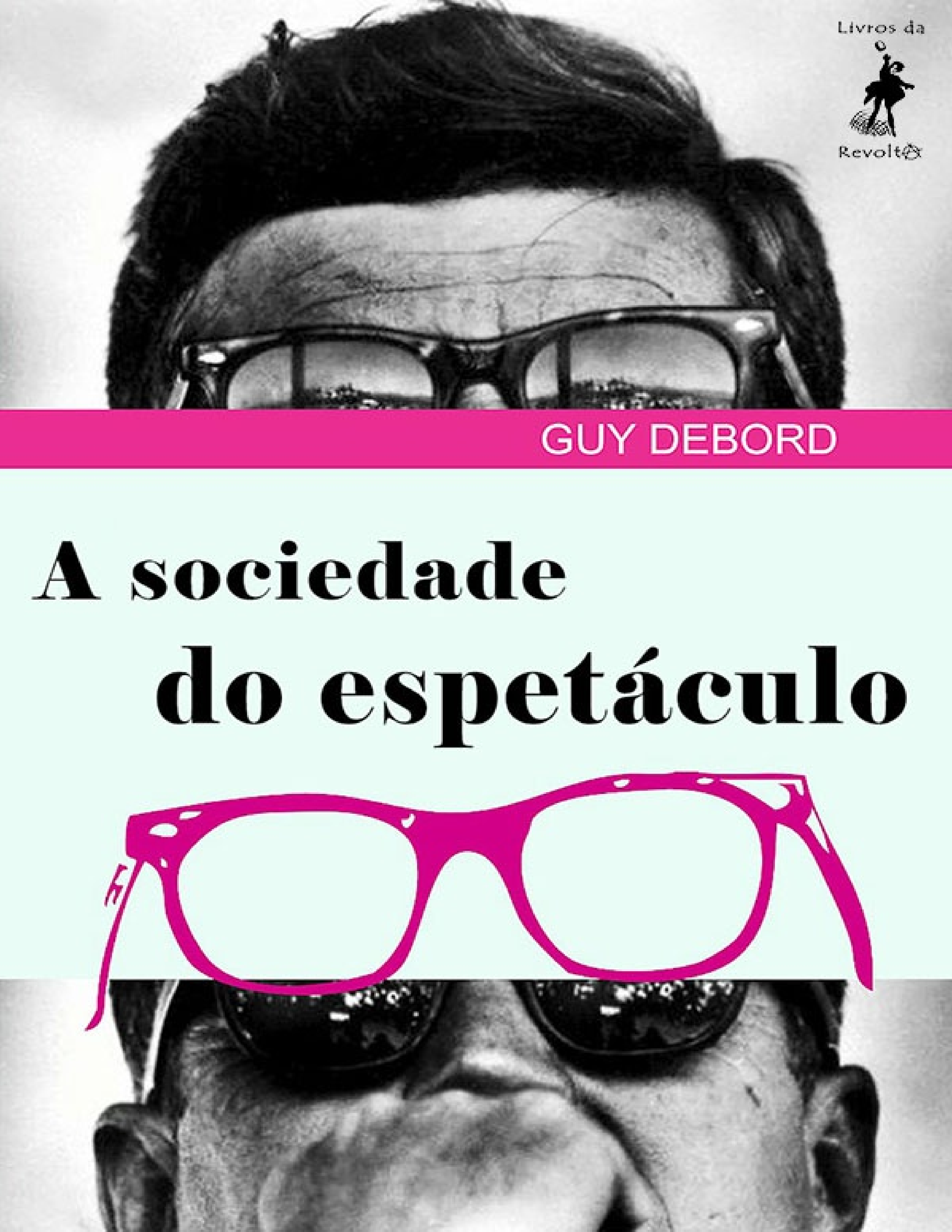
Livros da Revolta



GUY DEBORD

A sociedade do espetáculo

A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO

e outros textos

Guy Debord

1967

Livros da Revolta

«A teoria revolucionária é, agora, inimiga de toda a ideologia revolucionária e sabe que o é.»

«As ideias se aperfeiçoam. O sentido das palavras também. Plagiar é necessário. O avanço implica-o. Ele acerca-se estreitamente da frase de um autor, serve-se das suas expressões, suprime uma ideia falsa, substitui-a pela ideia justa.»

A arte de desmascarar

Introdução por Anselm Jappe

A Sociedade do Espetáculo: um dos principais libelos contra o capitalismo.

(Fonte original: Especial para a Folha, *editoria* MAIS!, *página 5-4 8/8372, 17 de agosto de 1997.)*

Autor de **Guy Debord,** *publicado na Itália e na França e, proximamente, nos EUA e no Brasil. É colaborador da revista* **Krisis,** *dirigida por Robert Kurz. Tradução de Roberta Barni.*

"Sociedade do espetáculo": esta expressão já está em voga, especialmente ao se falar de televisão. No Brasil, parece se impor mais do que em outros lugares. Poucos, porém, sabem que, na origem, este era o título de um livro de Guy Debord, agora traduzido pela primeira vez no Brasil (Ed. Contraponto).

Lançado na França em 1967, *A Sociedade do Espetáculo* tornou-se inicialmente livro de culto da ala mais extremista do Maio de 68, em Paris; hoje é um clássico em muitos países. Em um prefácio de 1982, o autor sustentava com orgulho que o seu livro não necessitava de nenhuma correção.

O "espetáculo" de que fala Debord vai muito além da onipresença dos meios de comunicação de massa, que representam somente o seu aspecto mais visível e mais superficial. Em 221 brilhantes teses de concisão aforística e com múltiplas alusões ocultas a autores conhecidos, Debord explica que o espetáculo é uma forma de sociedade em que a vida real é pobre e fragmentária, e os indivíduos são obrigados a contemplar e a consumir passivamente as imagens de tudo o que lhes falta em sua existência real.

Têm de olhar para outros (estrelas, homens políticos etc.) que vivem em seu lugar. A realidade torna-se uma imagem, e as imagens tornam-se realidade; a unidade que falta à vida, recupera-se no plano da imagem. Enquanto a primeira fase do domínio da economia sobre a vida caracterizava-se pela notória degradação do ser em ter, no espetáculo chegou-se ao reinado soberano do aparecer. As relações entre os homens já não são mediadas apenas pelas coisas, como no fetichismo da mercadoria de que Marx falou, mas diretamente pelas imagens.

Para Debord, no entanto, a imagem não obedece a uma lógica própria, como pensam, ao contrário, os pós-modernos "a la Baudrillard", que saquearam amplamente Debord. A imagem é uma abstração do real, e o seu predomínio, isto é, o espetáculo, significa um "tornar-se abstrato" do mundo. A abstração generalizada, porém, é uma consequência da sociedade capitalista da mercadoria, da qual o

espetáculo é a forma mais desenvolvida. A mercadoria se baseia no valor de troca, em que todas as qualidades concretas do objeto são anuladas em favor da quantidade abstrata de dinheiro que este representa. No espetáculo, a economia, de meio que era, transformou-se em fim, a que os homens submetem-se totalmente, e a alienação social alcançou o seu ápice: o espetáculo é uma verdadeira religião terrena e material, em que o homem se crê governado por algo que, na realidade, ele próprio criou.

Nessa base, Debord condena toda a sociedade existente, não somente fraquezas individuais e imperfeições. Em 1967, Debord distinguia dois tipos de espetáculo. O "difundido" (o tipo ocidental, "democrático") caracterizava-se pela abundância de mercadorias e por uma aparente liberdade de escolha. No espetáculo "concentrado", ou seja, nos regimes totalitários de toda a espécie, a identificação mágica com a ideologia no poder era imposta a todos para suprir a falta de um real desenvolvimento econômico.

Toda a forma de poder espetacular justificava-se denunciando a outra; e nenhum sistema, além destes dois, devia ser imaginável. Debord, portanto, reconheceu na URSS, nada menos do que 25 anos antes de seu fim, uma forma subalterna - e destinada, enfim, a sucumbir - da sociedade da mercadoria. Mas, por um longo período, enquanto existia um proletariado inquieto, o comunismo de Estado desempenhou uma função essencial para o espetáculo ocidental: a de assegurar que os rebeldes potenciais se identificassem com a mera imagem da revolução, delegando a ação real aos Estados e aos partidos comunistas totalmente cúmplices do espetáculo ocidental; ou, então, a pressupostos revolucionários muito distantes, no Terceiro Mundo.

Debord anunciou, no entanto, o aparecimento de um movimento de contestação de tipo novo: retomando o conteúdo liberatório da arte moderna, teria como programa a revolução da vida cotidiana, a realização dos desejos oprimidos, a recusa dos partidos, dos sindicatos e de todas as outras formas de luta alienadas e hierárquicas, a abolição do dinheiro, do Estado, do trabalho e da mercadoria. Por isto, Debord sempre considerou o conteúdo profundo de 1968 como uma confirmação de suas ideias.

Teve, porém, de admitir, em *Comentários Sobre a Sociedade do Espetáculo* (1988), que o domínio espetacular conseguiu se aperfeiçoar e vencer todos os seus adversários; de modo que agora é a sua própria dinâmica, a sua desenfreada loucura econômica a arrastá-lo em direção à irracionalidade total e à ruína.

Os dois tipos anteriores de espetáculo deram lugar, no mundo todo, a um único tipo: o "integrado". Sob a máscara da democracia, este remodelou totalmente a sociedade segundo a própria imagem, pretendendo que nenhuma alternativa seja sequer concebível. Nunca o poder foi mais perfeito, pois consegue falsificar tudo, desde a cerveja, o pensamento e até os próprios revolucionários. Ninguém pode verificar nada pessoalmente. Ao contrário, temos de confiar em imagens, e, como se

não bastasse, imagens que outros escolheram. Para os donos da sociedade, o espetáculo integrado é muito mais conveniente do que os velhos totalitarismos. A América Latina sabe algo a respeito.

Mas Debord (1931-1994) não é apenas um dos poucos autores de inspiração marxista que hoje podem dar uma contribuição válida para a análise do capitalismo globalizado e pós-moderno. Ele também fascina por sua vida singular, sem compromissos e conforme as suas teorias.

A busca da aventura e da vida "verdadeira" esteve na base de sua vida pessoal - da qual a sua autobiografia *Panegírico* e os seus filmes falam -, assim como de sua teoria. Levou uma existência intencionalmente "maldita", às margens da sociedade, sem um trabalho reconhecido, sem nenhum contato com as instituições, sem nunca ter frequentado uma universidade, concedido uma entrevista ou participado de um congresso e, no entanto, conseguiu fazer com que fosse ouvido.

Levou adiante a sua batalha contra a sociedade espetacular exclusivamente com os meios que ele próprio criou para si: em primeiro lugar, com a Internacional Situacionista, uma pequena organização que existiu entre 1957 e 1972 e que se originou da decomposição do surrealismo parisiense e de outras experiências artísticas. Com a revista homônima e novos meios de agitação (quadrinhos, organização de escândalos), os situacionistas souberam prefigurar, muito melhor do que a esquerda "política", as novas linhas de conflito na sociedade "da abundância".

Entre outras coisas, criticavam impiedosamente a nova arquitetura e o vazio e o tédio do pós-guerra. Com poucas intervenções miradas, os situacionistas fizeram com que ideias subversivas - que, por volta de 1960, eram compartilhadas por um punhado de pessoas - se tornassem, em 1968 e posteriormente, um fator histórico de primeira ordem.

Os situacionistas, e particularmente Debord, distinguem-se pelo estilo inconfundível, e não somente no plano literário. Era o resultado da mistura entre um conteúdo radical - que remetia, entre outros, aos dadaístas, aos anárquicos e à vida popular parisiense - e um tom sofisticado e aristocrático, com muitas referências à cultura clássica francesa. Este estilo, assim como a sua verve polêmica, mesmo para com todos os supostos contestadores (esquerda oficial, artistas "engajados" etc.), sua inacessibilidade e a sua transgressividade nas formas, logo os cercou de um ódio significativo, mas sobretudo de uma aura de mistério. Que ainda vive, 30 anos depois: com efeito, ainda se publicam textos dos situacionistas e sobre eles, embora amiúde procurem fazê-los passar exclusivamente por última "vanguarda cultural". Na França, ao contrário, só querem enxergar em Debord o escritor. Ainda hoje não querem perdoá-lo por ter escrito *A Sociedade do Espetáculo.*

Prólogo para a terceira edição francesa

A Sociedade do Espetáculo publicou-se pela primeira vez no editorial Buhet-Chastel de Paris em 1967. Os distúrbios de Maio de 68 deram-na a conhecer. Desde 1971, o livro, do qual não foi alterada uma única palavra, foi reeditado pelas Editions Champ Libre que, após o assassinato do seu editor em 1984, adoptaram o nome de Gérard Lebovici. As reimpressões sucederam-se regularmente até 1971. Também a presente edição é rigorosamente idêntica à de 1967, e a mesma regra presidirá à edição de todos os livros da Editorial Gallimard.

Uma teoria crítica como a contida nesta livro não precisa alteração alguma enquanto não desaparecerem as condições gerais do dilatado período histórico que ela foi a primeira a definir com exatidão. O desenvolvimento subsequente deste período não fez mais que confirmar e ilustrar a teoria do espetáculo cuja exposição, agora repetida, pode também considerar-se como histórica num sentido mais modesto: dá-nos testemunho das posições mais extremas durante as lutas de 1968 e, portanto, vislumbra já o que poderia suceder nesse ano. Os mais iludidos de então, tiveram, entretanto, ocasião de inteirar-se, pelos desenganos da sua existência, do significado de fórmulas como «a negação da vida que se torna visível», «a perda da qualidade» ligada à forma mercantil e à «proletarização do mundo».

Para além disso, com o tempo, foram-se acumulando algumas observações acerca das novidades mais importantes no curso ulterior deste mesmo processo. Em 1979, aproveitando a ocasião que me oferecia um prefácio destinado a uma nova tradução italiana, ocupei-me das transformações ocorridas na própria natureza industrial, tal como nas técnicas de governo, nas quais começava a autorizar-se o uso da força espetacular. Em 1988, meus *Comentários sobre a sociedade do espetáculo* deixaram claramente estabelecido que a antiga «divisão mundial do trabalho espetacular» entre os impérios rivais de «o espetacular concentrado» e «espetacular difuso» havia acabado com uma fusão que deu lugar à forma comum de «o espetacular integrado».

Esta fusão pode comentar-se sumariamente retificado a tese 105, a qual, referindo-se ao ocorrido em 1967, distinguia essas duas formas anteriores, assinalando práticas opostas em cada uma delas. Ao haver terminado em reconciliação o Grande Cisma do poder de classe, havia que dizer que as práticas unificadas do espetacular integrado haviam conseguido, nos nossos dias, «transformar economicamente o mundo» e, ao mesmo tempo, «transformar policialmente a percepção» (numa atitude na qual a polícia enquanto tal é algo completamente novedoso). O mundo só pôde proclamar-se oficialmente unificado porque previamente se havia produzido esta fusão na realidade económico-política à escala mundial. E, ainda assim, se o mundo tinha necessidade de reunificar-se

rapidamente, isso se devia à gravidade que representava um poder separado na situação universal a que havemos chegado. O mundo necessitava participar como um só bloco na mesma organização consensual do mercado mundial, espetacularmente falsificado e garantido. Mas, por fim, não haverá unificação.

A burocracia totalitária, «relevo da classe dominante da economia dominante», nunca confiou demasiado no futuro. Tinha consciência de ser «uma forma subdesenvolvida de classe dominante», e aspirava algo melhor. Fazia já tempo que a tese 58 havia estabelecido o seguinte axioma: «o espetáculo funda as suas raízes numa economia da abundância, e dela procedem os frutos que tendem a dominar finalmente o mercado do espetáculo».

Esta vontade de modernização e unificação do espetáculo é a que levou a burocracia russa a converter-se repentinamente, em 1989 à atual ideologia da democracia: isto é, à liberdade ditatorial do Mercado, moderada pelo reconhecimento dos Direitos do Homem espectador. Ninguém no Ocidente fez o menor comentário crítico acerca do significado e as consequências de tão extraordinário acontecimento mediático, o que prova por si mesmo o progresso da técnica espetacular. A única coisa que se pôde registar foi a aparência de um fato de natureza geológica. Fecha-se o fenómeno, considerando-o suficientemente compreendido, e contentando-se em reter um sinal tão elementar como a queda do muro de Berlim, tão discutível como os restantes sinais democráticos.

Os primeiros efeitos da modernização detectaram-se em 1991, com a completa dissolução da Rússia. Aí vemos exposto com mais clareza que no Ocidente, o desastroso resultado da evolução geral da economia. Os caos não é mais que a sua consequência. Em todas as partes se encontra a mesma terrível pergunta, que desde à dois séculos se faz ao mundo inteiro. Como fazer trabalhar os pobres ali onde se desvaneceu toda a ilusão e toda a força desapareceu?

A tese 111, ao reconhecer os primeiros sintomas do crepúsculo russo a cuja explosão final acabamos de assistir, e antecipando-se à eminente desaparição daquilo que, como diríamos hoje, *se borrará de la memoria del ordenador*, e enunciava este juízo estratégico, cuja exatidão será fácil de conceder: «A decomposição mundial da aliança da mistificação burocrática é, em última instancia, o fator mais desfavorável ao desenvolvimento da sociedade capitalista».

É preciso ler este livro considerando que ele foi deliberadamente escrito na intenção de se opor à sociedade espetacular. Nunca é demais dizê-lo.

30 de junho de 1992 - GUY DEBORD

PREFÁCIO À QUARTA EDIÇÃO ITALIANA DE "A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO"

(**Nota do editor deste ebook:** esse prefácio é um tanto longo e faz diversas referências à assuntos relativos à Itália. Se o leitor preferir, para uma leitura mais fluida, poderá pulá-lo e ir diretamente ao texto das teses da *Sociedade do Espetáculo*, e, depois, voltar aqui para o ler)

Várias traduções deste livro, publicado em Paris nos finais de 1967, apareceram já numa dezena de países; mais frequentemente diversas foram produzidas na mesma língua, por editores em concorrência; e são quase sempre más. As primeiras traduções foram por todo o lado infiéis e incorretas, à exceção de Portugal e, talvez, da Dinamarca. As traduções publicadas em holandês e em alemão são boas a partir das segundas tentativas, ainda que o editor alemão desta vez tenha negligenciado corrigir na impressão uma multidão de gralhas. Em inglês e em espanhol é preciso esperar pelas terceiras para se saber o que escrevi. Contudo não se viu nada pior que em Itália onde, desde 1968, o editor De Donato pôs em circulação a mais monstruosa de todas; a qual só foi parcialmente melhorada pelas duas traduções rivais que se seguiram. Aliás, nessa altura, Paolo Salvadori, indo encontrar os responsáveis por este exagero nos seus escritórios, foi-lhes às trombas, tendo-lhes cuspido, literalmente, na cara: pois esta é a maneira natural de agir dos bons tradutores, quando se deparam com os maus. Basta dizer que a quarta tradução italiana, feita por Salvadori, é finalmente excelente.

Esta extrema carência de tantas traduções que, à exceção das quatro ou cinco melhores, não me foram submetidas, não quer dizer que este livro seja mais difícil de compreender que qualquer outro que tenha alguma vez realmente merecido ser escrito. Este tratamento não é só particularmente reservado às obras subversivas, porque neste caso os falsificadores pelo menos não têm a recear ser citados pelo autor perante os tribunais; ou porque a inépcia acrescentada ao texto favorecerá muito pouco as veleidades de refutação pelos ideólogos burgueses ou burocráticos. Não podemos esquecer-nos de constatar que a grande maioria das traduções publicadas nos últimos anos, seja em que país for, e mesmo quando se trata de clássicos, são tratadas da mesma maneira. O trabalho intelectual assalariado tende normalmente a seguir a lei da produção industrial da decadência, onde o lucro do empresário depende da rapidez da execução e da má qualidade do material utilizado. Esta produção, tão arrogantemente libertada de toda a aparência de atenção pelo gosto do público, desde que, concentrada financeiramente e, portanto, melhor equipada tecnologicamente, detém em monopólio, em todo o espaço do

mercado, a presença não qualitativa da oferta, pôde especular com uma audácia crescente sobre a submissão forçada da procura, e sobre a perda do gosto que dela é momentaneamente a consequência na massa da sua clientela. Quer se trate de uma casa, da carne de vaca, ou do fruto do espírito ignorante dum tradutor, a consideração que se impõe soberanamente é que, de ora avante, se pode obter mais depressa a menor custo aquilo que antes exigia bastante tempo de trabalho qualificado. É bem verdade, de resto, que os tradutores têm poucas razões para preocupar-se sobre o sentido de um livro, e sobretudo em aprender primeiramente a língua em questão, quando quase todos os autores atuais escreveram, eles próprios, com uma pressa tão manifesta, livros que vão passar de moda num tempo tão breve. Porquê traduzir bem aquilo que já era inútil escrever, e que não será lido? É por este lado da sua harmonia especial que o sistema espetacular é perfeito; ele desmorona-se por outros lados.

Entretanto, esta prática corrente da maior parte dos editores não se adapta no caso de *A Sociedade do Espetáculo,* que interessa a um outro público, para um outro uso. Existem, de uma maneira claramente mais nítida que outrora, diversos tipos de livros. Muitos não chegam sequer a ser abertos; e poucos são recopiados nas paredes. Estes últimos obtêm precisamente a sua popularidade, e o seu poder de convicção, do fato de que as instâncias desprezadas do espetáculo não falam deles, ou apenas dizem algumas trivialidades de passagem. Os indivíduos que deverão jogar as suas vidas a partir de uma descrição certa das forças históricas e do seu uso têm, certamente, desejo de examinarem eles próprios os documentos através de traduções rigorosamente exatas. Sem dúvida, nas condições presentes de produção super-multiplicada e de difusão super-concentrada de livros, os títulos, na quase-totalidade, só conhecem o êxito ou mais frequentemente o inêxito, durante algumas semanas após o seu lançamento. O que aparece da edição atual assenta nisto a sua política do arbitrário apressado e do fato consumado, que convém bastante aos livros de que apenas se falará, e de qualquer maneira, uma só vez. Este privilégio falha aqui, e é complemente vão traduzir o meu livro à pressa, já que a tarefa será sempre recomeçada por outros; e as más traduções serão incessantemente suplantadas por melhores.

Um jornalista francês, que, recentemente, redigiu um espesso volume, anunciado como próprio para renovar todo o debate de ideias, alguns meses depois, explicava o seu falhanço pelo fato de que lhe teriam faltado leitores, mais que faltado ideias. Declarava, portanto, que estamos numa sociedade onde não se lê; e que se Marx publicasse hoje O *Capital,* iria uma noite explicar as suas intenções numa emissão literária da televisão, e no dia seguinte já não se falava disso. Este ridículo erro cheira mesmo ao seu meio de origem. Evidentemente, se alguém publica nos nossos dias um verdadeiro livro de crítica social, abster-se-á certamente de ir à televisão, ou aos outros colóquios do mesmo gênero; de tal modo que, dez ou vinte anos depois, ainda se falará dele.

Para dizer a verdade, creio que não existe ninguém no mundo que seja capaz de

interessar-se pelo meu livro, fora aqueles que são inimigos da ordem social existente, e que agem efetivamente a partir desta situação. A minha certeza a este respeito, bem alicerçada em teoria, é confirmada pela observação empírica das raras e indigentes críticas ou alusões por ele suscitadas entre aqueles que detêm, ou ainda estão a esforçar-se por adquirir, a autoridade de falar publicamente no espetáculo, perante outros que se calam. Estes diversos especialistas das aparências de discussões a que se chama ainda, mas abusivamente, culturais ou políticas, alinharam necessariamente a sua lógica e a sua cultura pelas do sistema que pode empregá-los; não somente porque foram selecionados por ele, mas sobretudo porque nunca foram instruídos por outro diferente. De todos aqueles que citaram este livro para reconhecer-lhe importância, não vi até agora um único que se arriscasse a dizer, pelo menos sumariamente, de que tratava: de fato, para eles, só se tratava de dar a impressão que não o ignoravam. Simultaneamente todos aqueles que lhe encontraram um defeito parecem não lhe ter encontrado outros, já que nada disseram de diferente. Mas de cada vez o defeito preciso tinha algo de suficiente para satisfazer o seu descobridor.

Um tinha visto este livro não abordar o problema do Estado; outro tinha visto não ter em nenhuma conta a existência da história; um outro repeliu-o enquanto elogio irracional e incomunicável da pura destruição; um outro condenou-o como sendo o guia secreto da conduta de todos os governos constituídos depois do seu aparecimento. Outros cinquenta chegaram imediatamente a outras tantas conclusões singulares, no mesmo sono da razão. E quer tenham escrito isto em jornais, em livros, ou nos panfletos feitos *ad-hoc,* o mesmo tom de impotência caprichosa foi usado por todos, à falta de melhor. Em compensação, segundo eu sei, é nas fábricas de Itália que este livro encontrou, por agora, os seus melhores leitores. Os operários de Itália, que podem hoje ser dados como exemplo aos seus camaradas de todos os países pelo seu absentismo, as suas greves selvagens que não mitigam nenhuma concessão particular, a sua lúcida recusa do trabalho, o seu desprezo pela lei e por todos os partidos estatais, conhecem muito bem o assunto pela prática para ter podido tirar proveito das teses de *A Sociedade do Espetáculo,* mesmo quando liam apenas traduções medíocres.

Quase sempre, os comentadores fizeram de conta não compreender a que uso se podia destinar um livro que não saberiam classificar em nenhuma das categorias das produções intelectuais que a sociedade ainda dominante quer ter em consideração, e que não é escrito do ponto de vista de nenhuma das profissões especializadas que ela encoraja. As intenções do autor parecem, portanto, obscuras. Porém nada têm de misterioso. Clausewitz, em *A Campanha de* 1815 *em França,* notou: «Em toda a crítica estratégica, o essencial é colocar-se exatamente no ponto de vista dos atores; é verdade que isto é frequentemente muito difícil. A grande maioria das críticas estratégicas desapareceria complemente, ou reduzir-se-ia a ligeiras diferenças de compreensão, se os escritores quisessem ou pudessem colocar-se, pelo pensamento, em todas as circunstâncias em que se encontram os

atores.»

Em 1967, eu quis que a Internacional Situacionista tivesse um livro de teoria. A I.S. era nesse momento o grupo extremista que mais tinha feito para trazer de volta a contestação revolucionária à sociedade moderna; e era fácil de ver que este grupo, tendo já imposto a sua vitória no terreno da crítica teórica, e tendo-a habilmente prosseguido no da agitação prática, aproximava-se então do ponto culminante da sua ação histórica. Portanto, tratava-se de que um tal livro estivesse presente nas alterações que viriam em breve, e que o transmitiriam depois delas, à vasta continuação subversiva que não poderiam deixar de abrir. É sabida a forte tendência dos homens para repetir inutilmente os fragmentos simplificados das teorias revolucionárias antigas, cuja usura lhes é escondida pelo simples fato de que não tentam aplicá-las a qualquer luta efetiva, para transformar as condições em que se encontram verdadeiramente; de tal forma que compreendem pouco melhor como estas teorias puderam, com sortes diversas, ser determinantes nos conflitos doutros tempos. Apesar disto, não oferece dúvida para quem examina friamente a questão, que aqueles que querem abalar realmente uma sociedade estabelecida devem formular uma teoria que explique fundamentalmente esta sociedade; ou pelo menos que tenha todo o ar de dar dela uma explicação satisfatória. Assim que esta teoria é um pouco divulgada, na condição de que o seja nos afrontamentos que perturbam a tranquilidade pública, e mesmo antes dela chegar a ser exatamente compreendida, o descontentamento por toda a parte em suspenso será agravado e atiçado, pelo simples conhecimento vago da existência de uma condenação teórica da ordem das coisas. E depois, é começando a dirigir com cólera a guerra da liberdade, que todos os proletários podem tornar-se estrafegas.

Sem dúvida, uma teoria geral calculada para este fim deve em primeiro lugar evitar aparecer como uma teoria visivelmente falsa; e portanto não deve expor-se ao risco de ser contraditada pela sucessão dos fatos. Mas é preciso também que seja uma teoria perfeitamente inadmissível. É necessário que possa declarar mau, perante a estupefação indignada de todos aqueles que o acham bom, o próprio centro do mundo existente, descobrindo-lhe a natureza exata. A teoria do espetáculo responde a estas duas exigências.

O primeiro mérito duma teoria crítica exata é fazer instantaneamente parecer ridículas todas as outras. Assim, em 1968, enquanto as outras correntes organizadas, no movimento de negação pelo qual começava a degenerescência das formas de dominação deste tempo, vieram defender o seu próprio atraso e as suas curtas ambições, nenhuma dispunha dum livro de teoria moderna, nem mesmo reconheceram nada de moderno no poder da classe que se tratava de derrubar, os situacionistas foram capazes de expor a única teoria da temível revolta de Maio; e a única que fazia a apreciação dos novos danos relevantes, que ninguém tinha dito. Quem chora pelo consenso? Nós matamo-lo. *Cosa fatta capo ha.*

Quinze anos antes, em 1952, quatro ou cinco indivíduos pouco recomendáveis de

Paris decidiram buscar de novo a superação da arte. Aconteceu que, pela consequência feliz duma marcha arrojada neste caminho, as velhas linhas de defesa que tinham quebrado as ofensivas precedentes da revolução social encontravam-se devassadas e alteradas. Descobriu-se ali a ocasião de lançar uma outra. Esta superação da arte é a «passagem do noroeste» da geografia da verdadeira vida, que tinha tantas vezes sido procurada durante mais de um século, especialmente a partir da poesia moderna autodestruindo-se. As tentativas precedentes em que tantos exploradores se perderam, não tinham nunca aberto passagem diretamente sobre uma tal perspectiva. Foi provavelmente porque lhes restava ainda alguma coisa para devastar da velha província artística, e sobretudo porque a bandeira das revoluções parecia estar anteriormente empunhada por outras mãos, mais experimentadas. Mas também nunca esta causa tinha sofrido uma derrota tão completa, nem tinha deixado o campo de batalha tão vazio, como no momento em que ali chegamos e ali alinhamos. Creio que a recordação destas circunstâncias é a melhor explicação que pode dar-se para as ideias e estilo de *A Sociedade do Espetáculo.* E quanto a esta coisa, se se quiser lê-la bem, ver-se-á que os quinze anos passados por mim a examinar atentamente a ruína do Estado, não os passei a dormir nem a brincar.

Não há uma palavra a mudar neste livro, do qual, fora três ou quatro gralhas tipográficas, nada foi corrigido ao longo da dezena de reimpressões que conheceu em França. Gabo-me de ser um muito raro exemplo contemporâneo de alguém que escreveu sem ser em seguida desmentido pelo acontecimento, e não quero dizer desmentida cem vezes ou mil vezes, como os outros, mas apenas uma única vez. Não duvido de que a confirmação que encontram todas as minhas teses não deva continuar até ao fim do século, e mesmo para além. A razão é simples: compreendi os fatores constitutivos do espetáculo «no curso do movimento e consequentemente pelo seu lado efêmero», quer dizer, encarando o conjunto do movimento histórico que pôde edificar esta ordem, e que agora começa a dissolvê-la. A esta escala, os onze anos passados depois de 1967, e dos quais pude conhecer de bem perto os conflitos, não foram mais que um momento da continuação necessária daquilo que estava escrito; ainda que, no próprio espetáculo, estes anos tenham sido preenchidos pelo aparecimento e substituição de seis ou sete gerações de pensadores mais definitivos uns que os outros. Durante este tempo, o espetáculo não fez mais que unir com mais rigor o seu conceito, e o movimento real da sua negação não fez mais que propagar-se extensivamente e intensivamente.

Pertencia, com efeito, à própria sociedade espetacular acrescentar qualquer coisa de que este livro, creio, não tinha necessidade: as provas e exemplos mais grosseiros e mais convincentes. Pôde ver-se a falsificação aumentar e descer até à fabricação das coisas mais triviais, como uma bruma pegajosa que se acumula ao nível do solo de toda a existência quotidiana. Pôde ver-se pretender em absoluto, até à loucura «telepática», o controlo técnico e policial dos homens e das forças naturais, controlo por meio do qual os erros aumentam exatamente tão rápido como

os meios. Pôde ver-se a mentira estatal desenvolver-se em si e para si, tendo de tal modo esquecido o seu vínculo conflitual com a verdade e a verossimilhança, que ela própria pode esquecer-se a si mesma e substituir-se de hora a hora. A Itália teve recentemente a ocasião de contemplar esta técnica, à volta do rapto e execução mandada de Aldo Moro, no ponto mais alto a que nunca tinha chegado, e que, portanto, será em breve ultrapassado, aqui ou acolá. A versão das autoridades italianas, agravada mais que melhorada por cem retoques sucessivos, e que todos os comentadores se sentiram no dever de aceitar publicamente, não foi um só instante credível. A sua intenção não era ser acreditada, mas ser a única em montra; e depois ser esquecida, exatamente como um mau livro.

Foi uma ópera mitológica com grandes maquinações, onde heróis terroristas em transformações são raposas para apanhar na cilada a sua presa, leões para nada recear de ninguém durante tanto tempo que a detêm, e carneiros para não tirar deste golpe a mais pequena coisa prejudicial ao regime que fingiam desafiar. Diz-se que tiveram a sorte de enfrentar-se à mais incapaz das polícias, e que além disso puderam infiltrar-se à vontade nas suas mais altas esferas. Esta explicação é pouco dialética. Uma organização sediciosa que colocasse certos dos seus membros em contato com os serviços de segurança do Estado, a não ser que os introduzisse lá vários anos antes para ali fazerem lealmente a sua tarefa, até que chegue uma grande ocasião de serem úteis, deveria estar à espera de que os seus manipuladores fossem, por vezes eles próprios, manipulados; e estaria portanto privada dessa olímpica segurança da impunidade que caracteriza o chefe de estado-maior da «brigada vermelha». Mas o Estado italiano diz melhor, com a aprovação unânime daqueles que o apoiam. Pensou, exatamente como qualquer outro, em infiltrar agentes dos seus serviços especiais nas redes terroristas clandestinas, onde lhes é tão fácil depois assegurar uma rápida carreira até à direção, e em primeiro lugar fazendo cair os seus superiores, como fizeram, por conta da Okhana czarista, Malinovsky que enganou mesmo o astuto Lenine, ou Azev que, uma vez à cabeça da «organização de combate» do partido socialista-revolucionário, desenvolveu a mestria até fazer assassinar o primeiro ministro Stolypine. Uma única coincidência infeliz veio entravar a boa vontade do Estado: os seus serviços especiais acabavam de ser dissolvidos. Um serviço secreto, até aqui, não fora nunca dissolvido como, por exemplo, a carga de um petroleiro gigante nas águas costeiras, ou uma fração da produção industrial moderna em Seveso. Guardando os seus arquivos, os seus bufos, os seus oficiais de informações, mudava simplesmente de nome. É assim que em Itália o S.I.M., Serviço de Informações Militares, do regime fascista, tão famoso pelas suas sabotagens e assassinatos no estrangeiro, se tornou o S. I. D., Serviço de Informações de Defesa, sob o regime democrata-cristão, Aliás, quando se programou em computador uma espécie de doutrina-robô da «brigada vermelha», lúgubre caricatura daquilo que se presumiria pensar e fazer se se preconiza o desaparecimento deste Estado, um lapso do programador - a verdade é que estas máquinas dependem do inconsciente daqueles que as informam - fez atribuir ao

único pseudo-conceito que repete automaticamente a «brigada vermelha», esta mesma sigla, S. I. M., querendo dizer desta vez «Sociedade Internacional das Multinacionais». O S. I. D., «banhado de sangue italiano», teve de ser recentemente dissolvido porque, como o Estado reconheceu *post festum,* era ele que, depois de 1969, executava diretamente, mais frequentemente mas nem sempre à bomba, esta longa série de massacres que se atribuíam, segundo as ocasiões, aos anarquistas, aos neofascistas, ou aos situacionistas. Agora que a «brigada vermelha» faz exatamente o mesmo trabalho, e pelo menos uma vez com um valor operacional muito superior, este serviço não pode evidentemente combatê-la: já que foi dissolvido. Num serviço secreto digno desse nome, a própria dissolução é secreta. Não pode portanto determinar-se que proporção de efetivos foi passada a uma honrosa reforma; que outra foi afetada à «brigada vermelha», ou talvez emprestada ao Xá do Irão para incendiar um cinema em Abadan; que uma outra foi discretamente exterminada por um Estado, provavelmente indignado ao saber que tinham por vezes ultrapassado as suas instruções, de quem se sabe que não hesitará nunca em matar os filhos de Brutus para fazer respeitar as suas leis; e que, finalmente, depois da sua intransigente recusa de considerar sequer a mais mínima concessão para salvar Moro, provou possuir todas as firmes virtudes da Roma republicana.

Giorgio Bocca, que passa por ser o melhor analista da imprensa italiana, e que foi em 1975 o primeiro otário vítima do *Véridique Rapport* de Censor, arrastando logo no seu erro toda a nação, ou pelo menos a camada qualificada que escreve nos jornais, não se sentiu desencorajado da profissão por esta desastrada demonstração da sua imbecilidade. E talvez seja para ele um bem que ela tenha sido provada naquele momento, através duma experimentação também científica porque senão, poderia assegurar-se plenamente que foi por venalidade, ou por medo, que ele escreveu em Maio de 1978 o seu livro *Moro-Una tragedia italiana,* no qual se apressa a engolir, sem perder uma, as mistificações postas em circulação e a vomitá-las de seguida declarando-as excelentes. Num só instante, foi levado a evocar o centro da questão, mas, bem entendido, às avessas, quando escreveu isto: «Hoje, as coisas mudaram; com o terror vermelho por detrás delas, as franjas operarias extremistas podem opor-se ou tentar opor-se à política sindical. Aquele que assistiu a uma assembleia operária numa fábrica como Alfa Romeo de Arese pôde ver que o grupo de extremistas, pouco mais de uma centena de indivíduos, é porém capaz de colocar-se na primeira fila e de gritar acusações e insultos que o partido comunista tem de suportar.» Que os operários revolucionários insultem os estalinistas, obtendo o apoio de quase todos os seus camaradas, nada é mais normal, já que eles quererem fazer uma revolução. Não sabem eles já, instruídos pela sua longa experiência, que antes de mais é preciso escorraçar os estalinistas das assembleias? Foi por não ter podido fazê-lo que a revolução encalhou em França em 1968, e em Portugal em 1975. O que é insensato e odioso, é pretender-se que estas «franjas operárias extremistas» possam ter chegado a esta fase

necessária porque teriam, «por detrás delas», terroristas. Pelo contrário, foi porque um grande número de operários italianos escaparam ao enquadramento da polícia sindical-estalinista, que se pôs em marcha a «brigada vermelha», cujo terrorismo ilógico e cego não pode senão incomodá-los; os *mass media* aproveitaram logo a ocasião para ali reconhecer sem sombra de dúvida o seu destacamento avançado, e os seus inquietantes dirigentes. Bocca insinua que os estalinistas são constrangidos a suportar as injúrias, que eles têm tão largamente merecido por toda a parte desde há sessenta anos, porque estariam fisicamente ameaçados pelos terroristas que a autonomia operária teria de reserva.

Isto não é mais que uma bocarra particularmente porca já que ninguém ignora que até esta data, e muito para além dela, a «brigada vermelha» absteve-se cuidadosamente de atacar pessoalmente os estalinistas. Ainda que ela queira indicar o modo de preceder, não escolhe ao acaso os seus períodos de atividade, nem a seu belo prazer as vítimas. Num clima destes constata-se inevitavelmente o alargamento duma camada periférica de pequeno terrorismo sincero, mais ou menos vigiado, e tolerado momentaneamente, como um viveiro no qual se pode sempre tirar a pedido alguns culpados para os mostrar numa bandeja; mas a «força de choque» das intervenções centrais só podia ser composta por profissionais; o que confirma cada detalhe do seu estilo.

O capitalismo italiano, e o seu pessoal governamental com ele, está muito dividido sobre a questão, com efeito vital e eminentemente incerta, da utilização dos estalinistas. Certos setores modernos do grande capital privado são ou foram resolutamente a favor; e os outros, que apoiam muitos gestores do capital das empresas semi-estatizadas, são mais hostis. O pessoal altamente colocado no Estado tem uma larga autonomia de manobra, porque as decisões do capitão primam sobre as do armador quando o barco se afunda, mas ele próprio está dividido. O futuro de cada clã depende da maneira como saberá impor as suas razões, provando-as na prática. Moro acreditava no «compromisso histórico», quer dizer, na capacidade dos estalinistas de esmagar finalmente o movimento dos operários revolucionários. Uma outra tendência, aquela que está de momento em situação de comandar os «controladores» da «brigada vermelha», não acreditava nisso; ou pelo menos, estimava que os estalinistas, pelos fracos serviços que podem prestar, e que prestarão seja como for, não têm de ser exageradamente aproveitados, e que é necessário vergastá-los mais rudemente para que não se tornem demasiado insolentes. Viu-se que esta análise não era destituída de valor já que, tendo Moro sido raptado à guisa de afronta inaugural ao «compromisso histórico» já autentificado por um ato parlamentar, o partido estalinista continuou a mostrar vontade de acreditar na independência da «brigada vermelha». Guardou-se o prisioneiro vivo todo o tempo em que se creu poder prolongar a humilhação e o embaraço dos amigos, que deviam aguentar a chantagem fingindo nobremente não compreender o que esperavam deles bárbaros desconhecidos. Acabou-se com isto logo que os estalinistas mostraram os dentes, fazendo publicamente alusão a

manobras obscuras; e Moro morreu desiludido. Com efeito, a «brigada vermelha» tem uma outra função, de interesse mais geral, que é desconcertar ou desacreditar os proletários que se levantam realmente contra o Estado, e talvez um dia de eliminar qualquer um dos mais perigosos. Esta função é aprovada pelos estalinistas, já que os ajuda na sua árdua tarefa. No lado que os lesa a eles próprios, limitam-lhe os excessos por insinuações coscuvilhadas em público nos momentos cruciais, e por ameaças precisas e uivadas nas suas constantes negociações íntimas com o poder estatal. A sua arma de dissuasão é que eles poderiam subitamente dizer tudo o que sabem da «brigada vermelha» desde a origem. Mas ninguém ignora que eles não podem empregar esta arma sem romper o «compromisso histórico»; e por conseguinte que desejam sinceramente poder ficar tão discretos a este respeito como sobre as façanhas do S.I.D. propriamente dito, no seu tempo. Em que se tornariam os estalinistas numa revolução? Assim, continua-se a beliscá-los mas não muito. Quando, dez meses depois do rapto de Moro, a mesma invencível «brigada vermelha» abate pela primeira vez um sindicalista estalinista, o partido dito comunista reagiu imediatamente, mas apenas no terreno das formas protocolares, ameaçando os seus aliados de obrigá-los para o futuro a designá-lo como um partido certamente sempre leal e construtivo, mas que estará ao lado da maioria, e já não ao lado na maioria.

Todos puxam para a sua criação, e um estalinista estará sempre no seu elemento onde quer que se respire um odor a crime oculto de Estado. Porque ficariam estes ofendidos com a atmosfera das discussões no cimo do Estado italiano, com a navalha na manga e a bomba debaixo da mesa? Não era neste mesmo estilo que se acertavam os diferendos entre, por exemplo, Khrouchtchev e Beria, Kadar e Nágy, Mao e Lin Piao? E, aliás, os dirigentes do estalinismo italiano fizeram eles próprios de carrascos na sua juventude, no tempo do seu primeiro compromisso histórico, quando foram encarregados, com os outros empregados do Komitern, da contra-revolução ao serviço da República Democrática Espanhola, em 1937. Foi então a sua própria «brigada vermelha» que raptou Andrés Nin, e o matou noutra prisão clandestina.

Estas tristes evidências, numerosos italianos conhecem-nas de muito perto, e outros bem mais numerosos acautelaram-se de imediato acerca delas. Mas não são publicadas em lado nenhum, pois estes estão privados do meio de o fazer e os outros do desejo. É neste degrau da análise que se é levado a evocar uma política «espetacular» do terrorismo, e não, como é repetido vulgarmente pela ligeireza subalterna de tantos jornalistas ou professores, porque os terroristas se movem às vezes pelo desejo de fazer com que se fale deles. A Itália resume as contradições sociais do mundo inteiro, e tenta, como é costume conhecido, misturar num só país a Santa Aliança repressiva do poder de classe, burguês e burocrático-totalitário, que já funciona abertamente sobre toda a superfície da terra, na solidariedade econômica e policial de todos os Estados, ainda que, lá também, com algumas discussões e ajustes de contas à italiana. Sendo por enquanto o país mais avançado

no deslize para a revolução proletária, a Itália é também o laboratório mais moderno da contra-revolução internacional. Os outros governos saídos da velha democracia burguesa pré-espetacular olham com admiração o governo italiano, pela impassibilidade que ele sabe conservar no centro tumultuoso de todas as degradações, e pela dignidade tranquila com que se assenta na lama. É uma lição que irão aplicar nos seus países durante um longo período.

Com efeito, os governos, e as numerosas competências subordinadas que os secundam, tendem a tornar-se por toda a parte mais modestos. Já se satisfazem com fazer passar por um tranquilo e rotineiro despacho dos assuntos correntes a sua gestão, burlesca e terrorífica, dum processo que se torna incessantemente mais insólito e que eles perderam as esperanças de dominar. E respirando, tal como eles, o ar deste tempo, a mercadoria espetacular foi conduzida para uma derrocada do seu tipo de justificação mentirosa. Apresentava como bens extraordinários, como a chave duma existência superior e talvez mesmo elitista, coisas complemente normais e medíocres: um automóvel, um par de sapatos, um doutoramento em sociologia. Hoje, a mercadoria espetacular é obrigada a apresentar como normais e familiares coisas que se tornaram efetivamente extraordinárias. Será isto pão, vinho, tomate, um ovo, uma casa, uma cidade? Certamente não, já que um encadeamento de transformações internas, a curto prazo economicamente útil àqueles que detêm os meios de produção, guardou o nome e uma boa parte da aparência, mas retirando-lhe o gosto e o conteúdo. Assegura-se porém que os diversos bens consumíeis respondam indiscutivelmente a estes apelos tradicionais, e dando-se como prova o fato de que já não existe nada diferente, e que já não há, portanto, comparação possível. Tal como se fez de modo que um reduzido número de pessoas saibam onde encontrar os autênticos lá onde ainda existem, o falso pode substituir legalmente o nome do verdadeiro que se extinguiu. E o mesmo princípio que rege a alimentação ou a habitação do povo estende-se a tudo, até aos livros ou às últimas aparências de debate democrático que tanto lhes querem mostrar.

A contradição essencial da dominação espetacular em crise é ter falhado no ponto em que era mais forte, nalgumas vulgares satisfações materiais, que excluíam na verdade outras satisfações, mas que eram supostas bastar para obter a adesão contínua das massas de produtores-consumidores. E é precisamente esta satisfação material que a dominação espetacular poluiu e deixou de fornecer. A sociedade do espetáculo tinha começado por todo o lado no constrangimento, no engano, no sangue; mas prometia uma continuidade feliz. Acreditava ser amada. Agora, já não promete nada. Já não diz: «o que aparece é bom, o que é bom aparece». Diz simplesmente: «É assim». Confessa francamente que já não é no essencial reformável; ainda que a mudança seja a sua própria natureza, para transmutar piorando cada coisa particular. Perdeu todas as ilusões gerais sobre si própria. Todos os expertos do poder, e todos os seus computadores, estão reunidos em permanentes conferências multidisciplinares, senão para encontrar o meio de curar a sociedade doente, pelo menos para lhe guardar enquanto for possível, e

mesmo em coma irreversível, uma aparência de sobrevivência, como para Franco e Boumediene. Uma antiga canção da Toscana conclui mais depressa e mais sabiamente: *«E la vita non è la morte* - *E la morte non è la vita.* - *La canzone è già finita.* »

Aquele que ler atentamente este livro verá que ele não dá nenhuma espécie de certezas sobre a vitória da revolução, nem sobre a duração das suas operações, nem sobre as ásperas vias que ela terá de percorrer, e menos ainda sobre a sua capacidade, por vezes glorificada irrefletidamente, de trazer a cada um a perfeita felicidade. Menos que qualquer outra, a minha concepção, que é histórica e estratégica, não pode considerar que a vida deveria ser, pela única razão de que nos seria agradável, um idílio sem pena e sem mal; nem que, portanto, a maleficência de alguns poderosos e chefes cria, por si só, a infelicidade do maior número. Cada um é filho das suas obras; e, do mesmo modo, a passividade faz a cama em que se deita. O maior resultado da decomposição catastrófica da sociedade de classes é que, pela primeira vez na história, o velho problema de saber se os homens, na sua massa, amam realmente a liberdade, encontra-se ultrapassado: pois agora eles vão ser constrangidos a amá-la.

É justo reconhecer-se a dificuldade e a imensidade das tarefas da revolução que quer estabelecer e manter uma sociedade sem classes. Ela pode muito facilmente começar por toda a parte, onde, assembleias proletárias autônomas, não reconhecendo fora delas nenhuma autoridade, nem propriedade de quem quer que seja, colocando a sua vontade acima de todas as leis e de todas as especializações, abolirão a separação dos indivíduos, a economia mercantil, o Estado. Mas ela só triunfará impondo-se universalmente, sem deixar uma parcela do território a nenhuma forma subsistente de sociedade alienada. Lá, voltar-se-á a ver uma Atenas ou uma Florença onde ninguém será rejeitado, alargada até às extremidades do mundo, e que, tendo abatido todos os seus inimigos, poderá finalmente entregar-se com alegria às verdadeiras divisões e aos afrontamentos sem fim da vida histórica.

Quem pode ainda acreditar em qualquer saída menos radicalmente realista? Em cada resultado e em cada projeto dum presente infeliz e ridículo, vê-se inscrever *Mané, Thécel, Pharès* que anuncia a queda certa de todas as cidades de ilusão. Os dias desta sociedade estão contados. As suas razões e os seus méritos foram pesados, e achados ligeiros; os seus habitantes dividiram-se em dois partidos, dos quais um quer que ela desapareça.

GUY DEBORD (Janeiro 1979)

A sociedade do espetáculo

de **Guy Debord**



Capítulo I

A separação acabada

> E sem dúvida o nosso tempo... prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser... O que é sagrado para ele, não é senão a ilusão, mas o que é profano é a verdade. Melhor, o sagrado cresce a seus olhos à medida que decresce a verdade e que a ilusão aumenta, de modo que para ele o cúmulo da ilusão é também o cúmulo do sagrado. (Feuerbach, prefácio à segunda edição de *A essência do cristianismo.)*

1

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se afastou numa representação.

2

As imagens que se desligaram de cada aspecto da vida fundem-se num curso comum, onde a unidade desta vida já não pode ser restabelecida. A realidade considerada parcialmente desdobra-se na sua própria unidade geral enquanto pseudomundo à parte, objeto de exclusiva contemplação. A especialização das imagens do mundo encontra-se realizada no mundo da imagem autonomizada, onde o mentiroso mentiu a si próprio. O espetáculo em geral, como inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não-vivo.

3

O espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade, e como instrumento de unificação. Enquanto parte da sociedade, ele é expressamente o setor que concentra todo o olhar e toda a consciência. Pelo próprio fato de este setor ser separado, ele é o lugar do olhar iludido e da falsa consciência; e a unificação que realiza não é outra coisa senão uma linguagem oficial da separação generalizada.

4

O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens.

5

O espetáculo não pode ser compreendido como o abuso de um mundo da visão, o produto das técnicas de difusão massiva de imagens. Ele é bem mais uma *Weltanschauung* tornada efetiva, materialmente traduzida. É uma visão do mundo que se objetivou.

6

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um suplemento ao mundo real, a sua decoração readicionada. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares, informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e o seu corolário o consumo. Forma e conteúdo do espetáculo são, identicamente, a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a presença permanente desta justificação, enquanto ocupação da parte principal do tempo vivido fora da produção moderna.

7

A própria separação faz parte da unidade do mundo, da práxis social global que se cindiu em realidade e imagem. A prática social, perante a qual se põe o espetáculo autônomo, é também a totalidade real que contém o espetáculo. Mas a cisão nesta totalidade mutila-a ao ponto de fazer aparecer o espetáculo como sua finalidade. A linguagem do espetáculo é constituída por signos da produção reinante, que são ao mesmo tempo a finalidade última desta produção.

8

Não se pode opor abstratamente o espetáculo e a atividade social efetiva; este desdobramento está ele próprio desdobrado. O espetáculo que inverte o real é efetivamente produzido. Ao mesmo tempo, a realidade vivida é materialmente invadida pela contemplação do espetáculo, e retoma em si própria a ordem espetacular dando-lhe uma adesão positiva. A realidade objetiva está presente nos dois lados. Cada noção assim fixada não tem por fundamento senão a sua passagem ao oposto: a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo é real. Esta alienação recíproca é a essência e o sustento da sociedade existente.

9

No mundo realmente reinvertido, o verdadeiro é um momento do falso.

10

O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos aparentes. As suas diversidades e contrastes são as aparências desta aparência organizada socialmente, que deve, ela própria, ser reconhecida na sua verdade geral. Considerado segundo os seus próprios termos, o espetáculo é a afirmação da aparência e a afirmação de toda a vida humana, isto é, social, como simples aparência. Mas a crítica que atinge a verdade do espetáculo descobre-o como a negação visível da vida; como uma negação da vida que se tornou visível.

11

Para descrever o espetáculo, a sua formação, as suas funções e as forças que tendem para a sua dissolução, é preciso distinguir artificialmente elementos

inseparáveis. Ao analisar o espetáculo, fala-se em certa medida a própria linguagem do espetacular, no sentido em que se pisa o terreno metodológico desta sociedade que se exprime no espetáculo. Mas o espetáculo não é outra coisa senão o sentido da prática total de uma formação socioeconômica, o seu emprego do tempo. É o momento histórico que nos contém.

12

O espetáculo apresenta-se como uma enorme positividade indiscutível e inacessível. Ele nada mais diz senão que "o que aparece é bom, o que é bom aparece". A atitude que ele exige por princípio é esta aceitação passiva que, na verdade, ele já obteve pela sua maneira de aparecer sem réplica, pelo seu monopólio da aparência.

13

O caráter fundamentalmente tautológico do espetáculo decorre do simples fato de os seus meios serem ao mesmo tempo a sua finalidade. Ele é o sol que não tem poente, no império da passividade moderna. Recobre toda a superfície do mundo e banha-se indefinidamente na sua própria glória.

14

A sociedade que repousa sobre a indústria moderna não é fortuitamente ou superficialmente espetacular, ela é fundamentalmente espetaculosa. No espetáculo, imagem da economia reinante, o fim não é nada, o desenvolvimento é tudo. O espetáculo não quer chegar a outra coisa senão a si próprio.

15

Enquanto indispensável adorno dos objetos hoje produzidos, enquanto exposição geral da racionalidade do sistema, e enquanto setor econômico avançado que modela diretamente uma multidão crescente de imagens-objetos, o espetáculo é a principal produção da sociedade atual.

16

O espetáculo submete a si os homens vivos, na medida em que a economia já os submeteu totalmente. Ele não é nada mais do que a economia desenvolvendo-se para si própria. É o reflexo fiel da produção das coisas, e a objetivação infiel dos produtores.

17

A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social levou, na definição de toda a realização humana, a uma evidente degradação do *ser* em *ter.* A fase presente da ocupação total da vida social pelos resultados acumulados da economia conduz a um deslizar generalizado do *ter* em *parecer,* de que todo o "ter" efetivo deve tirar o seu prestígio imediato e a sua função última. Ao mesmo tempo, toda a realidade individual se tornou social, diretamente dependente do poderio social, por ele moldada. Somente nisto em que ela não é, lhe é permitido aparecer.

18

Lá onde o mundo real se converte em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência para fazer ver por diferentes mediações especializadas o mundo que já não é diretamente apreensível, encontra normalmente na visão o sentido humano privilegiado que noutras épocas foi o tato; o sentido mais abstrato, e o mais mistificável, corresponde à abstração generalizada da sociedade atual. Mas o espetáculo não é identificável ao simples olhar, mesmo combinado com o ouvido. Ele é o que escapa à atividade dos homens, à reconsideração e à correção da sua obra. É o contrário do diálogo. Em toda a parte onde há representação independente, o espetáculo reconstitui-se.

19

O espetáculo é o herdeiro de toda a fraqueza do projeto filosófico ocidental, que foi uma compreensão da atividade, dominada pelas categorias do *ver;* assim como se baseia no incessante alargamento da racionalidade técnica precisa, proveniente deste pensamento. Ele não realiza a filosofia, ele filosofa a realidade. É a vida concreta de todos que se degradou em universo especulativo.

20

A filosofia, enquanto poder do pensamento separado, e pensamento do poder separado, nunca pode por si própria superar a teologia. O espetáculo é a reconstrução material da ilusão religiosa. A técnica espetacular não dissipou as nuvens religiosas onde os homens tinham colocado os seus próprios poderes desligados de si: ela ligou- os somente a uma base terrestre. Assim, é a mais terrestre das vidas que se torna opaca e irrespirável. Ela já não reenvia para o céu, mas alberga em si a sua recusa absoluta, o seu falacioso paraíso. O espetáculo é a realização técnica do exílio dos poderes humanos num além; a cisão acabada no interior do homem.

21

À medida que a necessidade se encontra socialmente sonhada, o sonho torna-se necessário. O espetáculo é o mau sonho da sociedade moderna acorrentada, que finalmente não exprime senão o seu desejo de dormir. O espetáculo é o guardião deste sono.

22

O fato de o poder prático da sociedade moderna se ter desligado de si próprio, e ter edificado para si um império independente no espetáculo, não se pode explicar senão pelo fato de esta prática poderosa continuar a ter falta de coesão, e permanecer em contradição consigo própria.

23

É a especialização do poder, a mais velha especialização social, que está na raiz do espetáculo. O espetáculo é, assim, uma atividade especializada que fala pelo

conjunto das outras. É a representação diplomática da sociedade hierárquica perante si própria, onde qualquer outra palavra é banida. O mais moderno é também aí o mais arcaico.

24

O espetáculo é o discurso ininterrupto que a ordem presente faz sobre si própria, o seu monólogo elogioso. É o autorretrato do poder na época da sua gestão totalitária das condições de existência. A aparência fetichista de pura objetividade nas relações espetaculares esconde o seu caráter de relação entre homens e entre classes: uma segunda natureza parece dominar o nosso meio ambiente com as suas leis fatais. Mas o espetáculo não é esse produto necessário do desenvolvimento técnico olhado como um desenvolvimento natural. A sociedade do espetáculo é, pelo contrário, a forma que escolhe o seu próprio conteúdo técnico. Se o espetáculo, considerado sob o aspecto restrito dos "meios de comunicação de massa", que são a sua manifestação superficial mais esmagadora, pode parecer invadir a sociedade como uma simples instrumentação, esta não é de fato nada de neutro, mas a instrumentação mesmo que convém ao seu automovimento total. Se as necessidades sociais da época em que se desenvolvem tais técnicas não podem encontrar satisfação senão pela sua mediação, se a administração desta sociedade e todo o contato entre os homens já não se podem exercer senão por intermédio deste poder de comunicação instantâneo, é porque esta "comunicação" é essencialmente unilateral; de modo que a sua concentração se traduz no acumular nas mãos da administração do sistema existente os meios que lhe permitem prosseguir esta administração determinada. A cisão generalizada do espetáculo é inseparável do Estado moderno, isto é, da forma geral da cisão na sociedade, produto da divisão do trabalho social e órgão da dominação de classe.

25

A separação é o alfa e o ômega do espetáculo. A institucionalização da divisão social do trabalho, a formação das classes, tinha construído uma primeira contemplação sagrada, a ordem mítica em que todo o poder se envolve desde a origem. O sagrado justificou a ordenação cósmica e ontológica que correspondia aos interesses dos Senhores, ele explicou e embelezou o que a sociedade não podia fazer. Todo o poder separado foi pois espetacular, mas a adesão de todos a uma tal imagem imóvel não significava senão o reconhecimento comum de um prolongamento imaginário para a pobreza da atividade social real, ainda largamente ressentida como uma condição unitária. O espetáculo moderno exprime, pelo contrário, o que a sociedade pode fazer, mas nesta expressão o permitido opõe-se absolutamente ao possível. O espetáculo é a conservação da inconsciência na modificação prática das condições de existência. Ele é o seu próprio produto, e ele próprio fez as suas regras: é um pseudo-sagrado. Ele mostra o que é: o poder separado, desenvolvendo-se em si mesmo no crescimento da produtividade por intermédio do refinamento incessante da divisão do trabalho na parcelarização dos

gestos, desde então dominados pelo movimento independente das máquinas; e trabalhando para um mercado cada vez mais vasto. Toda a comunidade e todo o sentido crítico se dissolveram ao longo deste movimento, no qual as forças que puderam crescer, separando-se, ainda não se reencontraram.

26

Com a separação generalizada do trabalhador e do seu produto perde-se todo o ponto de vista unitário sobre a atividade realizada, toda a comunicação pessoal direta entre os produtores. Na senda do progresso da acumulação dos produtos separados, e da concentração do processo produtivo, a unidade e a comunicação tornam-se o atributo exclusivo da direção do sistema. O êxito do sistema econômico da separação é a proletarização do mundo.

27

Pelo próprio êxito da produção separada enquanto produção do separado, a experiência fundamental ligada nas sociedades primitivas a um trabalho principal está a deslocar-se, no pólo do desenvolvimento do sistema, para o não-trabalho, a inatividade. Mas esta inatividade não está em nada liberta da atividade produtiva: depende desta, é a submissão inquieta e admirativa às necessidades e aos resultados da produção; ela própria é um produto da sua racionalidade. Nela não pode haver liberdade fora da atividade, e no quadro do espetáculo toda a atividade é negada, exatamente como a atividade real foi integralmente captada para a edificação global desse resultado. Assim, a atual "libertação do trabalho", o aumento dos tempos livres, não é de modo algum libertação do trabalho, nem libertação de um mundo moldado por este trabalho. Nada da atividade roubada no trabalho pode reencontrar-se na submissão ao seu resultado.

28

O sistema econômico fundado no isolamento é uma produção circular do isolamento. O isolamento funda a técnica, e, em retorno, o processo técnico isola. Do automóvel à televisão, todos os bens selecionados pelo sistema espetacular são também as suas armas para o reforço constante das condições de isolamento das "multidões solitárias". O espetáculo reencontra cada vez mais concretamente os seus próprios pressupostos.

29

A origem do espetáculo é a perda da unidade do mundo, e a expansão gigantesca do espetáculo moderno exprime a totalidade desta perda: a abstração de todo o trabalho particular e a abstração geral da produção do conjunto traduzem-se perfeitamente no espetáculo, cujo modo de ser concreto é justamente a abstração. No espetáculo, uma parte do mundo representa-se perante o mundo, e é-lhe superior. O espetáculo não é mais do que a linguagem comum desta separação. O que une os espectadores não é mais do que uma relação irreversível no próprio centro que mantém o seu isolamento. O espetáculo reúne o separado,

mas reúne-o enquanto separado.

30

A alienação do espectador em proveito do objeto contemplado (que é o resultado da sua própria atividade inconsciente) exprime-se assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos ele compreende a sua própria existência e o seu próprio desejo. A exterioridade do espetáculo em relação ao homem que age aparece nisto, os seus próprios gestos já não são seus, mas de um outro que lhos apresenta. Eis porque o espectador não se sente em casa em nenhum lado, porque o espetáculo está em toda a parte.

31

O trabalhador não se produz a si próprio, ele produz um poder independente. O sucesso desta produção, a sua abundância, regressa ao produtor como abundância da despossessão. Todo o tempo e o espaço do seu mundo se lhe tornam estranhos com a acumulação dos seus produtos alienados. O espetáculo é o mapa deste novo mundo, mapa que recobre exatamente o seu território. As próprias forças que nos escaparam se nos mostram em todo o seu poderio.

32

O espetáculo na sociedade corresponde a um fabrico concreto de alienação. A expansão econômica é principalmente a expansão desta produção industrial precisa. O que cresce com a economia, movendo-se para si própria, não pode ser senão a alienação que estava justamente no seu núcleo original.

33

O homem separado do seu produto produz cada vez mais poderosamente todos os detalhes do seu mundo e, assim, encontra-se cada vez mais separado do seu mundo. Quanto mais a sua vida é agora seu produto, tanto mais ele está separado da sua vida.

34

O espetáculo é o capital a um tal grau de acumulação que se toma imagem.

Capítulo II

A mercadoria como espetáculo

> Porque não é senão como categoria universal do ser social total que a mercadoria pode ser compreendida na sua essência autêntica. Não é senão neste contexto que a reificação surgida da relação mercantil adquire uma significação decisiva, tanto pela evolução objetiva da sociedade como pela atitude dos homens em relação a ela, para a submissão da sua consciência às formas nas quais esta reificação se exprime... Esta submissão acresce-se ainda do fato de quanto mais a racionalização e a mecanização do processo de trabalho aumentam, mais a atividade do trabalhador perde o seu caráter de atividade, para se tornar uma atitude contemplativa. (Lukács, *História e consciência de classe.)*

35

Neste movimento essencial do espetáculo, que consiste em retomar em si tudo o que existia na atividade humana no estado fluido, para o possuir no estado coagulado, enquanto coisas que se tornaram o valor exclusivo pela sua formulação em negativo do valor vivido, nós reconhecemos a nossa velha inimiga que tão bem sabe parecer à primeira vista qualquer coisa de trivial e compreendendo-se por si própria, quando, pelo contrário, ela é tão complexa e tão cheia de sutilezas metafísicas, a mercadoria.

36

É o princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por "coisas suprassensíveis embora sensíveis" que se realiza absolutamente no espetáculo, onde o mundo sensível se encontra substituído por uma seleção de imagens que existem acima dele, e que ao mesmo tempo se fez reconhecer como o sensível por excelência.

37

O mundo ao mesmo tempo presente e ausente que o espetáculo faz ver é o mundo da mercadoria dominando tudo o que é vivido. E o mundo da mercadoria é assim mostrado como ele é, pois o seu movimento é idêntico ao afastamento dos homens entre si e face ao seu produto global.

38

A perda da qualidade, tão evidente a todos os níveis da linguagem espetacular, dos objetos que ela louva e das condutas que ela regula, não faz senão traduzir os caracteres fundamentais da produção real que repudia a realidade: a forma-mercadoria é de uma ponta a outra a igualdade consigo própria, a categoria do quantitativo. É o quantitativo que ela desenvolve, e ela não se pode desenvolver

senão nele.

39

Este desenvolvimento que exclui o qualitativo está ele próprio submetido, enquanto desenvolvimento, à passagem qualitativa: o espetáculo significa que ele transpôs o limiar da sua própria abundância; isto ainda não é verdadeiro localmente senão em alguns pontos, mas é já verdadeiro à escala universal, que é a referência original da mercadoria, referência que o seu movimento prático confirmou, ao reunir a terra como mercado mundial.

40

O desenvolvimento das forças produtivas foi a história real inconsciente que construiu e modificou as condições de existência dos grupos humanos, enquanto condições de sobrevivência, e alargamento destas condições: a base econômica de todos os seus empreendimentos. O setor da mercadoria foi, no interior de uma economia natural, a constituição de um excedente de sobrevivência. A produção das mercadorias, que implica a troca de produtos variados entre produtores independentes, pode permanecer durante muito tempo artesanal, contida numa função econômica marginal onde a sua verdade quantitativa está ainda encoberta. No entanto, lá onde encontrou as condições sociais do grande comércio e da acumulação dos capitais, ela apoderou- se do domínio total da economia. A economia inteira tornou-se então o que a mercadoria tinha mostrado ser no decurso desta conquista: um processo de desenvolvimento quantitativo. O alargamento incessante do poderio econômico sob a forma da mercadoria, que transfigurou o trabalho humano em trabalho-mercadoria, em salariado, conduz cumulativamente a uma abundância na qual a questão primeira da sobrevivência está sem dúvida resolvida, mas de um tal modo que ela deve sempre se reencontrar; ela é, cada vez, colocada de novo a um grau superior. O crescimento econômico liberta as sociedades da pressão natural que exigia a sua luta imediata pela sobrevivência, mas é então do seu libertador que elas não estão libertas. A independência da mercadoria estendeu-se ao conjunto da economia sobre a qual ela reina. A economia transforma o mundo, mas transforma-o somente em mundo da economia. A pseudonatureza na qual o trabalho humano se alienou exige prosseguir ao infinito o seu serviço e este serviço, não sendo julgado e absolvido senão por ele próprio, obtém, de fato, a totalidade dos esforços e dos projetos socialmente lícitos, como seus servidores. A abundância das mercadorias, isto é, da relação mercantil, não pode ser mais do que a sobrevivência aumentada.

41

A dominação da mercadoria exerceu-se, antes do mais, de uma maneira oculta sobre a economia, que ela própria, enquanto base material da vida social, permanecia desapercebida e incompreendida, como o familiar que apesar de tal não é conhecido. Numa sociedade em que a mercadoria concreta permanece rara ou minoritária, a dominação aparente do dinheiro se apresenta como o emissário

munido de plenos poderes que fala em nome de uma potência desconhecida. Com a revolução industrial, a divisão manufatureira do trabalho e a produção maciça para o mercado mundial, a mercadoria aparece efetivamente como uma potência que vem realmente ocupar a vida social. É então que se constitui a economia política, como ciência dominante e como ciência da dominação. O espetáculo é o momento em que a mercadoria chega à ocupação total da vida social. Não só a relação com a mercadoria é visível, como nada mais se vê senão ela: o mundo que se vê é o seu mundo.

42

A produção econômica moderna estende a sua ditadura extensiva e intensivamente. Nos lugares menos industrializados, o seu reino já está presente com algumas mercadorias-vedetes e enquanto dominação imperialista pelas zonas que estão à cabeça no desenvolvimento da produtividade. Nestas zonas avançadas, o espaço social está invadido por uma sobreposição contínua de camadas geológicas de mercadorias. Neste ponto da "segunda revolução industrial", o consumo alienado torna-se para as massas um dever suplementar de produção alienada. É todo o trabalho vendido de uma sociedade, que se torna globalmente mercadoria total, cujo ciclo deve prosseguir. Para o fazer, é preciso que esta mercadoria total regresse fragmentariamente ao indivíduo fragmentário, absolutamente separado das forças produtivas operando como um conjunto. É, portanto, aqui que a ciência especializada da dominação deve por sua vez especializar-se: ela reduz-se a migalhas, em sociologia, psicotécnica, cibernética, semiologia, etc., velando a autorregularão de todos os níveis do processo.

43

Ainda que na fase primitiva da acumulação capitalista "a economia política não veja no proletário senão o operário" que deve receber o mínimo indispensável para a conservação da sua força de trabalho, sem nunca o considerar "nos seus lazeres, na sua humanidade", esta posição das ideias da classe dominante reinverte-se assim que o grau de abundância atingido na produção das mercadorias exige um excedente de colaboração do operário. Este operário, subitamente lavado do desprezo total que lhe é claramente feito saber por todas as modalidades de organização e vigilância da produção, reencontra-se, cada dia, fora desta, aparentemente tratado como uma grande pessoa, com uma delicadeza obsequiosa, sob o disfarce do consumidor. Então o humanismo da mercadoria toma a cargo os "lazeres e humanidade" do trabalhador, muito simplesmente porque a economia política pode e deve dominar, agora, estas esferas, enquanto economia política. Assim, "o renegar acabado do homem" tomou a cargo a totalidade da existência humana.

44

O espetáculo é uma permanente guerra do ópio para fazer aceitar a identificação dos bens às mercadorias; e da satisfação à sobrevivência, aumentando segundo as

suas próprias leis. Mas se a sobrevivência consumível é algo que deve aumentar sempre, é porque ela não cessa de conter a privação. Se não há nenhum além para a sobrevivência aumentada, nenhum ponto onde ela poderia cessar o seu crescimento, é porque ela própria não está para além da privação, mas é sim a privação tornada mais rica.

45

Com a automação, que é ao mesmo tempo o setor mais avançado da indústria moderna e o modelo em que se resume perfeitamente a sua prática, é necessário que o mundo da mercadoria supere esta contradição: a instrumentação técnica que suprime objetivamente o trabalho deve, ao mesmo tempo, conservar o trabalho como mercadoria, e único lugar de nascimento da mercadoria. Para que a automação, ou qualquer outra forma menos extrema de aumento da produtividade do trabalho, não diminua efetivamente o tempo de trabalho social necessário, à escala da sociedade, é indispensável criar novos empregos. O setor terciário - os serviços - é o imenso alongamento das linhas de etapas do exército da distribuição e do elogio das mercadorias atuais; mobilização de forças supletivas que encontra oportunamente, na própria facticidade das necessidades relativas a tais mercadorias, a necessidade de uma tal organização da retaguarda do trabalho.

46

O valor da troca não pode formar-se senão como agente do valor de uso, mas a sua vitória pelas suas próprias armas criou as condições da sua dominação autônoma. Mobilizando todo o uso humano e apoderando-se do monopólio da sua satisfação, ela acabou por dirigir o uso. O processo de troca identificou-se a todo o uso possível e reduziu-o à sua mercê. O valor de troca é o *condottiere* do valor de uso, que acaba por conduzir a guerra por sua própria conta.

47

Esta constante da economia capitalista, que é a baixa tendencial do valor de uso, desenvolve uma nova forma de privação no interior da sobrevivência aumentada, a qual não está, por isso, mais liberta da antiga penúria, visto que exige a participação da grande maioria dos homens, como trabalhadores assalariados, no prosseguimento infinito do seu esforço; e que cada qual sabe que é necessário submeter-se lhe ou morrer. É a realidade desta chantagem, o fato de o uso sob a sua forma mais pobre (comer, habitar) já não existir senão aprisionado na riqueza ilusória da sobrevivência aumentada, que é a base real da aceitação da ilusão em geral no consumo das mercadorias modernas. O consumidor real toma-se um consumidor de ilusões. A mercadoria é esta ilusão efetivamente real, e o espetáculo a sua manifestação geral.

48

O valor de uso, que estava implicitamente compreendido no valor de troca, deve estar agora explicitamente proclamado na realidade invertida do espetáculo,

justamente porque a sua realidade efetiva é corroída pela economia mercantil superdesenvolvida; e porque uma pseudojustificação se torna necessária à falsa vida.

49

O espetáculo é a outra face do dinheiro: o equivalente geral abstrato de todas as mercadorias. Mas se o dinheiro dominou a sociedade enquanto representação da equivalência central, isto é, do caráter permutável dos bens múltiplos cujo uso permanecia incomparável, o espetáculo e o seu complemento moderno desenvolvido, onde a totalidade do mundo mercantil aparece em bloco como uma equivalência geral ao que o conjunto da sociedade pode ser e fazer. O espetáculo é o dinheiro que se olha somente, pois nele é já a totalidade do uso que se trocou com a totalidade da representação abstrata. O espetáculo não é somente o servidor do pseudo-uso. É já, em si próprio, o pseudo-uso da vida.

50

O resultado concentrado do trabalho social, no momento da abundância econômica, torna-se aparente e submete toda a realidade à aparência, que é agora seu produto. O capital não é já o centro invisível que dirige o modo de produção: a sua acumulação estende-o até à periferia, sob a forma de objetos sensíveis. Toda a vastidão da sociedade é o seu retrato.

51

A vitória da economia autônoma deve ser, ao mesmo tempo, a sua perda. As forças que ela desencadeou suprimem a necessidade econômica que foi a base imutável das sociedades antigas. Quando ela a substitui pela necessidade do desenvolvimento econômico infinito, ela não pode senão substituir a satisfação das primeiras necessidades, sumariamente reconhecidas, por uma fabricação ininterrupta de pseudonecessidades que se reduzem à única pseudonecessidade da manutenção do seu reino. Mas a economia autônoma separa-se para sempre da necessidade profunda, na própria medida em que sai do inconsciente social que dela dependia sem o saber. "Tudo o que é consciente se usa. O que é inconsciente permanece inalterável. Mas uma vez liberto, não cai por sua vez em ruínas?" (Freud).

52

No momento em que a sociedade descobre que ela depende da economia, a economia, de fato, depende dela. Esta potência subterrânea, que cresceu até aparecer soberanamente, também perdeu o seu poderio. Lá onde estava o *ça* (*) econômico deve vir o *je* (*). O sujeito não pode emergir senão da sociedade, isto é, da luta que está nela própria. A sua existência possível está suspensa nos resultados da luta das classes, que se revela como o produto e o produtor da fundação econômica da história.

53

A consciência do desejo e o desejo da consciência são identicamente este projeto que, sob a sua forma negativa, quer a abolição das classes, isto é, a posse direta pelos trabalhadores de todos os momentos da sua atividade. O seu contrário é a sociedade do espetáculo onde a mercadoria se contempla a si mesma num mundo que ela criou.

(*) *Mantém-se o original para referenciar o conceito utilizado por Freud (N. T.)*

Capítulo III

Unidade e divisão na aparência

> Na frente filosófica, desenrola-se no país uma nova e animada polêmica a propósito dos conceitos "um divide-se em dois" e "dois fundem-se num". Este debate é uma luta entre os que são por e os que são contra a dialética materialista, uma luta entre duas concepções do mundo: a concepção proletária e a concepção burguesa. Os que sustentam que "um divide-se em dois" é a lei fundamental das coisas, mantêm-se do lado da dialética materialista; os que sustentam que a lei fundamental das coisas é que "dois fundem-se num", são contra a dialética materialista. Os dois lados traçaram uma nítida linha de demarcação entre si e os seus argumentos são diametralmente opostos. Esta polêmica reflete, no plano ideológico, a luta de classe aguda e complexa que se desenrola na China e no mundo. *(A Bandeira Vermelha,* Pequim, 21 de setembro de 1964.)

54

O espetáculo, como a sociedade moderna, está ao mesmo tempo unido e dividido. Como esta, ele edifica a sua unidade sobre o dilaceramento. A contradição, quando emerge no espetáculo, é por sua vez contradita por uma reinversão do seu sentido; de modo que a divisão mostrada é unitária, enquanto que a unidade mostrada está dividida.

55

É a luta de poderes, que se constituíram para a gestão do mesmo sistema socioeconômico, que se desenrola como a contradição oficial, pertencente de fato à unidade real; isto, à escala mundial assim como no interior de cada nação.

56

As falsas lutas espetaculares das formas rivais do poder separado são, ao mesmo tempo, reais naquilo em que traduzem o desenvolvimento desigual e conflitual do sistema, os interesses relativamente contraditórios das classes ou das subdivisões de classes que reconhecem o sistema, e definem a sua própria participação no seu poder. Assim como o desenvolvimento da economia mais avançada é o afrontamento de certas prioridades com outras, a gestão totalitária da economia por uma burocracia de Estado e a condição dos países que se encontraram colocados na esfera de colonização ou da semicolonização são definidas por particularidades consideráveis nas modalidades da produção e do poder. Estas diversas aposições podem exprimir-se no espetáculo, segundo critérios completamente diferentes, como formas de sociedades absolutamente distintas. Mas segundo a sua realidade efetiva de setores particulares, a verdade da sua

particularidade reside no sistema universal que as contém: no movimento único que faz do planeta seu campo, o capitalismo.

57

Não é somente pela sua hegemonia econômica que a sociedade portadora do espetáculo domina as regiões subdesenvolvidas. Domina-as enquanto sociedade do espetáculo. Lá onde a base material ainda está ausente, a sociedade moderna já invadiu espetacularmente a superfície social de cada continente. Ela define o programa de uma classe dirigente e preside à sua constituição. Do mesmo modo que apresenta os pseudobens a cobiçar, ela oferece aos revolucionários locais os falsos modelos de revolução. O próprio espetáculo do poder burocrático, que detêm alguns dos países industriais, faz precisamente parte do espetáculo total, como sua pseudonegacão geral e seu suporte. Se o espetáculo, olhado nas suas diversas localizações, mostra à evidência especializações totalitárias da palavra e da administração sociais, estas acabam por fundir-se, ao nível do funcionamento global do sistema, numa divisão mundial das tarefas espetaculares.

58

A divisão das tarefas espetaculares, que conserva a generalidade da ordem existente, conserva principalmente o pólo dominante do seu desenvolvimento. A raiz do espetáculo está no terreno da economia tornada abundante, e é de lá que vêm os frutos que tendem finalmente a dominar o mercado espetacular, apesar das barreiras protecionistas ideológico-policiais, qualquer que seja o espetáculo local com pretensão autárquica.

59

O movimento de banalização que, sob as diversões cambiantes do espetáculo, domina mundialmente a sociedade moderna, domina-a também em cada um dos pontos onde o consumo desenvolvido das mercadorias multiplicou na aparência os papéis a desempenhar e os objetos a escolher. A sobrevivência da religião e da família - que permanece a forma principal da herança do poder de classe -, e, portanto, da repressão moral que elas asseguram, podem combinar-se como uma mesma coisa, com a afirmação redundante do gozo deste mundo, este mundo não sendo justamente produzido senão como pseudogozo que conserva em si a repressão. A aceitação beata daquilo que existe pode juntar-se como uma mesma coisa a revolta puramente espetacular: isto traduz o simples fato de que a própria insatisfação se tornou uma mercadoria desde que a abundância econômica se achou capaz de alargar a sua produção ao tratamento de uma tal matéria-prima.

60

Ao concentrar nela a imagem de um possível papel a desempenhar, a vedete, a representação espetacular do homem vivo, concentra, pois, esta banalidade. A condição de vedete é a especialização do vivido aparente, o objeto da identificação à vida aparente sem profundidade, que deve compensar a redução a migalhas das

especializações produtivas efetivamente vividas. As vedetes existem para figurar tipos variados de estilos de vida e de estilos de compreensão da sociedade, livres de se exercerem globalmente. Elas encarnam o resultado inacessível do trabalho social, ao arremedar subprodutos deste trabalho que são magicamente transferidos acima dele como sua finalidade: o poder e as férias, a decisão e o consumo, que estão no começo e no fim de um processo indiscutido. Lá, é o poder governamental que se personaliza em pseudovedete; aqui, é a vedete do consumo que se faz plebiscitar, enfunada de pseudopoder sobre o vivido. Mas, assim como estas atividades da vedete não são realmente globais, elas não são variadas.

61

O agente do espetáculo posto em cena como vedete é o contrário do indivíduo, o inimigo do indivíduo, tanto em si próprio como, evidentemente, nos outros. Passando no espetáculo como modelo de identificação, renunciou a toda a qualidade autônoma, para ele próprio se identificar com a lei geral da obediência ao curso das coisas. A vedete do consumo, mesmo sendo exteriormente a representação de diferentes tipos de personalidade, mostra cada um destes tipos como tendo igualmente acesso à totalidade do consumo e encontrando aí, de igual modo, a sua felicidade. A vedete da decisão deve possuir o estoque completo daquilo que foi admitido como qualidades humanas. Assim, entre estas, as divergências oficiais são anuladas pela semelhança oficial, que é o pressuposto da sua excelência em tudo. Khrutchev tinha-se tornado general para decidir da batalha de Kursk, não no terreno, mas no vigésimo aniversário, quando ele se achava senhor do Estado. Kennedy tinha permanecido orador, a ponto de pronunciar o seu elogio sobre o próprio túmulo, visto que Théodore Sorensen continuava, nesse momento, a redigir para o sucessor os discursos naquele estilo que tanto tinha concorrido para fazer reconhecer a personalidade do desaparecido. As pessoas admiráveis nas quais o sistema se personifica são bem conhecidas por não serem aquilo que são; tornaram-se grandes homens ao descer abaixo da realidade da menor vida individual, e cada qual o sabe.

62

A falsa escolha na abundância espetacular, escolha que reside na justaposição de espetáculos concorrenciais e solidários, como na justaposição dos papéis a desempenhar (principalmente significados e trazidos por objetos), que são ao mesmo tempo exclusivos e imbricados, desenvolve-se numa luta de qualidades fantasmagóricas destinadas a apaixonar a adesão à trivialidade quantitativa. Assim renascem falsas aposições arcaicas, regionalismos ou racismos encarregados de transfigurar em superioridade ontológica fantástica a vulgaridade dos lugares hierárquicos no consumo. Deste modo, recompõe-se a interminável série dos afrontamentos irrisórios, mobilizando um interesse sublúdico, do desporto de competição às eleições. Lá onde se instalou o consumo abundante, uma oposição espetacular principal entre a juventude e os adultos vem no primeiro plano dos papéis falaciosos: porque em nenhum lado existe o adulto, senhor da sua vida, e a

juventude, a mudança do que existe, não é de modo nenhum a propriedade destes homens, que são agora jovens, mas a do sistema econômico, o dinamismo do capitalismo. São as coisas que reinam e que são jovens; que se deitam fora e se substituem a si próprias.

63

É a unidade da miséria que se esconde sob as aposições espetaculares. Se formas diversas da mesma alienação se combatem sob as máscaras da escolha total, é porque elas são todas identificadas sobre as contradições reais recalcadas. Conforme as necessidades do estádio particular da miséria, que ele desmente e mantém, o espetáculo existe sob uma forma concentrada ou sob uma forma difusa. Nos dois casos, ele não é mais do que uma imagem de unificação feliz, cercada de desolação e de pavor, no centro tranquilo da infelicidade.

64

O espetacular concentrado pertence essencialmente ao capitalismo burocrático, embora possa ser importado como técnica do poder estatal sobre economias mistas mais atrasadas, ou em certos momentos de crise do capitalismo avançado. A própria propriedade burocrática é efetivamente concentrada, no sentido em que o burocrata individual não tem relações com a posse da economia global senão por intermédio da comunidade burocrática, senão enquanto membro desta comunidade. Além disso, a produção menos desenvolvida das mercadorias apresenta-se, também, sob uma forma concentrada: a mercadoria que a burocracia detém é o trabalho social total, e o que ela revende à sociedade é a sua sobrevivência em bloco. A ditadura da economia burocrática não pode deixar às massas exploradas nenhuma margem notável de escolha, visto que ela teve de escolher tudo por si própria, e que toda outra escolha exterior, quer diga respeito à alimentação ou à música, é já a escolha da sua destruição completa. Ela deve acompanhar-se de uma violência permanente. A imagem imposta do bem, no seu espetáculo, recolhe a totalidade do que existe oficialmente e concentra-se normalmente num único homem, que é a garantia da sua coesão totalitária. Com esta vedete absoluta, deve cada um identificar-se magicamente, ou desaparecer. Pois se trata do senhor do seu não-consumo, e da imagem heróica de um sentido aceitável para a exploração absoluta, que é na realidade a acumulação primitiva acelerada pelo terror. Se cada chinês deve aprender Mao, e assim ser Mao, é que ele não tem mais nada para ser. Lá onde domina o espetacular concentrado domina também a polícia.

65

O espetacular difuso acompanha a abundância das mercadorias, o desenvolvimento não perturbado do capitalismo moderno. Aqui, cada mercadoria considerada isoladamente está justificada em nome da grandeza da produção da totalidade dos objetos, de que o espetáculo é um catálogo apologético. Afirmações inconciliáveis amontoam-se na cena do espetáculo unificado da economia abundante; do mesmo modo que diferentes mercadorias-vedetes sustentam, simultaneamente,

os seus projetos contraditórios de ordenação da sociedade, onde o espetáculo dos automóveis implica uma circulação perfeita, que destrói a parte velha da cidade, enquanto o espetáculo da própria cidade tem necessidade de bairros-museus. Portanto, a satisfação já problemática, que é reputada pertencer ao consumo do conjunto, está imediatamente falsificada pelo fato de o consumidor real não poder receber diretamente mais do que uma sucessão de fragmentos desta felicidade mercantil, fragmentos dos quais a qualidade atribuída ao conjunto está evidentemente ausente.

66

Cada mercadoria determinada luta para si própria, não pode reconhecer as outras, pretende impor-se em toda a parte como se fosse a única. O espetáculo é, então, o canto épico deste afrontamento, que a queda de nenhuma Ílion poderia concluir. O espetáculo não canta os homens e as suas armas, mas as mercadorias e as suas paixões. É nesta luta cega que cada mercadoria, ao seguir a sua paixão, realiza, de fato, na inconsciência algo de mais elevado: o devir-mundo da mercadoria, que é também o devir-mercadoria do mundo. Assim, por uma astúcia da razão mercantil o particular da mercadoria se gasta ao combater, enquanto a forma-mercadoria tende para a sua realização absoluta.

67

A satisfação, que a mercadoria abundante já não pode dar no uso, acaba por ser procurada no reconhecimento do seu valor enquanto mercadoria: uso da mercadoria bastando-se a si próprio; e, para o consumidor, a efusão religiosa para com a liberdade soberana da mercadoria. Vagas de entusiasmo para um dado produto, apoiado e relançado por todos os meios de formação, propagam-se, assim, a grande velocidade. Um estilo de roupa surge de um filme; uma revista lança clubes que lançam panóplias diversas. O *gadget* (*) exprime este fato de, no momento em que a massa das mercadorias cai na aberração, o próprio aberrante se tomar uma mercadoria especial. Nos porta-chaves publicitários, por exemplo, não mais comprados, mas dons suplementares que acompanham objetos de prestígio vendidos, ou que provêm da troca da sua própria esfera, pode-se reconhecer a manifestação de um abandono místico à transcendência da mercadoria. Aquele que coleciona os porta- chaves que acabam de ser fabricados para serem colecionados acumula as indulgências da mercadoria, um sinal glorioso da sua presença real entre os seus fiéis. O homem reificado proclama a prova da sua intimidade com a mercadoria. Como nos arrebatamentos dos convulsionários ou miraculados do velho fetichismo religioso, o fetichismo da mercadoria atinge momentos de excitação fervente. O único uso que ainda se exprime aqui é o uso fundamental da submissão.

68

Sem dúvida, a pseudonecessidade imposta no consumo moderno não pode ser oposta a nenhuma necessidade ou desejo autêntico, que não seja, ele próprio, modelado pela sociedade e sua história. Mas a mercadoria abundante está lá como

a ruptura absoluta de um desenvolvimento orgânico das necessidades sociais. A sua acumulação mecânica liberta um artificial ilimitado, perante o qual o desejo vivo fica desarmado. A potência cumulativa de um artificial independente conduz, em toda a parte, à falsificação da vida social.

69

Na imagem da unificação feliz da sociedade pelo consumo, a divisão real está somente suspensa até à próxima não-completa realização no consumível. Cada produto particular que deve representar a esperança de um atalho fulgurante para aceder, enfim, à terra prometida do consumo total, é, por sua vez, apresentado cerimoniosamente como a singularidade decisiva. Mas como no caso da difusão instantânea das modas de nomes aparentemente aristocráticos que se vão encontrar usados por quase todos os indivíduos da mesma idade, o objeto do qual se espera um poder singular não pôde ser proposto à devoção das massas senão porque ele foi tirado num número de exemplares suficientemente grande para ser consumido massivamente. O caráter prestigioso deste qualquer produto não lhe vem senão de ter sido colocado por um momento no centro da vida social, como o mistério revelado da finalidade da produção. O objeto, que era prestigioso no espetáculo, torna-se vulgar no instante em que entra em casa do consumidor ao mesmo tempo em que na casa de todos os outros. Ele revela demasiado tarde a sua pobreza essencial, que retira da miséria da sua produção. Mas é já um outro objeto que traz a justificação do sistema e a exigência de ser reconhecido.

70

A própria impostura da satisfação deve denunciar-se ao substituir-se ao seguir a mudança dos produtos e das condições gerais da produção. Aquilo que afirmou, com o mais perfeito descaramento, a sua própria excelência definitiva muda não só no espetáculo difuso, mas também no espetáculo concentrado, e é só o sistema que deve continuar: Stalin, como a mercadoria fora de moda, é denunciado por aqueles mesmos que o impuseram. Cada nova mentira da publicidade é também a confissão da sua mentira precedente. Cada derrocada de uma figura do poder totalitário revela a comunidade ilusória que a aprovava unanimemente e que não era mais do que um aglomerado de solidões sem ilusões.

71

O que o espetáculo apresenta como perpétuo é fundado sobre a mudança, e deve mudar com a sua base. O espetáculo é absolutamente dogmático e, ao mesmo tempo, não pode levar a nenhum dogma sólido. Para ele nada para; é o estado que lhe é natural e, todavia, o mais contrário à sua inclinação.

72

A unidade irreal que o espetáculo proclama é a máscara da divisão de classe sobre a qual repousa a unidade real do modo de produção capitalista. O que obriga os produtores a participar na edificação do mundo é também o que disso os afasta.

O que põe em relação os homens libertos das suas limitações locais e nacionais é também o que os distancia. O que obriga ao aprofundamento do racional é também o que alimenta o racional da exploração hierárquica e da repressão. O que faz o poder abstrato da sociedade faz a sua não-liberdade concreta.

(*) *Em inglês no original (N. T.).*

Capítulo IV

O proletariado como sujeito e representação

> O direito igual a todos os bens e aos gozos deste mundo, a destruição de toda a autoridade, a negação de todo o freio moral, eis, se descermos ao fundo das coisas, a razão de ser da insurreição de 18 de Março e a carta da temível associação que lhe forneceu um exército. (Inquérito parlamentar sobre a insurreição de 18 de Março.)

73

O movimento real, que suprime as condições existentes, governa a sociedade a partir da vitória da burguesia na economia, e de forma visível desde a tradução política dessa vitória. O desenvolvimento das forças produtivas rebentou com as antigas relações de produção e toda a ordem estática se desfaz em pó. Tudo o que era absoluto torna-se histórico.

74

É sendo lançados na história, devendo participar no trabalho e nas lutas que a constituem, que os homens se veem obrigados a encarar as suas relações de uma maneira desiludida. Esta história não tem um objeto distinto daquele que ela realiza sobre si própria, se bem que a última visão metafísica inconsciente da época histórica possa ver a progressão produtiva, através da qual a história se desenrolou, como o objeto mesmo da história. O sujeito da história não pode ser senão o vivo produzindo- se a si próprio, tornando-se senhor e possuidor do seu mundo que é a história, e existindo como consciência do seu jogo.

75

Como uma mesma corrente, desenvolvem-se as lutas de classes da longa época revolucionária, inaugurada pela ascensão da burguesia, e o pensamento da história, a dialética, o pensamento que já não para à procura do sentido do sendo, mas que se eleva ao conhecimento da dissolução de tudo o que é; e no movimento dissolve toda a separação.

76

Hegel já não tinha que interpretar o mundo, mas a transformação do mundo. Interpretando somente a transformação, Hegel não é mais do que o acabamento filosófico da filosofia. Ele quer compreender um mundo que se faz a si próprio. Este pensamento histórico ainda não é senão a consciência que chega sempre tarde demais, e que enuncia a justificação *post festum.* Assim, ela não ultrapassou a

separação senão no pensamento. O paradoxo, que consiste em suspender o sentido de toda a realidade ao seu acabamento histórico, e em revelar ao mesmo tempo este sentido constituindo-se a si próprio em acabamento da história, resulta do simples fato de o pensador das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII não ter procurado na sua filosofia senão a reconciliação com o seu resultado. "Mesmo como filosofia da revolução burguesa, ela não exprime todo o processo desta revolução, mas somente a sua última conclusão. Neste sentido, ela é uma filosofia não da revolução, mas da restauração" (Karl Korsch, *Teses sobre Hegel e a revolução).* Hegel fez, pela última vez, o trabalho do filósofo, "a glorificação do que existe", mas o que existia para ele já não podia ser senão a totalidade do movimento histórico. A posição exterior do pensamento, sendo de fato mantida, não podia ser encoberta senão pela sua identificação a um projeto prévio do Espírito, herói absoluto que fez o que quis e que quis o que fez, e cuja plena realização coincide com o presente. Assim, a filosofia que morre no pensamento da história já não pode glorificar o seu mundo senão renegando-o, porque para tomar a palavra é-lhe já necessário supor acabada esta história total, à qual ela tudo reduziu, e encerrada a sessão do único tribunal onde pode ser pronunciada a sentença da verdade.

77

Quando o proletariado manifesta, pela sua própria existência em atos, que este pensamento da história não foi esquecido, o desmentido da conclusão é igualmente a confirmação do método.

78

O pensamento da história não pode ser salvo senão tornando-se pensamento prático; e a prática do proletariado como classe revolucionária não pode ser menos que a consciência histórica operando sobre a totalidade do seu mundo. Todas as correntes teóricas do movimento operário revolucionário saíram de um afrontamento crítico com o pensamento hegeliano, em Marx como em Stirner e Bakunin.

79

O caráter inseparável da teoria de Marx e do método hegeliano é ele próprio inseparável do caráter revolucionário desta teoria, isto é, da sua verdade. É nisto que esta primeira relação foi geralmente ignorada ou mal compreendida, ou ainda denunciada como o fraco daquilo que se tornava falaciosamente uma doutrina marxista. Bernstein, em *Socialismo teórico e Socialdemocracia prática,* revela perfeitamente esta ligação do método dialético e da tomada de partido histórico ao deplorar as previsões pouco científicas do Manifesto de 1847 sobre a iminência da revolução proletária na Alemanha: "Esta autossugestão histórica, tão errada que o primeiro visionário político aparecido nem sequer poderia encontrar melhor, seria incompreensível num Marx, que à época tinha já seriamente estudado a economia, se não se tivesse de ver nela o produto de um resto da dialética antitética hegeliana, de que Marx, não mais que Engels, nunca soube desfazer-se completamente. Nesses tempos de efervescência geral, isso lhe foi tanto mais fatal".

80

A reinversão que Marx efetua, através de um "salvamento por transferência" do pensamento das revoluções burguesas, não consiste em substituir trivialmente pelo desenvolvimento materialista das forças produtivas o percurso do Espírito hegeliano, indo ao seu próprio encontro no tempo, a sua objetivação sendo idêntica à sua alienação, e as suas feridas históricas não deixando cicatrizes. A história tornada real já não tem fim. Marx arruinou a posição separada de Hegel perante o que acontece, e a contemplação dum agente supremo exterior, qualquer que ele seja. A teoria já não tem a conhecer senão o que ela faz. É, pelo contrário, a contemplação do movimento da economia, no pensamento dominante da sociedade atual, que é a herança não- reivindicativa da parte não-dialética na tentativa hegeliana de um sistema circular: é uma aprovação que perdeu a dimensão do conceito, e que já não tem necessidade dum hegelianismo para se justificar, porque o movimento que se trata de louvar já não é senão um setor sem pensamento do mundo, cujo desenvolvimento mecânico domina efetivamente o todo. O projeto de Marx é o de uma história consciente. O quantitativo que sobrevêm ao desenvolvimento cego das forças produtivas simplesmente econômicas deve transformar-se em apropriação histórica qualitativa. A crítica da economia política é o primeiro ato deste fim de pré-história: "De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a própria classe revolucionária."

81

O que liga estreitamente a teoria de Marx ao pensamento científico é a compreensão racional das forças que se exercem realmente na sociedade. Mas ela é fundamentalmente um além do pensamento científico, onde este não é conservado senão sendo superado: trata-se de uma compreensão da luta, e de nenhum modo da lei. "Nós só conhecemos uma ciência: a ciência da história", diz *A Ideologia Alemã.*

82

A época burguesa, que pretende fundar cientificamente a história, negligencia o fato de que esta ciência disponível teve, antes de mais, de ser ela própria fundada historicamente com a economia. Inversamente, a história não depende radicalmente deste conhecimento senão enquanto esta história permanece história econômica. Quanto do papel da história na própria economia - o processo global que modifica os seus próprios dados científicos de base - pôde ser, aliás, negligenciado pelo ponto de vista da observação científica, é o que mostra a vaidade dos cálculos socialistas que acreditavam ter estabelecido a periodicidade exata das crises; e desde que a intervenção constante do Estado logrou compensar o efeito das tendências à crise, o mesmo gênero de raciocínio vê neste equilíbrio uma harmonia econômica definitiva. O projeto de superar a economia, o projeto de tomar posse da história, se ele deve conhecer - e trazer a si - a ciência da sociedade, não pode, ele mesmo, ser científico. Nesse último movimento, que crê dominar a história presente

através de um conhecimento científico, o ponto de vista revolucionário permaneceu burguês.

83

As correntes utópicas do socialismo, embora elas próprias fundadas historicamente na crítica da organização social existente, podem ser justamente qualificadas de utópicas na medida em que recusam a história - isto é, a luta real em curso, assim como o movimento do tempo para além da perfeição inalterável da sua imagem de sociedade feliz -, mas não porque eles recusassem a ciência. Os pensadores utopistas são, pelo contrário, inteiramente dominados pelo pensamento científico, tal como ele se tinha imposto nos séculos precedentes. Eles procuram o acabamento desse sistema racional geral: eles não se consideram de nenhum modo profetas desarmados, porque creem no poder social da demonstração científica, e mesmo, no caso do saint-simonismo, na tomada do poder pela ciência. "Como", diz Sombart, "quereriam eles arrancar pela luta, aquilo que deve ser provado?" Contudo, a concepção científica dos utopistas não se alarga a este conhecimento de que os grupos sociais têm interesses numa situação existente, forças para a manter, e, igualmente, formas de falsa-consciência correspondentes a tais posições. Ela permanece, portanto, muito aquém da realidade histórica do desenvolvimento da própria ciência, que se encontrou em grande parte orientada pela procura social resultante de tais fatores, que seleciona não só o que pode ser admitido, mas também o que pode ser procurado. Os socialistas utópicos, ao ficarem prisioneiros do modo de exposição da verdade científica, concebem esta verdade segundo a sua pura imagem abstrata, tal como a tinha visto impor-se um estádio muito anterior da sociedade. Como o notava Sorel, é segundo o modelo da astronomia que os utopistas pensam descobrir e demonstrar as leis da sociedade. A harmonia por eles visada, hostil à história, decorre duma tentativa de aplicação à sociedade da ciência menos dependente da história. Ela tenta fazer-se reconhecer com a mesma inocência experimental do newtonismo, e o destino feliz, constantemente postulado, "desempenha na sua ciência social um papel análogo ao que cabe à inércia na mecânica racional" (*Materiais para uma teoria do proletariado*).

84

O lado determinista-científico no pensamento de Marx foi justamente a brecha pela qual penetrou o processo de "ideologização", enquanto vivo, e ainda mais na herança teórica deixada ao movimento operário. A chegada do sujeito da história é ainda adiada, e é a ciência histórica por excelência, a economia, que tende cada vez mais a garantir a necessidade da sua própria negação futura. Mas, deste modo, é repelida para fora do campo da visão teórica a prática revolucionária que é a única verdade desta negação. Assim, importa estudar pacientemente o desenvolvimento econômico e nele admitir ainda, com uma tranquilidade hegeliana, a dor, o que no seu resultado permanece "cemitério das boas intenções". Descobre-se que agora, segundo a ciência das revoluções, a consciência chega sempre cedo demais, e

deverá ser ensinada. "A história não nos deu razão, a nós e a todos os que pensavam como nós. Ela mostrou claramente que o estado do desenvolvimento econômico do continente estava, então, ainda bem longe de estar amadurecido...", dirá Engels em 1895. Durante toda a sua vida, Marx manteve o ponto de vista unitário da sua teoria, mas o enunciado da sua teoria colocou-se no terreno do pensamento dominante ao precisar-se, sob a forma de críticas de disciplinas particulares, principalmente a crítica da ciência fundamental da sociedade burguesa, a economia política. É esta mutilação, ulteriormente aceita como definitiva, que constitui o "marxismo".

85

A carência na teoria de Marx é naturalmente a carência da luta revolucionária do proletariado da sua época. A classe operária não decretou a revolução em permanência, na Alemanha de 1848; a Comuna foi vencida no isolamento. A teoria revolucionária não pôde, pois, atingir ainda a sua própria existência total. Ficar reduzido a defendê-la e a precisá-la na separação do trabalho douto, no British Museum, implicava uma perda na própria teoria. São precisamente as justificações científicas tiradas do futuro do desenvolvimento da classe operária, e a prática organizacional combinada com estas justificações, que se tornarão obstáculos à consciência proletária num estádio mais avançado.

86

Toda a insuficiência teórica na defesa científica da revolução proletária pode ser reduzida, quanto ao conteúdo assim como quanto à forma do enunciado, a uma identificação do proletariado com a burguesia, do ponto de vista da tomada revolucionária do poder.

87

A tendência a fundar uma demonstração da legalidade científica do poder proletário, com o argumento de experimentações repetidas do passado, obscurece, desde o *Manifesto,* o pensamento histórico de Marx, ao fazê-lo sustentar uma imagem linear do desenvolvimento dos modos de produção, impulsionando lutas de classes que terminariam, de cada vez, "por uma transformação revolucionária da sociedade inteira ou pela destruição comum das classes em luta". Mas na realidade observável da história, do mesmo modo que "modo de produção asiático", como Marx algures o constatava, conservou a sua imobilidade apesar de todos os afrontamentos de classes, também as *jacqueries* de servos nunca venceram os barões, nem as revoltas de escravos da Antiguidade os homens livres. O esquema linear perde de vista, antes de tudo, o fato de que a burguesia é a única classe revolucionária que jamais venceu; ao mesmo tempo em que ela é a única para a qual o desenvolvimento da economia foi causa e consequência do seu poder sobre a sociedade. A mesma simplificação conduziu Marx a negligenciar o papel econômico do Estado na gestão de uma sociedade de classes. Se a burguesia ascendente pareceu franquear a economia do Estado, é somente na medida em que o Estado

antigo se confundia com o instrumento de uma opressão de classe numa economia estática. A burguesia desenvolveu o seu poderio econômico autônomo no período medieval de enfraquecimento do Estado, no momento de fragmentação feudal de poderes equilibrados. Mas o Estado moderno que, pelo mercantilismo, começou a apoiar o desenvolvimento da burguesia, e que finalmente se tornou o seu Estado na hora do "laisser faire, laisser passer", vai revelar- se ulteriormente dotado de um poder central na gestão calculada do processo econômico. Marx pôde, no entanto, descrever no bonapartismo este esboço da burocracia estatal moderna, fusão do capital e do Estado, constituição de um "poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a sujeição social", onde a burguesia renuncia a toda a vida histórica que não seja a sua redução à história econômica das coisas, e se presta a "ser condenada ao mesmo nada político que as outras classes". Aqui, estão já colocadas as bases sociopolíticas do espetáculo moderno, que, negativamente, define o proletariado como único pretendente à vida histórica.

88

As duas únicas classes que correspondem efetivamente à teoria de Marx, as duas classes puras às quais leva toda a análise no *Capital*, a burguesia e o proletariado, são igualmente as duas únicas classes revolucionárias da história, mas a títulos diferentes: a revolução burguesa está feita; a revolução proletária é um projeto, nascido na base da precedente revolução, mas dela diferindo qualitativamente. Ao negligenciar a originalidade do papel histórico da burguesia encobre-se a originalidade concreta deste projeto proletário, que nada pode atingir senão ostentando as suas próprias cores e conhecendo "a imensidade das suas tarefas". A burguesia veio ao poder porque é a classe da economia em desenvolvimento. O proletariado não pode ele próprio ser o poder, senão tornando-se a classe da consciência. O amadurecimento das forças produtivas não pode garantir um tal poder, mesmo pelo desvio da despossessão crescente que traz consigo. A tomada jacobina do Estado não pode ser um instrumento seu. Nenhuma ideologia lhe pode servir para disfarçar fins parciais em fins gerais, porque ele não pode conservar nenhuma realidade parcial que seja efetivamente sua.

89

Se Marx, num período determinado da sua participação na luta do proletariado, esperou demasiado da previsão científica, ao ponto de criar a base intelectual das ilusões do economismo, sabe-se que a tal não sucumbiu pessoalmente. Numa carta bem conhecida, de 7 de dezembro de 1867, acompanhando um artigo onde ele próprio critica *O Capital*, artigo que Engels devia fazer passar na Imprensa como se emanasse de um adversário, Marx expôs claramente o limite da sua própria ciência: "... A tendência subjetiva do autor (que lhe impunham talvez a sua posição política e o seu passado), isto é, a maneira como ele apresenta aos outros o resultado último do movimento atual, do processo social atual, não tem nenhuma relação com a sua análise real." Assim Marx, ao denunciar ele próprio as "conclusões tendenciosas" da

sua análise objetiva, e pela ironia do "talvez" relativo às escolhas extra-científicas que se lhe teriam imposto, mostra ao mesmo tempo a chave metodológica da fusão dos dois aspectos.

90

É na própria luta histórica que é preciso realizar a fusão do conhecimento e da ação, de tal modo que cada um destes termos coloque no outro a garantia da sua verdade. A constituição da classe proletária em sujeito é a organização das lutas revolucionárias e a organização da sociedade no momento revolucionário: é aqui que devem existir as condições práticas da consciência, nas quais a teoria da práxis se confirma tornando-se teoria prática. Contudo, esta questão central da organização foi a menos considerada pela teoria revolucionária na época em que se fundava o movimento operário, isto é, quando esta teoria possuía ainda o caráter unitário vindo do pensamento da história (e que ela se tinha justamente dado por tarefa desenvolver até uma prática histórica unitária). É, pelo contrário, o lugar da inconsequência para esta teoria, ao admitir o retomar de métodos de aplicação estatais e hierárquicos copiados da revolução burguesa. As formas de organização do movimento operário desenvolvidas sobre esta renúncia da teoria tenderam por sua vez a interditar a manutenção de uma teoria unitária, dissolvendo-a em diversos conhecimentos especializados e parcelares. Esta alienação ideológica da teoria já não pode, então, reconhecer a verificação prática do pensamento histórico unitário que ela traiu, quando uma tal verificação surge na luta espontânea dos operários; ela pode somente concorrer para reprimir lhe a manifestação e a memória. Todavia, estas formas históricas aparecidas na luta são justamente o meio prático que faltava à teoria para que ela fosse verdadeira. Elas são uma exigência da teoria, mas que não tinha sido formulada teoricamente. O soviete não era uma descoberta da teoria. E a mais alta verdade teórica da Associação Internacional dos Trabalhadores, era já a sua própria existência na prática.

91

Os primeiros sucessos da luta da Internacional levavam-na a libertar-se das influências confusas da ideologia dominante que nela subsistiam. Mas a derrota e a repressão que ela cedo encontrará fizeram passar ao primeiro plano um conflito entre duas concepções da revolução proletária, ambas contendo uma dimensão autoritária, pela qual a auto-emancipação consciente da classe é abandonada. Com efeito, a querela tornada irreconciliável entre os marxistas e os bakuninistas era dupla, tendo ao mesmo tempo por objeto o poder na sociedade revolucionária e a organização presente do movimento, e ao passar dum ao outro destes aspectos, as posições dos adversários invertem-se. Bakunin combatia a ilusão de uma abolição das classes pelo uso autoritário do poder estatal, prevendo a reconstituição de uma classe dominante burocrática e a ditadura dos mais sábios, ou dos que serão reputados como tal. Marx, que acreditava que um amadurecimento inseparável das contradições econômicas e da educação democrática dos operários reduziria o

papel de um Estado proletário a uma simples fase de legalização de novas relações sociais, impondo-se objetivamente, denunciava em Bakunin e seus partidários o autoritarismo duma elite conspirativa que se tinha deliberadamente colocado acima da Internacional, e que formulava o extravagante desígnio de impor à sociedade a ditadura irresponsável dos mais revolucionários, ou dos que se teriam a si próprios designado como tal. Bakunin recrutava efetivamente os seus partidários sob uma tal perspectiva: "Pilotos invisíveis no meio da tempestade popular, nós devemos dirigi-la, não por um poder ostensivo mas pela ditadura coletiva de todos os aliados. Ditadura sem faixa, sem título, sem direito oficial, e tanto mais poderosa quanto ela não terá nenhuma das aparências do poder". Assim se opuseram duas ideologias da revolução operária, contendo cada uma delas uma crítica parcialmente verdadeira, mas perdendo a unidade do pensamento da história e instituindo-se, a si próprias, em autoridades ideológicas. Organizações poderosas, como a socialdemocracia alemã e a Federação Anarquista Ibérica, serviram fielmente uma e outra destas ideologias; e em toda a parte o resultado foi grandemente diferente do que era desejado.

92

O fato de olhar a finalidade da revolução proletária como imediatamente presente constitui, ao mesmo tempo, a grandeza e a fraqueza da luta anarquista real (porque nas suas variantes individualistas, as pretensões do anarquismo permanecem irrisórias). Do pensamento histórico das modernas lutas de classes, o anarquismo coletivista retém unicamente a conclusão, e a sua exigência absoluta desta conclusão traduz-se igualmente no seu desprezo deliberado do método. Assim, a sua crítica da luta política permaneceu abstrata, enquanto a sua escolha da luta econômica não se afirmou, ela própria, senão em função da ilusão de uma solução definitiva arrancada de uma só vez nesse terreno, no dia da greve geral ou da insurreição. Os anarquistas têm um ideal a realizar. O anarquismo é a negação ainda ideológica do Estado e das classes, isto é, das próprias condições sociais da ideologia separada. É a ideologia da pura liberdade que iguala tudo e que afasta toda a ideia do mal histórico. Este ponto de vista da fusão de todas as exigências parciais deu ao anarquismo o mérito de representar a recusa das condições existentes no conjunto da vida, e não em torno de uma especialização crítica privilegiada, mas esta fusão, ao ser considerada no absoluto, segundo o capricho individual, antes da sua realização efetiva condenou também o anarquismo a uma incoerência demasiado fácil de constatar. O anarquismo não tem senão a redizer e a repor em jogo, em cada luta, a sua simples conclusão total, porque esta primeira conclusão era desde a origem identificada com a concretização integral do movimento. Bakunin podia pois escrever em 1873, ao abandonar a Federação do Jura: "Nos últimos nove anos desenvolvemos no seio da Internacional mais ideias do que o necessário para salvar o mundo, se só por si as ideias pudessem salvá-lo, e desafio quem quer que seja a inventar uma nova. O tempo já não está para ideias, mas para fatos e atos". Sem dúvida, esta concepção conserva do pensamento

histórico do proletariado a certeza de que as ideias devem tornar-se práticas, mas ela abandona o terreno histórico ao supor que as formas adequadas a esta passagem à prática já estão encontradas e não variarão mais.

93

Os anarquistas, que se distinguem explicitamente do conjunto do movimento operário pela sua convicção ideológica, vão reproduzir entre si esta separação das competências, ao fornecer um terreno favorável à dominação informal, sobre toda a organização anarquista, dos propagandistas e defensores da sua própria ideologia, especialistas, em regra geral, tanto mais medíocres quanto a sua atividade intelectual se reduz principalmente à repetição de algumas verdades definitivas. O respeito ideológico da unanimidade na decisão favoreceu antes a autoridade incontrolada, na própria organização, de especialistas da liberdade; e o anarquismo revolucionário espera do povo libertado o mesmo gênero de unanimidade, obtida pelos mesmos meios. De resto, a recusa de considerar a oposição das condições entre uma minoria agrupada na luta atual e a sociedade dos indivíduos livres alimentou uma permanente separarão dos anarquistas no momento da decisão comum, como o mostra o exemplo de uma infinidade de insurreições anarquistas na Espanha, limitadas e esmagadas num plano local.

94

A ilusão, sustentada mais ou menos explicitamente no anarquismo autêntico, é a iminência permanente de uma revolução que deverá dar razão à ideologia, e ao modo de organização prático derivado da ideologia, ao realizar-se instantaneamente. O anarquismo conduziu realmente, em 1936, uma revolução social e o esboço, o mais avançado de sempre, de um poder proletário. Nesta circunstância, é preciso ainda notar, por um lado, que o sinal de uma insurreição geral tinha sido imposto pelo pronunciamento do exército. Por outro lado, na medida em que esta revolução não tinha sido concluída nos primeiros dias, pela existência de um poder franquista em metade do país, apoiado fortemente pelo estrangeiro no momento em que o resto do movimento proletário internacional já estava vencido, e pela sobrevivência das forças burguesas ou de outros partidos operários estatalistas no campo da República, o movimento anarquista organizado mostrou-se incapaz de alargar as meias-vitórias da revolução, e até mesmo de as defender. Os seus chefes reconhecidos tornaram-se ministros e reféns do Estado burguês que destruía a revolução para perder a guerra civil.

95

O "marxismo ortodoxo" da II Internacional é a ideologia científica da revolução socialista, que identifica toda a sua verdade ao processo objetivo na economia e ao progresso dum reconhecimento desta necessidade na classe operária educada pela organização. Esta ideologia reencontra a confiança na demonstração pedagógica que tinha caracterizado o socialismo utópico, mas dotado de uma referência contemplativa ao curso da história: porém, uma tal atitude perdeu tanto a dimensão

hegeliana de uma história total como perdeu a imagem imóvel da totalidade presente na crítica utopista (no mais alto grau, em Fourier). É de uma tal atitude científica, que não podia fazer menos que relançar simetricamente escolhas éticas, que procedem as tolices de Hilferding quando este precisa que reconhecer a necessidade do socialismo não dá "indicação sobre a atitude prática a adotar. Porque uma coisa é reconhecer uma necessidade, e uma outra é pôr-se ao serviço desta necessidade" *(Capital financeiro*). Aqueles que não reconheceram que o pensamento unitário da história, para Marx e para o proletariado revolucionário, não era nada de distinto de uma atitude prática a adotar, deviam normalmente ser vítimas da prática que tinham simultaneamente adotado.

96

A ideologia da organização socialdemocrata submetia-a ao poder dos professores que educavam a classe operária, e a forma de organização adotada era a forma adequada a esta aprendizagem passiva. A participação dos socialistas da II Internacional nas lutas políticas e econômicas era certamente concreta, mas profundamente acrítica. Ela era conduzida, em nome da ilusão revolucionária, segundo uma prática manifestamente reformista. Assim, a ideologia revolucionária devia ser despedaçada pelo próprio sucesso daqueles que consigo a traziam. A separação dos deputados e dos jornalistas no movimento arrastava para o modo de vida burguês aqueles mesmos que eram recrutados entre os intelectuais burgueses. A burocracia sindical constituía em corretores da força de trabalho, a vender como mercadoria ao seu justo preço, aqueles mesmos que eram recrutados a partir das lutas dos operários industriais e deles extraídos. Para que a atividade de todos eles conservasse algo de revolucionário, teria sido necessário que o capitalismo se encontrasse oportunamente incapaz de suportar economicamente este reformismo que politicamente ele tolerava na sua agitação legalista. É uma tal incompatibilidade que a sua ciência garantia; e que a história desmentia a cada instante.

97

Esta contradição, cuja realidade Bernstein, por ser o socialdemocrata mais afastado da ideologia política e o mais francamente ligado à metodologia da ciência burguesa, teve a honestidade de querer mostrar - e o movimento reformista dos operários ingleses, ao prescindir da ideologia revolucionária, tinha-o mostrado também - não devia, contudo, ser demonstrada sem réplica senão pelo próprio desenvolvimento histórico. Bernstein, embora cheio de ilusões quanto ao resto, tinha negado que uma crise da produção capitalista viesse miraculosamente obrigar os socialistas ao poder que não queriam herdar da revolução senão por esta legítima sagração. O momento de profunda perturbação social que surgiu com a primeira guerra mundial, embora tivesse sido fértil em tomada de consciência, demonstrou duplamente que a hierarquia socialdemocrata não tinha de modo algum tornado teóricos os operários alemães: de início, quando a grande maioria do partido aderiu à guerra imperialista, em seguida, quando na derrota ela esmagou os revolucionários

spartakistas. O ex-operário Ebert acreditava ainda no pecado, porque confessava odiar a revolução "como o pecado". E o mesmo dirigente mostrou-se bom precursor da representação socialista que devia, pouco depois, opor-se como inimigo absoluto ao proletariado da Rússia e de algures, ao formular o programa exato desta nova alienação: "O socialismo quer dizer trabalhar muito."

98

Lenin não foi, como pensador, marxista, senão kautskista fiel e consequente, que aplicava a ideologia revolucionária deste "marxismo ortodoxo" nas condições russas, condições que não permitiam a prática reformista que a II Internacional seguia em contrapartida. A direção exterior do proletariado, agindo por intermédio de um partido clandestino disciplinado, submetido aos intelectuais que se tornaram "revolucionários profissionais", constitui aqui uma profissão que não quer pactuar com nenhuma profissão dirigente da sociedade capitalista (o regime czarista sendo, de resto, incapaz de oferecer uma tal abertura, cuja base é um estádio avançado do poder da burguesia). Ela torna-se, pois, a profissão da direção absoluta da sociedade.

99

O radicalismo ideológico autoritário dos bolcheviques estendeu-se, à escala mundial, com a guerra e com o desmoronamento da socialdemocracia internacional perante a guerra. O fim sangrento das ilusões democráticas do movimento operário tinha feito do mundo inteiro uma Rússia, e o bolchevismo, reinando sobre a primeira ruptura revolucionária que esta época de crise tinha trazido, oferecia ao proletariado de todos os países o seu modelo hierárquico e ideológico, para "falar em russo" à classe dominante. Lenin não criticou ao marxismo da II Internacional o ser uma ideologia revolucionária, mas o ter deixado de o ser.

100

O mesmo momento histórico, em que o bolchevismo triunfou para si mesmo na Rússia, e onde a socialdemocracia combateu vitoriosamente para o velho mundo, marca o nascimento acabado de uma ordem de coisas que está no coração da dominação do espetáculo moderno: a representação operária opôs-se radicalmente à classe.

101

"Em todas as revoluções anteriores", escrevia Rosa Luxemburgo na Rote Fahne de 21 de Dezembro de 1918, "os combatentes afrontavam-se de cara descoberta: classe contra classe, programa contra programa. Na presente revolução, as tropas de proteção da antiga ordem não intervêm sob a insígnia das classes dirigentes, mas sob a bandeira de um 'partido socialdemocrata'. Se a questão central da revolução estivesse posta aberta e honestamente, capitalismo ou socialismo, nenhuma dúvida, nenhuma hesitação seriam hoje possíveis na grande massa do proletariado." Assim, alguns dias antes da sua destruição, a corrente radical do

proletariado alemão descobria o segredo das novas condições que todo o processo anterior havia criado (para o qual a representação operária tinha grandemente contribuído): a organização espetacular da defesa da ordem existente, o reino central das aparências onde nenhuma "questão central" se pode já pôr "aberta e honestamente". A representação revolucionária do proletariado neste estádio tinha-se tornado, ao mesmo tempo, o fator principal e o resultado central da falsificação geral da sociedade.

102

A organização do proletariado segundo o modelo bolchevique, que tinha nascido do atraso russo e da demissão do movimento operário dos países avançados quanto à luta revolucionária, encontrou, também no atraso russo, todas as condições que levavam esta forma de organização a uma reinversão contrarrevolucionária que ela inconscientemente continha no seu germe original; a demissão reiterada da massa do movimento operário europeu perante o *"Hic Rhodus, hic salta!"*(1) do período de 1918-1920, demissão que incluía a destruição violenta da sua minoria radical, favoreceu o desenvolvimento completo do processo e dele deixou o resultado mentiroso, perante o mundo, como a única solução proletária. O apoderar-se do monopólio estatal da representação e da defesa do poder dos operários, que o partido bolchevique justificou, fê-lo tornar-se o que ele era: o partido dos proprietários do proletariado, eliminando no essencial as formas precedentes de propriedade.

103

Todas as condições da liquidação do czarismo, encaradas no debate teórico sempre insatisfatório das diversas tendências da socialdemocracia russa, havia vinte anos - fraqueza da burguesia, peso da maioria camponesa, papel decisivo de um proletariado concentrado e combativo, mas extremamente minoritário no país - revelaram, afinal, na prática a sua solução, através de um dado que não estava presente nas hipóteses: a burocracia revolucionária que dirigia o proletariado, ao apoderar-se do Estado, deu à sociedade uma nova dominação de classe. A revolução estritamente burguesa era impossível; a "ditadura democrática dos operários e dos camponeses" era vazia de sentido; o poder proletário dos sovietes não podia manter-se, ao mesmo tempo, contra a classe dos camponeses proprietários, a reação branca nacional e internacional, e a sua própria representação exteriorizada e alienada, em partido operário dos senhores absolutos do Estado, da economia, da expressão, e dentro em breve do pensamento. A teoria da revolução permanente de Trotsky e Parvus, à qual Lenin aderiu efetivamente em abril de 1917, era a única a tornar-se verdadeira para os países atrasados em relação ao desenvolvimento social da burguesia, mas só depois da introdução deste fator desconhecido que era o poder de classe da burocracia. A concentração da ditadura nas mãos da representação suprema da ideologia foi defendida da maneira mais consequente por Lenin, nos numerosos afrontamentos da direção bolchevique.

Lenin tinha cada vez mais razão contra os seus adversários naquilo que ele sustentava ser a solução implicada pelas escolhas precedentes do poder absoluto minoritário: a democracia, recusada estatalmente aos camponeses, devia sê-lo aos operários, o que levava a recusá-la aos dirigentes comunistas dos sindicatos, em todo o partido, e finalmente até ao topo do partido hierárquico. No X Congresso, no momento em que o soviete de Kronstadt era abatido pelas armas e enterrado sob a calúnia, Lenin pronunciava contra os burocratas esquerdistas, organizados em "Oposição Operária", esta conclusão, de que Stalin iria alargar a lógica até uma perfeita divisão do mundo: "Aqui ou lá com uma espingarda, mas não com a oposição... Estamos fartos da oposição."

104

A burocracia, ficando única proprietária de um capitalismo de Estado, assegurou, antes do mais, o seu poder no interior através de uma aliança temporária com o campesinato, após Kronstadt, quando da "nova política econômica", tal como o defendeu no exterior, utilizando os operários arregimentados nos partidos burocráticos da III Internacional como força de apoio da diplomacia russa, para sabotar todo o movimento revolucionário e sustentar governos burgueses de que ela esperava um apoio em política internacional (O poder do Kuo-Ming-Tang na China de 1925-1927, a Frente Popular na Espanha e na Franca, etc.). Mas a sociedade burocrática devia prosseguir o seu próprio acabamento pelo terror exercido sobre o campesinato para realizar a acumulação capitalista primitiva mais brutal da história. Esta industrialização da época stalinista revela a realidade última da burocracia: ela é a continuação do poder da economia, a salvação do essencial da sociedade mercantil mantendo o trabalho-mercadoria. É prova da economia independente que domina a sociedade ao ponto de recriar para os seus próprios fins a dominação de classe que lhe é necessária: o que se resume em dizer que a burguesia criou um poder autônomo que, enquanto subsistir esta autonomia, pode ir até ao prescindir de uma burguesia. A burocracia totalitária não é "a última classe proprietária da história" no sentido de Bruno Rizzi, mas somente uma classe dominante de substituição para a economia mercantil. A propriedade privada capitalista desfalecente é substituída por um subproduto simplificado, menos diversificado, concentrado em propriedade coletiva da classe burocrática. Esta forma subdesenvolvida de classe dominante é também a expressão do subdesenvolvimento econômico; e não tem outra perspectiva senão a de recuperar o atraso deste desenvolvimento em certas regiões do mundo. É o partido operário, organizado segundo o modelo burguês da separação, que forneceu o quadro hierárquico-estatal a esta edição suplementar da classe dominante. Anton Ciliga notava, numa prisão de Stalin, que "as questões técnicas de organização revelavam-se ser questões sociais" *(Lenin e a revolução*).

105

A ideologia revolucionária, a coerência do separado de que o leninismo constitui o

mais alto esforço voluntarista, ao deter a gestão de uma realidade que a rejeita, com o stalinismo voltará à sua verdade na incoerência. Nesse momento, a ideologia já não é uma arma, mas um fim. A mentira que não é mais desmentida torna-se loucura. A realidade, assim como a finalidade, são dissolvidas na proclamação ideológica totalitária: tudo o que ela diz é tudo o que é. É um primitivismo local do espetáculo, cujo papel é, todavia, essencial no desenvolvimento do espetáculo mundial. A ideologia que se materializa aqui não transformou economicamente o mundo, como o capitalismo chegado ao estádio da abundância; ela só transformou policialmente a percepção.

106

A classe ideológica totalitária no poder é o poder de um mundo reinvertido: quanto mais ela é forte, mais ela afirma que não existe, e a sua força serve-lhe antes do mais para afirmar a sua inexistência. Ela é modesta nesse único ponto, porque a sua inexistência oficial deve também coincidir com o *nec plus ultra* do desenvolvimento histórico, que simultaneamente se deveria ao seu infalível comando. Exposta por toda a parte a burocracia deve ser a classe invisível para a consciência, de forma que e toda a vida social que se torna demente. A organização social da mentira absoluta decorre desta contradição fundamental.

107

O stalinismo foi o reino do terror na própria classe burocrática. O terrorismo que funda o poder desta classe deve também atingir esta classe, porque ela não possui nenhuma garantia jurídica, nenhuma existência reconhecida enquanto classe proprietária que ela poderia alargar a cada um dos seus membros. A sua propriedade real está dissimulada, e ela não se tornou proprietária senão pela via da falsa consciência. A falsa consciência não mantém o seu poder absoluto senão pelo terror absoluto, onde todo o verdadeiro motivo acaba por perder-se. Os membros da classe burocrática no poder não têm o direito de posse sobre a sociedade senão coletivamente, enquanto participantes numa mentira fundamental: é preciso que eles desempenhem o papel do proletariado dirigindo uma sociedade socialista; que sejam os atores fiéis ao texto da infidelidade ideológica. Mas a participação efetiva neste ser mentiroso deve, ela própria, ver-se reconhecida como uma participação verídica. Nenhum burocrata pode sustentar individualmente o seu direito ao poder, pois provar que é um proletário socialista seria manifestar-se como o contrário de um burocrata; e provar que é um burocrata é impossível, uma vez que a verdade oficial da burocracia é a de não ser. Assim, cada burocrata está na dependência absoluta de uma garantia central da ideologia, que reconhece uma participação coletiva ao seu "poder socialista" de todos os burocratas que ela não aniquila. Se os burocratas, considerados no seu conjunto, decidem de tudo, a coesão da sua própria classe não pode ser assegurada senão pela concentração do seu poder terrorista numa só pessoa. Nesta pessoa reside a única verdade prática da mentira no poder: a fixação indiscutível da sua fronteira sempre retificada. Stalin decide sem apelo quem é

finalmente burocrata possuidor; isto é, quem deve ser chamado "proletário no poder" ou então "traidor a soldo do Mikado e de Wall Street". Os átomos burocráticos não encontram a essência comum do seu direito senão na pessoa de Stalin. Stalin é esse soberano do mundo que se sabe deste modo a pessoa absoluta, para a consciência da qual não existe espírito mais alto. "O soberano do mundo possui a consciência efetiva do que ele é - o poder universal da efetividade - na violência destrutiva que exerce contra o *Soi* (2) dos seus sujeitos fazendo-lhe contraste." Ao mesmo tempo em que é o poder que define o terreno da dominação, ele é "o poder devastando esse terreno".

108

Quando a ideologia, tornada absoluta pela posse do poder absoluto, se transforma de um conhecimento parcelar numa mentira totalitária, o pensamento da história foi tão perfeitamente aniquilado que a própria história, ao nível do conhecimento mais empírico, já não pode existir. A sociedade burocrática totalitária vive num presente perpétuo, onde tudo o que sobreveio existe somente para ela como um espaço acessível à sua polícia. O projeto, já formulado por Napoleão, de "dirigir monarquicamente a energia das recordações" encontrou a sua concretização total numa manipulação permanente do passado, não só nos significados mas também nos fatos. Mas o preço deste franqueamento de toda a realidade histórica é a perda de referência racional que é indispensável à sociedade histórica do capitalismo. Sabe-se o que a aplicação científica da ideologia esquecida pôde custar à economia russa, quanto mais não seja com a impostura de Lyssenko. Esta contradição da burocracia totalitária administrando uma sociedade industrializada, colhida entre a sua necessidade do racional e a sua recusa do racional, constitui também uma das deficiências principais face ao desenvolvimento capitalista normal. Do mesmo modo que a burocracia não pode resolver, como este, a questão da agricultura, ela é-lhe finalmente inferior na produção industrial, planificada autoritariamente na base do irrealismo e da mentira generalizada.

109

O movimento operário revolucionário entre as duas guerras foi aniquilado pela ação conjugada da burocracia stalinista e do totalitarismo fascista que tinha copiado a sua forma de organização do partido totalitário experimentado na Rússia. O fascismo foi uma defesa extremista da economia burguesa, ameaçada pela crise e pela subversão proletária, o estado de sitio na sociedade capitalista, pelo qual esta sociedade se salva e se dota de uma primeira racionalização de urgência, fazendo intervir maciçamente o Estado na sua gestão. Mas uma tal racionalização é, ela própria, agravada pela imensa irracionalidade do seu meio. Se o fascismo se lança na defesa dos principais pontos da ideologia burguesa tornada conservadora (a família, a propriedade, a ordem moral, a nação), reunindo a pequena burguesia e os desempregados desnorteados pela crise ou desiludidos pela impotência da revolução socialista, ele próprio não é fundamentalmente ideológico. Ele apresenta-

se como aquilo que é: uma ressurreição violenta do mito, que exige a participação numa comunidade definida por pseudovalores arcaicos: a raça, o sangue, o chefe. O fascismo é o arcaísmo tecnicamente equipado. O seu *ersatz* decomposto do mito é retomado no contexto espetacular moderno, do mesmo modo que a sua parte na destruição do antigo movimento operário faz dele uma das potências fundadoras da sociedade presente; mas como também acontece que o fascismo é a forma mais dispendiosa da manutenção da ordem capitalista, ele devia normalmente abandonar a boca da cena que ocupam os grandes papéis desempenhados pelos Estados capitalistas, eliminado por formas mais racionais e mais fortes desta ordem.

110

Quando a burocracia russa consegue enfim desfazer-se dos traços da propriedade burguesa que entravam o seu reino sobre a economia, desenvolvê-la para o seu próprio uso, e ser reconhecida no exterior entre as grandes potências, ela quer desfrutar calmamente do seu próprio mundo, suprimindo esta porção de arbitrário que se exercia sobre si própria: ela denuncia o stalinismo da sua origem. Mas uma tal denúncia permanece stalinista, arbitrária, inexplicada e incessantemente corrigida, porque a mentira ideológica da sua origem nunca pode ser revelada. Assim, a burocracia não pode liberalizar-se nem culturalmente nem politicamente porque a sua existência como classe depende do seu monopólio ideológico que, com toda a sua grosseria, é o seu único título de propriedade. A ideologia perdeu certamente a paixão da sua afirmação positiva, mas o que dela subsiste de trivialidade indiferente tem ainda esta função repressiva de interditar a mínima concorrência, de manter cativa a totalidade do pensamento. A burocracia está, assim, ligada a uma ideologia em que já ninguém acredita. O que era terrorista tornou-se irrisório, mas esta mesma irrisão não pode manter-se senão conservando em segundo plano o terrorismo de que ela queria desfazer-se. Assim, no próprio momento em que a burocracia quer demonstrar a sua superioridade no terreno do capitalismo, ela confessa-se um parente pobre do capitalismo. Do mesmo modo que a sua história efetiva está em contradição com o seu direito, e a sua ignorância grosseiramente mantida em contradição com as suas pretensões cientificas, o seu projeto de rivalizar com a burguesia na produção duma abundância mercantil é entravado pelo fato de uma tal abundância trazer em si mesma a sua ideologia implícita, e reveste-se normalmente duma liberdade indefinidamente extensa de falsas escolhas espetaculares, pseudoliberdade que permanece inconciliável com a ideologia burocrática.

111

Neste momento do desenvolvimento, o título de propriedade ideológica da burocracia já se desmorona à escala internacional. O poder, que se tinha estabelecido nacionalmente enquanto modelo fundamentalmente internacionalista, deve admitir que já não pode pretender manter a sua coesão mentirosa para além de cada fronteira nacional. O desigual desenvolvimento econômico que conhecem as

burocracias, de interesses concorrentes, que conseguiram possuir o seu "socialismo" fora dum só país, conduziu ao afrontamento público e completo da mentira russa e da mentira chinesa. A partir deste ponto, cada burocracia no poder, ou cada partido totalitário candidato ao poder deixado pelo período stalinista em algumas classes operárias nacionais, deve seguir a sua própria via. Juntando-se às manifestações de negação interior que começaram a afirmar-se perante o mundo com a revolta operária de Berlim-Leste, opondo aos burocratas a sua exigência de "um governo de metalúrgicos" e que já uma vez foram até ao poder dos conselhos operários da Hungria, a decomposição mundial da aliança da mistificação burocrática é, em última análise, o fator mais desfavorável para o desenvolvimento atual da sociedade capitalista. A burguesia está em vias de perder o adversário que a sustentava objetivamente ao unificar ilusoriamente toda a negação da ordem existente. Uma tal divisão do trabalho espetacular vê o seu fim quando o papel pseudo-revolucionário se divide por sua vez. O elemento espetacular da dissolução do movimento operário vai ser ele próprio dissolvido.

112

A ilusão leninista já não tem outra base atual senão nas diversas tendências trotskistas, onde a identificação do projeto proletário a uma organização hierárquica da ideologia sobrevive inabalavelmente à experiência de todos os seus resultados. A distância que separa o trotskismo da crítica revolucionária da sociedade presente, permite também a distância respeitosa que ele observa em relação a posições que eram já falsas quando foram usadas num combate real. Trotsky permaneceu até 1927 fundamentalmente solidário da alta burocracia, procurando mesmo apoderar-se dela para lhe fazer retomar uma ação realmente bolchevique no exterior (sabe-se que, nesse momento, para ajudar a dissimular o famoso "testamento de Lenin", ele foi ao ponto de desmentir caluniosamente o seu partidário Max Eastman, que o tinha divulgado). Trotsky foi condenado pela sua perspectiva fundamental, porque no momento em que a burocracia se conhece a si própria no seu resultado como classe contrarrevolucionária no interior, ela deve escolher também ser efetivamente contra-revolucionária no exterior, em nome da revolução, como em sua casa. A luta ulterior de Trotsky por uma IV internacional contém a mesma inconsequência. Ele recusou toda a sua vida reconhecer na burocracia o poder de uma classe separada, porque ele se tinha tornado durante a segunda revolução russa o partidário incondicional da forma bolchevique de organização. Quando Lukács, em 1923, mostrava nesta forma a mediação enfim encontrada entre a teoria e a prática, onde os proletários deixam de ser "espectadores" dos acontecimentos ocorridos na sua organização para conscientemente os escolherem e viverem, ele descrevia como méritos efetivos do partido bolchevique tudo o que o partido bolchevique não era. Lukács era ainda, a par do seu profundo trabalho teórico, um ideólogo, falando em nome do poder mais vulgarmente exterior ao movimento proletário, crendo e fazendo crer que ele próprio se reconhecia, com a sua personalidade total, nesse poder como no seu próprio. Porquanto o seguimento manifestasse de que maneira esse poder desmente e

suprime os seus lacaios, Lukács, desmentindo-se a si mesmo sem fim, fez ver com uma nitidez caricatural aquilo a que se tinha exatamente identificado: ao contrário de si-mesmo, e do que ele tinha defendido na *História e Consciência de Classe.* Lukács verifica o melhor possível a regra fundamental que julga todos os intelectuais deste século: o que eles respeitam mede exatamente a sua própria realidade desprezível. Lenin não tinha, no entanto, lisonjeado muito este gênero de ilusões sobre a sua atividade, ele que convinha que "um partido político não pode examinar os seus membros para ver se há contradições entre a filosofia destes e o programa do partido". O partido real, de que Lukács tinha apresentado fora do tempo o retrato sonhado, não era coerente senão para uma tarefa precisa e parcial: apoderar-se do poder no Estado.

113

A ilusão neoleninista do trotskismo atual, porque é a cada momento desmentida pela realidade da sociedade capitalista moderna, tanto burguesa como burocrática, encontra naturalmente um campo de aplicação privilegiado nos países "subdesenvolvidos" formalmente independentes, onde a ilusão de uma qualquer variante de socialismo estatal e burocrático é conscientemente manipulada como a simples ideologia do desenvolvimento econômico, pelas classes dirigentes locais. A composição híbrida destas classes relaciona-se mais ou menos nitidamente com uma degradação sobre o espectro burguesia-burocracia. O seu jogo, à escala internacional entre estes dois pólos do poder capitalista existente, assim como os seus compromissos ideológicos - nomeadamente com o islamismo -, exprimindo a realidade híbrida da sua base social, acabam por retirar a este último subproduto do socialismo ideológico toda a seriedade, salvo a policial. Uma burocracia pôde formar-se enquadrando a luta nacional e a revolta agrária dos camponeses: ela tende então, como na China, a aplicar o modelo stalinista de industrialização numa sociedade menos desenvolvida que a Rússia de 1917. Uma burocracia capaz de industrializar a nação pode formar-se a partir da pequena burguesia, dos quadros do exército tomando o poder, como o mostra o exemplo do Egito. Em certos pontos, como a Argélia no fim da sua guerra de independência, a burocracia, que se constituiu como direção para- estatal durante a luta, procura um ponto de equilíbrio de um compromisso para se fundir com uma fraca burguesia nacional. Enfim, nas antigas colônias da África negra que continuam abertamente ligadas à burguesia ocidental, americana ou europeia, uma burguesia constitui-se - a maior parte das vezes a partir do poder dos chefes tradicionais do tribalismo - pela posse do Estado: nestes países onde o imperialismo estrangeiro permanece o verdadeiro senhor da economia, chega um estádio onde os compradores (3) receberam, em compensação da sua venda dos produtos indígenas, a propriedade de um Estado indígena, independente face às massas locais mas não face ao imperialismo. Neste caso, trata-se de uma burguesia artificial que não é capaz de acumular, mas que simplesmente dilapida, tanto a parte de mais-valia do trabalho local que lhe cabe, como os subsídios estrangeiros dos Estados ou monopólios que são seus

protetores. A evidência da incapacidade destas classes burguesas a desempenhar a função econômica normal da burguesia ergue perante cada uma delas uma subversão segundo o modelo burocrático mais ou menos adaptado às particularidades locais que quer apoderar-se da sua herança. Mas o próprio êxito de uma burocracia no seu projeto fundamental de industrialização contém necessariamente a perspectiva do seu revés histórico: ao acumular o capital ela acumula o proletariado, e cria o seu próprio desmentido, num país onde ele ainda não existia.

114

Neste desenvolvimento complexo e terrível, que arrastou a época das lutas de classes para novas condições, o proletariado dos países industrializados perdeu completamente a afirmação da sua perspectiva autônoma e, em última análise, as suas ilusões, mas não o seu ser. Ele não foi suprimido. Permanece irredutivelmente existente na alienação intensificada do capitalismo moderno: ele é a imensa maioria dos trabalhadores que perderam todo o poder sobre o emprego da sua vida, e que, desde que o sabem, se redefinem como o proletariado, o negativo em marcha nesta sociedade. Este proletariado é, objetivamente, reforçado pelo movimento do desaparecimento do campesinato, como pela extensão da lógica do trabalho na fábrica, que se aplica a uma grande parte dos "serviços" e das profissões intelectuais. É subjetivamente que este proletariado está ainda afastado da sua consciência prática de classe, não só nos empregados, mas também nos operários que ainda não descobriram senão a impotência e a mistificação da velha política. Porém, quando o proletariado descobre que a sua própria força exteriorizada concorre para o reforço permanente da sociedade capitalista, já não só sob a forma de trabalho seu, mas também sob a forma dos sindicatos, dos partidos ou do poder estatal que ele tinha constituído para se emancipar, descobre também pela experiência histórica concreta que ele é a classe totalmente inimiga de toda a exteriorização petrificada e de toda a especialização do poder. Ele traz a revolução que não pode deixar nada no exterior de si própria, a exigência da dominação permanente do presente sobre o passado, e a crítica total da separação; e é disto que ele deve encontrar a forma adequada na ação. Nenhuma melhoria quantitativa da sua miséria, nenhuma ilusão de integração hierárquica é um remédio durável para a sua insatisfação, porque o proletariado não pode reconhecer-se veridicamente num dano particular que teria sofrido, nem, portanto, na reparação de um dano particular, nem de um grande número desses danos, mas somente no dano absoluto de estar posto à margem da vida.

115

Aos novos sinais de negação, incompreendidos e falsificados pela ordenação espetacular, que se multiplicam nos países mais avançados economicamente, pode-se já tirar a conclusão de que uma nova época está aberta: depois da primeira tentativa de subversão operária, é agora a abundância capitalista que falhou.

Quando as lutas antisindicais dos operários ocidentais são reprimidas primeiro que tudo pelos sindicatos, e quando as correntes revoltadas da juventude lançam um primeiro protesto informe, no qual, porém, a recusa da antiga política especializada, da arte e da vida quotidiana, está imediatamente implicada, estão aí as duas faces de uma nova luta espontânea que começa sob o aspecto criminal. São os signos precursores do segundo assalto proletário contra a sociedade de classe. Quando os *enfants perdus* (4) deste exército ainda imóvel reaparecem nesse terreno que se tornou outro e permaneceu o mesmo, eles seguem um novo "general Ludd", que desta vez os lança na destruição das máquinas do consumo permitido.

116

"A forma política enfim descoberta, sob a qual a emancipação econômica do trabalho podia ser realizada", tomou neste século uma nítida forma nos Conselhos operários revolucionários, concentrando neles todas as funções de decisão e de execução, e federando-se por intermédio de delegados responsáveis perante a base e revogáveis a todo o instante. A sua existência efetiva ainda não foi senão um breve esboço, imediatamente combatido e vencido por diferentes forças de defesa da sociedade de classe, entre as quais é necessário muitas vezes contar com a sua própria falsa consciência. Pannekoek insistia justamente no fato de que a escolha de um poder dos Conselhos operários "propõe problemas" mais do que traz uma solução. Mas este poder é precisamente o lugar onde os problemas da revolução do proletariado podem encontrar a sua verdadeira solução. É o lugar onde as condições objetivas da consciência histórica estão reunidas; a realização da comunicação direta ativa, onde acabam a especialização, a hierarquia e a separação, onde as condições existentes foram transformadas "em condições de unidade". Aqui, o sujeito proletário pode emergir da sua luta contra a contemplação: a sua consciência é igual à organização prática de que ela se dotou, porque esta consciência é inseparável da intervenção coerente na história.

117

No poder dos Conselhos, que deve suplantar internacionalmente qualquer outro poder, o movimento proletário é o seu próprio produto, e este produto é o próprio produtor. Ele é para si mesmo a sua própria finalidade. Somente lá a negação espetacular da vida é por sua vez negada.

118

A aparição dos Conselhos foi a mais alta realidade do movimento proletário no primeiro quarto do século, realidade que passou despercebida ou disfarçada porque ela desaparecia com o resto do movimento que o conjunto da experiência histórica de então desmentia e eliminava. No novo momento da crítica proletária, este resultado regressa como o único ponto invicto do movimento vencido. A consciência histórica, que sabe ter em si o seu único lugar de existência, pode agora reconhecê-lo, não já na periferia do que reflui, mas no centro do que sobe.

119

Uma organização revolucionária existente antes do poder dos Conselhos - deverá encontrar lutando a sua própria forma - sabe já, por todas essas razões históricas, que não representa a classe. Deve somente reconhecer-se a si própria como uma separação radical para com o mundo da separação.

120

A organização revolucionária é a expressão coerente da teoria da práxis entrando em comunicação não-unilateral com as lutas práticas, em devir para a teoria prática. A sua própria prática é a generalização da comunicação e da coerência nestas lutas. No momento revolucionário da dissolução da separação social, esta organização deve reconhecer a sua própria dissolução enquanto organização separada.

121

A organização revolucionária não pode ser senão a crítica unitária da sociedade, isto é, uma crítica que não pactua com nenhuma forma de poder separado, em nenhum ponto do mundo, e uma crítica pronunciada globalmente contra todos os aspectos da vida social alienada. Na luta da organização revolucionária contra a sociedade de classes as armas não são outra coisa senão a essência dos próprios combates: a organização revolucionária não pode reproduzir em si as condições de cisão e de hierarquia que são as da sociedade dominante. Ela deve lutar permanentemente contra a sua deformação no espetáculo reinante. O único limite da participação na democracia total da organização revolucionária é o reconhecimento e a auto-apropriacão efetiva, por todos os seus membros, da coerência da sua crítica, coerência que deve provar-se na teoria crítica propriamente dita, e na relação entre esta e a atividade prática.

122

Quando a realização, cada vez mais poderosa da alienação capitalista a todos os níveis, tornando cada vez mais difícil aos trabalhadores reconhecer e nomear a sua própria miséria, os coloca na alternativa de recusar a totalidade da sua miséria ou nada, a organização revolucionária teve de aprender que ela já não pode combater a alienação sob formas alienadas.

123

A revolução proletária está inteiramente suspensa desta necessidade que, pela primeira vez, é a teoria enquanto inteligência da prática humana que deve ser reconhecida e vivida pelas massas. Ela exige que os operários se tornem dialéticos e insiram o seu pensamento na prática; assim, ela pede aos homens sem qualidade bem mais do que a revolução burguesa pedia aos homens qualificados que ela delegava para os empreendimentos: porque a consciência ideológica parcial edificada por uma parte da classe burguesa tinha por base essa parte central da vida social, a economia, na qual esta classe estava já no poder. O próprio desenvolvimento da sociedade de classes até à organização espetacular da não-vida leva, pois, o projeto revolucionário a tornar-se visivelmente o que ele já era

essencialmente.

124

A teoria revolucionária é, agora, inimiga de toda a ideologia revolucionária e sabe que o é.

(1) "As revoluções burguesas, como as do século XVIII, avançam rapidamente de sucesso em sucesso; seus efeitos dramáticos excedem uns aos outros; os homens e as coisas se destacam como gemas fulgurantes; o êxtase é o estado permanente da sociedade; mas estas revoluções têm vida curta; logo atingem o auge, e uma longa modorra se apodera da sociedade antes que esta tenha aprendido a assimilar serenamente os resultados de seu período de lutas e embates. Por outro lado, as revoluções proletárias, como as do século XIX, se criticam constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido para recomeçá-lo outra vez, escarnecem com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e misérias de seus primeiros esforços, parecem derrubar seu adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agigantado, diante delas, recuam constantemente ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos até que se cria uma situação que toma impossível qualquer retrocesso e na qual as próprias condições gritam: *Hic Rhodus, hic salta!* Aqui está Rodes, salta aqui!" *O 18 Brumário de Luis Bonaparte,* Karl Marx, http://www.culturabrasil.pro.br/18brumario.htm. (Nota de Pausa para a Filosofia.)

(2) Mantém-se o original para não alterar a dimensão conferida por Hegel. (N. T.)

(3) Em português, no original. (N. T.)

(4) Gíria militar francesa designando extrema vanguarda (Guerra dos Trinta Anos). (N. T.)

Capítulo V

Tempo e história

Ó gentis homens, a vida é curta. Se vivemos, vivemos para marchar sobre a cabeça dos reis. (Shakespeare, *Henrique IV.)*

125

O homem, "o ser negativo que *é* unicamente na medida em que suprime o *Ser',* é idêntico ao tempo. A apropriação pelo homem da sua própria natureza é, de igual modo, o apoderar-se do desenvolvimento do universo. "A própria história é uma parte real da história natural, da transformação da natureza em homem." (Marx) Inversamente, esta história natural não tem outra existência efetiva senão através do processo de uma história humana, da única parte que reencontra este todo histórico, como o telescópio moderno cujo alcance recupera no tempo a fuga das nebulosas na periferia do universo. A história existiu sempre, mas não sempre sob a sua forma histórica. A temporalização do homem, tal como ela se efetua pela mediação de uma sociedade, é igual a uma humanização do tempo. O movimento inconsciente do tempo manifesta-se e torna-se verdadeiro na consciência histórica.

126

O movimento propriamente histórico, embora ainda escondido, começa na lenta e insensível formação da "natureza real do homem", esta "natureza que nasce na história humana - no ato gerador da sociedade humana -", mas a sociedade que então dominou uma técnica e uma linguagem, se é já o produto da sua própria história, não tem consciência senão de um presente perpétuo. Todo o conhecimento, limitado à memória dos mais velhos, é sempre aí levado pelos vivos. Nem a morte nem a procriação são compreendidas como uma lei do tempo. O tempo permanece imóvel como um espaço fechado. Quando uma sociedade mais complexa acaba por tomar consciência do tempo, o seu trabalho é bem mais o de negar, porque ela vê no tempo não o que passa, mas o que regressa. A sociedade estática organiza o tempo segundo a sua experiência imediata da natureza, sob o modelo do tempo cíclico.

127

O tempo cíclico é já dominante na experiência dos povos nômades, porque são as mesmas condições que se reencontram perante eles a cada momento da sua

passagem: Hegel nota que "a errância dos nômades é somente formal, porque está limitada a espaços uniformes". A sociedade, que ao fixar-se localmente dá ao espaço um conteúdo pela ordenação dos lugares individualizados, encontra-se por isso mesmo encerrada no interior desta localização. O regresso temporal a lugares semelhantes é, agora, o puro regresso do tempo num mesmo lugar, a repetição de uma série de gestos. A passagem do nomadismo pastoril à agricultura sedentária é o fim da liberdade ociosa e sem conteúdo, o princípio do labor. O modo de produção agrário em geral, dominado pelo ritmo das estações, é a base do tempo cíclico plenamente constituído. A eternidade é-lhe interior: é aqui embaixo o regresso do mesmo. O mito é a construção unitária do pensamento, que garante toda a ordem cósmica em volta da ordem que esta sociedade já realizou, de fato, dentro das suas fronteiras.

128

A apropriação social do tempo, a produção do homem pelo trabalho humano, desenvolvem-se numa sociedade dividida em classes. O poder que se constituiu sobre a penúria da sociedade do tempo cíclico, a classe, que organiza este trabalho social e se apropria da mais-valia limitada, apropria-se igualmente da mais-valia temporal da sua organização do tempo social: ela possui só para si o tempo irreversível do vivo. A única riqueza que pode existir concentrada no setor do poder, para ser materialmente despendida em festa suntuária, encontra-se também despendida aí enquanto dilapidação de um tempo histórico da superfície da sociedade. Os proprietários da mais-valia histórica detêm o conhecimento e o gozo dos acontecimentos vividos. Este tempo, separado da organização coletiva do tempo que predomina com a produção repetitiva da base da vida social, corre acima da sua própria comunidade estática. É o tempo da aventura e da guerra, em que os senhores da sociedade cíclica percorrem a sua história pessoal; e é igualmente o tempo que aparece no choque das comunidades estranhas, a alteração da ordem imutável da sociedade. A história sobrevém, pois, perante os homens, como um fator estranho, como aquilo que eles não quiseram e do qual se julgavam abrigados. Mas por este rodeio regressa também a inquietação negativa do humano que tinha estado na própria origem de todo o desenvolvimento que adormecera.

129

O tempo cíclico é, em si mesmo, o tempo sem conflito. Mas nesta infância do tempo o conflito está instalado: a história luta, antes do mais, para ser a história na atividade prática dos Senhores. Esta história cria superficialmente o irreversível; o seu movimento constitui o próprio tempo que ela esgota, no interior do tempo inesgotável da sociedade cíclica.

130

As "sociedades frias" são aquelas que reduziram ao extremo a sua parte de história; que mantiveram num equilíbrio constante a sua oposição ao meio ambiente natural e humano, e as suas oposições internas. Se a extrema diversidade das

instituições estabelecidas para este fim testemunha a plasticidade da autocriação da natureza humana, este testemunho não aparece evidentemente senão para o observador exterior, para o etnólogo vindo do tempo histórico. Em cada uma destas sociedades, uma estruturação definitiva excluiu a mudança. O conformismo absoluto das práticas sociais existentes, às quais se encontram para sempre identificadas todas as possibilidades humanas, já não tem outro limite exterior senão o receio de tornar a cair na animalidade sem forma. Aqui, para continuar no humano, os homens devem permanecer os mesmos.

131

O nascimento do poder político, que parece estar em relação com as últimas grandes revoluções da técnica, como a fundição do ferro, no limiar de um período que já não conhecerá perturbações em profundidade até a aparição da indústria, é também o momento que começa a dissolver os laços da consanguinidade. Desde então, a sucessão das gerações sai da esfera do puro cíclico natural para se tornar acontecimento orientado, sucessão de poderes. O tempo irreversível é o tempo daquele que reina; e as dinastias são a sua primeira medida. A escrita é a sua arma. Na escrita, a linguagem atinge a sua plena realidade, independente da mediação entre consciências. Mas esta independência é idêntica à independência geral do poder separado, como mediação que constitui a sociedade. Com a escrita aparece uma consciência que já não é trazida e transmitida na relação imediata dos viventes: uma memória impessoal, que é a da administração da sociedade. "Os escritos são os pensamentos do Estado; os arquivos, a sua memória." (Novalis)

132

A crônica é a expressão do tempo irreversível do poder, e também o instrumento que mantém a progressão voluntarista deste tempo a partir do seu traçado anterior, porque esta orientação do tempo deve desmoronar-se com a força de cada poder particular; voltando a cair no esquecimento indiferente do único tempo cíclico conhecido pelas massas camponesas que, na derrocada dos impérios e das suas cronologias, nunca mudam. Os possuidores da história puseram no tempo um sentido: uma direção que é também uma significação. Mas esta história desenvolve-se e sucumbe à parte; ela deixa imutável a sociedade profunda, porque ela é justamente o que permanece separado da realidade comum. E no que a história dos impérios do Oriente se reduz para nós à história das religiões: estas cronologias caídas em ruínas não deixaram mais do que a história aparentemente autônoma das ilusões que as envolviam. Os Senhores que detêm a propriedade privada da história, sob a proteção do mito, detêm-na eles próprios, antes do mais, sob o modo da ilusão: na China e no Egito, eles tiveram durante muito tempo o monopólio da imortalidade da alma; como as suas primeiras dinastias reconhecidas são a reorganização imaginária do passado. Mas esta posse ilusória dos Senhores é também toda a posse possível, nesse momento, de uma história comum e da sua própria história. O alargamento do seu poder histórico efetivo vai a par com uma

vulgarização da possessão mítica ilusória. Tudo isto deriva do simples fato de que é na própria medida em que os Senhores se encarregaram de garantir miticamente a permanência do tempo cíclico, como nos ritos das estações dos imperadores chineses, que eles próprios dele se libertaram relativamente.

133

Quando a seca cronologia, sem explicação, do poder divinizado falando aos seus servidores, que não quer ser compreendida senão como execução terrestre dos mandamentos do mito, pode ser superada e se torna história consciente, tornou-se necessário que a participação real na história tivesse sido vivida por grupos extensos. Desta comunicação prática entre aqueles que se reconheceram como os possuidores de um presente singular, que sentiram a riqueza qualitativa dos acontecimentos assim como a sua atividade e o lugar onde habitavam - a sua época -, nasce a linguagem geral da comunicação histórica. Aqueles para quem o tempo irreversível existiu descobrem ao mesmo tempo nele o memorável e a ameaça do esquecimento: "Heródoto de Halicarnasso apresenta aqui os resultados do seu inquérito, para que o tempo não possa abolir os trabalhos dos homens..."

134

O raciocínio sobre a história é inseparavelmente raciocínio sobre o poder. A Grécia foi esse momento em que o poder e a sua mudança se discutem e se compreendem; a democracia dos Senhores da sociedade. Lá, era o inverso das condições conhecidas pelo Estado despótico, onde o poder nunca ajusta as suas contas senão consigo próprio, na inacessível obscuridade do seu ponto mais concentrado: pela revolução de palácio, que o êxito ou o revés põe igualmente fora de discussão. Porém, o poder partilhado das comunidades gregas não existia senão no dispêndio de uma vida social de que a produção continuava separada e estática na classe servil. Só aqueles que não trabalham, vivem. Na divisão das comunidades gregas e na luta pela exploração das cidades estrangeiras, estava exteriorizado o princípio da separação que fundava interiormente cada uma delas. A Grécia, que tinha sonhado a história universal, não conseguiu unir-se face à invasão; nem sequer a unificar os calendários das suas cidades independentes. Na Grécia, o tempo histórico tornou-se consciente, mas não ainda consciente de si mesmo.

135

Depois do desaparecimento das condições localmente favoráveis que tinham conhecido as comunidades gregas, a regressão do pensamento histórico ocidental não foi acompanhada de uma reconstituição das antigas organizações míticas. No choque dos povos do Mediterrâneo, na formação e derrocada do Estado romano, apareceram religiões semi-históricas que se tornavam fatores fundamentais da nova consciência do tempo e a nova armadura do poder separado.

136

As religiões monoteístas foram um compromisso entre o mito e a história, entre o

tempo cíclico dominando ainda a produção e o tempo irreversível em que se afrontavam e se recompunham os povos. As religiões saídas do judaísmo são o reconhecimento universal abstrato do tempo irreversível que se encontra democratizado, aberto a todos, mas no ilusório. O tempo é inteiramente orientado para um único acontecimento final: "O reino de Deus está próximo". Estas religiões nasceram no solo da história, e nele se estabeleceram. Mas mesmo aí, elas mantêm-se em oposição radical à história. A religião semi-histórica estabelece um ponto de partida qualitativo no tempo, o nascimento de Cristo, a fuga de Maomé, mas o seu tempo irreversível - introduzindo uma acumulação efetiva que poderá, no Islã, tomar a forma de uma conquista, ou, no cristianismo da Reforma, a de um acréscimo do capital - está de fato invertido no pensamento religioso como uma contagem inversa: a espera no tempo que diminui, do acesso ao outro mundo verdadeiro, a espera do Juízo Final. A eternidade saiu do tempo cíclico. É o seu além. Ela é o elemento que rebaixa a irreversibilidade do tempo, que suprime a história na própria história, colocando-se, como um puro elemento pontual em que o tempo cíclico entrou e se aboliu, do outro lado do tempo irreversível. Bossuet dirá ainda: "E por intermédio do tempo que passa, nós entramos na eternidade que não passa".

137

A Idade Média, esse mundo mítico inacabado que tinha a sua perfeição fora de si, é o momento em que o tempo cíclico, que regula ainda a parte principal da produção, é realmente corroído pela história. Uma certa temporalidade irreversível é reconhecida individualmente a todos, na sucessão das épocas da vida, na vida considerada como uma viagem, uma passagem sem regresso num mundo cujo sentido está algures: o peregrino é o homem que sai desse tempo cíclico para ser efetivamente esse viajante que cada um é enquanto signo. A vida histórica pessoal encontra sempre a sua plena realização na esfera do poder, na participação das lutas conduzidas pelo poder e nas lutas pela disputa do poder; mas o tempo irreversível do poder está partilhado ao infinito, sob a unificação geral do tempo orientado da era cristã, num mundo de confiança armada, em que o jogo dos Senhores gira à volta da fidelidade e da contestação da fidelidade devida. Esta sociedade feudal, nascida do encontro da "estrutura organizacional do exército conquistador tal como ela se desenvolveu durante a conquista" e das "forças produtivas encontradas no país conquistado" *(Ideologia alemã)*- e é preciso contar, na organização destas forças produtivas, com a sua linguagem religiosa - dividiu a dominação da sociedade entre a Igreja e o poder estatal, por sua vez subdividido nas complexas relações de suserania e de vassalagem dos domínios territoriais e das comunas urbanas. Nesta diversidade da vida histórica possível, o tempo irreversível que a sociedade profunda levava consigo inconscientemente, o tempo vivido pela burguesia na produção das mercadorias, a fundação e a expansão das cidades, a descoberta comercial da Terra - a experimentação prática que destrói para sempre toda a organização mítica do cosmos - revelou-se lentamente como o

trabalho desconhecido da época, quando o grande empreendimento histórico oficial desse mundo se malogrou com as Cruzadas.

138

No declínio da Idade Média, o tempo irreversível que invade a sociedade é ressentido pela consciência ligada à antiga ordem, sob a forma de uma obsessão da morte. E a melancolia da dissolução de um mundo, o último em que a segurança do mito equilibrava ainda a história; e para esta melancolia, toda a coisa terrestre se encaminha somente para a sua corrupção. As grandes revoltas dos camponeses da Europa são também a sua tentativa de resposta à história que os arrancava violentamente ao sono patriarcal que a tutela feudal tinha garantido. E a utopia milenarista da realização terrestre do paraíso, em que volta ao primeiro plano o que estava na origem da religião semi-histórica, quando as comunidades cristãs, como o messianismo judaico de que elas provinham, resposta às perturbações e à infelicidade da época, esperavam a iminente realização do reino de Deus e acrescentavam um fator de inquietação e de subversão à sociedade antiga. O cristianismo, tendo vindo a partilhar o poder no império, tinha desmentido no momento oportuno, como simples superstição, o que subsistia desta esperança: tal é o sentido da afirmação agostiniana, arquétipo de todos os *satisfecit* da ideologia moderna, segundo a qual a Igreja instalada era já desde há muito tempo este reino de que se falava. A revolta social do campesinato milenarista define-se naturalmente, antes de tudo, como uma vontade de destruição da Igreja. Mas o milenarismo desenrola-se no mundo histórico, e não no terreno do mito. Não são, como crê mostrar Norman Cohn em *La Poursuite du Millénium,* as esperanças revolucionárias modernas que são os prolongamentos irracionais da paixão religiosa do milenarismo. Bem pelo contrário, é o milenarismo, luta de classe revolucionária falando pela última vez a língua da religião, que é já uma tendência revolucionária moderna, à qual falta ainda a consciência de não ser senão histórica. Os milenaristas deviam perder porque não podiam reconhecer a revolução como sua própria operação. O fato de eles esperarem agir sob um sinal exterior da decisão de Deus é a tradução, em pensamento, de uma prática na qual os camponeses insurgidos seguem chefes escolhidos fora deles próprios. A classe camponesa não podia atingir uma consciência justa do funcionamento da sociedade, e da maneira de conduzir a sua própria luta: é porque ela tinha falta destas condições de unidade na sua ação e na sua consciência, que ela exprimiu o seu projeto e conduziu as suas guerras segundo a imagética do paraíso terrestre.

139

A nova posse da vida histórica, a Renascença, que encontra na Antiguidade o seu passado e o seu direito, traz em si a alegre ruptura com a eternidade. O seu tempo irreversível é o da acumulação infinita dos conhecimentos, e a consciência histórica, saída da experiência das comunidades democráticas e das forças que as arruínam, vai retomar, com Maquiavel, o raciocínio sobre o poder dessacralizado, isto é, o

indizível do Estado. Na vida exuberante das cidades italianas, na arte das festas, a vida conhece-se como um gozo da passagem do tempo. Mas este gozo da passagem devia ele próprio ser passageiro. A canção de Lourenço Médicis, que Burckhardt considera como a expressão do "próprio espírito da Renascença", é o elogio que esta frágil festa da história pronunciou sobre si própria: "Como é bela, a juventude - que parte tão depressa."

140

O movimento constante de monopolização da vida histórica pelo Estado da monarquia absoluta, forma de transição para a completa dominação da classe burguesa, faz aparecer na sua verdade o que é o novo tempo irreversível da burguesia. E ao tempo do trabalho, pela primeira vez liberto do cíclico, que a burguesia está ligada. O trabalho tornou-se, com a burguesia, trabalho que transforma as condições históricas. A burguesia é a primeira classe dominante para quem o trabalho é um valor. E a burguesia que suprime todo o privilégio, que não reconhece nenhum valor que não derive da exploração do trabalho, identificou, justamente ao trabalho, o seu próprio valor como classe dominante e faz do progresso do trabalho o seu próprio progresso. A classe que acumula as mercadorias e o capital modifica continuamente a natureza ao modificar o próprio trabalho, ao desencadear a sua produtividade. Toda a vida social se concentrou já na pobreza ornamental da Corte, adorno da fria administração estatal que culmina no "ofício de rei"; e toda a liberdade histórica particular teve de consentir na sua perda. A liberdade do jogo temporal irreversível dos feudais consumiu-se nas suas últimas batalhas perdidas com as guerras da Fronda ou a sublevação dos escoceses por Carlos Eduardo. O mundo mudou de base.

141

A vitória da burguesia é a vitória do tempo profundamente histórico, porque ele é o tempo da produção econômica que transforma a sociedade, em permanência e de cima a baixo. Durante todo o tempo em que a produção agrária permaneça o trabalho principal, o tempo cíclico, que continua presente no fundo da sociedade, alimenta as forças coligadas da tradição, que vão travar o movimento. Mas o tempo irreversível da economia burguesa extirpa essas sobrevivências em toda a vastidão do mundo. A história, que tinha aparecido até aí como o único movimento dos indivíduos da classe dominante, e portanto escrita como história fatológica, é agora compreendida como um movimento geral, e neste movimento severo, os indivíduos são sacrificados. A história que descobre a sua base na economia política sabe agora da existência daquilo que era o seu inconsciente, mas que, no entanto, permanece ainda o inconsciente que ela não pode trazer à luz do dia. É somente esta pré-história cega, uma nova fatalidade que ninguém domina, que a economia mercantil democratizou.

142

A história que está presente em toda a profundidade da sociedade tende a

perder-se à superfície. O triunfo do tempo irreversível é também a sua metamorfose em tempo das coisas, porque a arma da sua vitória foi precisamente a produção em série dos objetos, segundo as leis da mercadoria. O principal produto que o desenvolvimento econômico fez passar da raridade luxuosa ao consumo corrente é, pois, a história, mas somente enquanto história do movimento abstrato das coisas que domina todo o uso qualitativo da vida. Enquanto o tempo cíclico anterior tinha suportado uma parte crescente de tempo histórico vivido por indivíduos e grupos, a dominação do tempo irreversível da produção vai tender a eliminar socialmente este tempo vivido.

143

Assim, a burguesia fez conhecer e impôs à sociedade um tempo histórico irreversível, mas recusa-lhe a utilização. "Houve história, mas já não há mais", porque a classe dos possuidores da economia, que não deve romper com a história econômica, deve recalcar assim como uma ameaça imediata qualquer outro emprego irreversível do tempo. A classe dominante, feita de especialistas da possessão das coisas, que por isso são eles próprios uma possessão das coisas, deve ligar a sua sorte à manutenção desta história reificada, à permanência de uma nova imobilidade na história. Pela primeira vez o trabalhador, na base da sociedade, não é materialmente estranho à história, porque é agora pela sua base que a sociedade se move irreversivelmente. Na reivindicação de viver o tempo histórico que ele faz, o proletariado encontra o simples centro inesquecível do seu projeto revolucionário; e cada uma das tentativas, até aqui geradas, de execução deste projeto marca um ponto de partida possível da nova vida histórica.

144

O tempo irreversível da burguesia, senhora do poder, apresentou-se, antes do mais, sob o seu próprio nome, como uma origem absoluta, no ano I da República. Mas a ideologia revolucionária da liberdade geral que tinha abatido os últimos restos de organização mítica dos valores, e toda a regulamentação tradicional da sociedade, deixava já ver a vontade real que ela tinha vestido à romana: a liberdade do comércio generalizada. A sociedade da mercadoria, descobrindo então que devia reconstruir a passividade que lhe tinha sido necessário abalar, fundamentalmente para estabelecer o seu próprio reino puro, "encontra no cristianismo com o seu culto do homem abstrato. o complemento religioso mais adequado" (O *Capital).* A burguesia concluiu, então, com esta religião, um compromisso que se exprime também na apresentação do tempo: o seu próprio calendário abandonado, o seu tempo irreversível voltou a moldar-se na era cristã, de que ele continua a sucessão.

145

Com o desenvolvimento do capitalismo, o tempo irreversível é unificado mundialmente. A história universal torna-se uma realidade, porque o mundo inteiro está reunido sob o desenvolvimento deste tempo. Mas esta história, que em toda a parte é ao mesmo tempo a mesma, ainda não é mais do que a recusa intra-histórica

da história. E o tempo da produção econômica, dividido em fragmentos abstratos iguais, que se manifesta em todo o planeta como o mesmo dia. O tempo irreversível unificado é o do mercado mundial, e corolariamente o do espetáculo mundial.

146

O tempo irreversível da produção é, antes do mais, a medida das mercadorias. Assim, pois, o tempo que se afirma oficialmente em toda a extensão do mundo como o tempo geral da sociedade, não significando mais do que interesses especializados que o constituem, não é senão um tempo particular.

Capítulo VI

O tempo espetacular

Nada de nosso temos senão o tempo, de que gozam justamente aqueles que não têm paradeiro. (Baltasar Gracián, *El Oráculo Manual.)*

147

O tempo da produção, o tempo-mercadoria, é uma acumulação infinita de espaços equivalentes. É a abstração do tempo irreversível, de que todos os segmentos devem provar ao cronômetro a sua única igualdade quantitativa. Este tempo é, em toda a sua realidade efetiva, o que ele é no seu caráter permutável. É nesta dominação social do tempo-mercadoria que "o tempo é tudo, o homem não é nada: é quando muito a carcaça do tempo" *(Miséria da Filosofia).* É o tempo desvalorizado, a inversão completa do tempo como "campo de desenvolvimento humano".

148

O tempo geral do não-desenvolvimento humano existe também sob o aspecto complementar de um tempo consumível que regressa à vida quotidiana da sociedade, a partir desta produção determinada, como um tempo pseudocíclico.

149

O tempo pseudocíclico não é de fato mais do que o disfarce consumível do tempo- mercadoria da produção. Dele contém os caracteres essenciais de unidades homogêneas permutáveis e de supressão da dimensão qualitativa. Mas ao ser o subproduto deste tempo destinado ao atraso da vida quotidiana concreta - e à manutenção deste atraso -, ele deve estar carregado de pseudovalorizações e aparecer numa sucessão de momentos falsamente individualizados.

150

O tempo pseudocíclico é o do consumo da sobrevivência econômica moderna, a sobrevivência aumentada, em que o vivido quotidiano continua privado de decisão e submetido, já não à ordem natural, mas à pseudonatureza desenvolvida no trabalho alienado; e, portanto, este tempo reencontra muito naturalmente o velho ritmo cíclico que regulava a sobrevivência das sociedades pré-industriais. O tempo pseudocíclico apoia-se ao mesmo tempo nos traços naturais do tempo cíclico, e dele compõe novas combinações homólogas: o dia e a noite, o trabalho e o repouso semanais, o

retomo dos períodos de férias.

151

O tempo pseudocíclico é um tempo que foi transformado pela indústria. O tempo que tem a sua base na produção de mercadorias é ele próprio uma mercadoria consumível que reúne tudo o que se tinha anteriormente distinguido, quando da fase da dissolução da velha sociedade unitária em vida privada, vida econômica, vida política. Todo o tempo consumível da sociedade moderna acaba por vir a ser tratado como matéria- prima de novos produtos diversificados, que se impõem no mercado como empregos do tempo socialmente organizados. "Um produto que já existe sob uma forma que o torna apropriado ao consumo pode, no entanto, tornar-se por sua vez matéria-prima de um outro produto" (O *Capital).*

152

No seu setor mais avançado, o capitalismo concentrado orienta-se para a venda de blocos de tempo "totalmente equipados", cada um deles constituindo uma única mercadoria unificada que integrou um certo número de mercadorias diversas. É assim que pode aparecer, na economia em expansão dos "serviços" e das recriações, a modalidade do pagamento calculado "tudo incluído", para o habitat espetacular, as pseudo-deslocações coletivas de férias, o abonamento ao consumo cultural e a venda da própria sociabilidade em "conversas apaixonantes" e "encontros de personalidades". Esta espécie de mercadoria espetacular, que evidentemente não pode ter lugar senão em função da penúria aumentada das realidades correspondentes, figura, evidentemente, também entre os artigos-pilotos da modernização das vendas ao poderem ser pagas a crédito.

153

O tempo pseudocíclico consumível é o tempo espetacular, ao mesmo tempo como tempo de consumo das imagens, no sentido restrito, e como imagem do consumo do tempo em toda a sua extensão. O tempo do consumo das imagens, médium de todas as mercadorias, é inseparavelmente o campo onde plenamente atuam os instrumentos do espetáculo e a finalidade que estes apresentam globalmente, como lugar e como figura central de todos os consumos particulares: sabe-se que os ganhos de tempo constantemente procurados pela sociedade moderna - quer se trate da velocidade dos transportes ou da utilização de sopas em pacotes - se traduzem positivamente para a população dos Estados Unidos neste fato: de que só a contemplação da televisão a ocupa em média três a seis horas por dia. A imagem social do consumo do tempo, por seu lado, é exclusivamente dominada pelos momentos de ócio e de férias, momentos representados à distância e desejáveis, por postulado, como toda a mercadoria espetacular. Esta mercadoria é aqui explicitamente dada como o momento da vida real de que se trata esperar o regresso cíclico. Mas mesmo nestes momentos destinados à vida, é ainda o espetáculo que se dá a ver e a reproduzir, atingindo um grau mais intenso. O que foi representado como vida real, revela-se simplesmente como a vida mais realmente

espetacular.

154

Esta época, que mostra a si própria o seu tempo como sendo essencialmente o regresso precipitado de múltiplas festividades, é igualmente uma época sem festa. O que era, no tempo cíclico, o momento da participação de uma comunidade no dispêndio luxuoso da vida, é impossível para a sociedade sem comunidade e sem luxo. Quando as suas pseudo-festas vulgarizadas, paródias do diálogo e do dom, excitam a um excedente de dispêndio econômico, elas não trazem senão a decepção sempre compensada pela promessa de uma nova decepção. O tempo da sobrevivência moderna deve, no espetáculo, gabar-se tanto mais alto quanto mais o seu valor de uso se reduziu. A realidade do tempo foi substituída pela publicidade do tempo.

155

Enquanto o consumo do tempo cíclico das sociedades antigas estava de acordo com o trabalho real dessas sociedades, o consumo pseudocíclico da economia desenvolvida encontra-se em contradição com o tempo irreversível abstrato da sua produção. Enquanto o tempo cíclico era o tempo da ilusão imóvel, realmente vivido, o tempo espetacular é o tempo da realidade que se transforma, vivido ilusoriamente.

156

O que é sempre novo no processo da produção das coisas não se reencontra no consumo, que permanece o regresso alargado do mesmo. Porque o trabalho morto continua a dominar o trabalho vivo, no tempo espetacular o passado domina o presente.

157

Como um outro aspecto da deficiência da vida histórica geral, a vida individual não tem ainda história. Os pseudo-acontecimentos que se amontoam na dramatização espetacular não foram vividos pelos que deles são informados e, além disso, perdem- se na inflação da sua substituição precipitada a cada pulsão da maquinaria espetacular. Por outro lado, o que foi realmente vivido está sem relação com o tempo irreversível oficial da sociedade e em oposição direta ao ritmo pseudocíclico do subproduto consumível desse tempo. Este vivido individual da vida quotidiana separada permanece sem linguagem, sem conceito, sem acesso crítico ao seu próprio passado, que não está consignado em nenhum lado. Ele não se comunica. Está incompreendido e esquecido em proveito da falsa memória espetacular do não-memorável.

158

O espetáculo, como organização social presente da paralisia da história e da memória, do abandono da história que se erige sobre a base do tempo histórico, é a falsa consciência do tempo.

159

Para levar os trabalhadores ao estatuto de produtores e consumidores "livres" do tempo-mercadoria, a condição prévia foi a expropriação violenta do seu tempo. O regresso espetacular do tempo não se tornou possível senão a partir desta primeira despossessão do produtor.

160

A parte irredutivelmente biológica que continua presente no trabalho, tanto na dependência do cíclico natural da vigília e do sono como na evidência do tempo irreversível individual da usura de uma vida, não são mais do que acessórios face à produção moderna; e como tais, estes elementos são negligenciados nas proclamações oficiais do movimento da produção e dos troféus consumíveis, que são a tradução acessível desta incessante vitória. Imobilizada no centro falsificado do movimento do seu mundo, a consciência espectadora já não conhece na sua vida uma passagem para a sua realização e para a sua morte. A publicidade dos seguros de vida insinua somente que é repreensível morrer sem ter assegurado a regulação do sistema depois desta perda econômica; e a do *american way of death* (*) insiste sobre a sua capacidade de manter neste encontro a maior parte das aparências da vida. Sobre todo o resto da frente do bombardeamento publicitário é terminantemente proibido envelhecer. Tratar-se-ia de poupar, em cada qual, um "capital-juventude" que por não ter sido senão mediocremente empregado não pode, todavia, pretender adquirir a realidade durável e cumulativa do capital financeiro. Esta ausência social da morte é idêntica a ausência social da vida.

161

O tempo é a alienação necessária, como o mostrava Hegel, o meio no qual o sujeito se realiza perdendo-se, tornando-se outro para se tornar a verdade de si mesmo. Mas o seu contrário é justamente a alienação dominante, que é suportada pelo produtor de um presente estranho. Nesta alienação espacial, a sociedade que separa na raiz o sujeito e a atividade que ela lhe furta, separa-o antes de tudo do seu próprio tempo. A alienação social superável é justamente aquela que interditou e petrificou as possibilidades e os riscos de alienação viva no tempo.

162

Sob os modos aparentes que se anulam e se recompõem à superfície fútil do tempo pseudocíclico contemplado, o grande estilo da época está sempre no que é orientado pela necessidade evidente e secreta da revolução.

163

A base natural do tempo, o dado sensível do correr do tempo, torna-se humana e social ao existir *para o homem*. É o estado acanhado da prática humana, o trabalho em diferentes estádios. Que até aqui humanizou e desumanizou também o tempo, como tempo cíclico e tempo separado irreversível da produção econômica. O projeto revolucionário de uma sociedade sem classes, de uma vida histórica generalizada, é o projeto de uma extensão progressiva da medida social do tempo

em proveito de um modelo lúdico de tempo irreversível dos indivíduos e dos grupos, modelo no qual estão simultaneamente presentes *tempos independentes federados*. É o programa de uma realização total no meio do tempo, do comunismo que suprime "tudo o que existe independentemente dos indivíduos".

164

O mundo possui já o sonho de um tempo de que ele deve possuir agora a consciência para o viver realmente.

(*) *Em inglês no original [nt].*

Capítulo VII

A ordenação do território

> E quem se torna senhor de uma cidade habituada a viver livre e nem sequer a destrói, que não deixe de esperar ser destruído por ela, porque ela tem sempre por refúgio nas suas rebeliões o nome da liberdade e os seus velhos costumes, os quais nem pela vastidão dos tempos nem por nenhuma mercê jamais serão esquecidos. E por mais que se faça ou que se precavenha, se não é o expulsar ou o dispersar dos habitantes, eles não esquecerão nunca esse nome nem esses costumes... (Maquiavel, *O Príncipe.)*

165

A produção capitalista unificou o espaço, que não é mais limitado pelas sociedades exteriores. Esta unificação é, ao mesmo tempo, um processo extensivo e intensivo de banalização. A acumulação das mercadorias produzidas em série para o espaço abstrato do mercado, do mesmo modo que devia quebrar todas as barreiras regionais e legais, e todas as restrições às corporativas da Idade Média que mantinham a qualidade da produção artesanal, devia também dissolver a autonomia e a qualidade dos lugares. Este poder de homogeneização é a artilharia pesada que fez cair todas as muralhas da China.

166

É para se tornar cada vez mais idêntico a si próprio, para se aproximar o melhor possível da monotonia imóvel, que o espaço livre da mercadoria é, doravante, a cada instante modificado e reconstruído.

167

Esta sociedade que suprime a distância geográfica, recolhe interiormente a distância, enquanto separação espetacular.

168

Subproduto da circulação das mercadorias, a circulação humana considerada como um consumo, o turismo, reduz-se fundamentalmente à distração de ir ver o que se tornou banal. A ordenação econômica da frequentação de lugares diferentes é já por si mesma a garantia da sua equivalência. A mesma modernização que retirou da viagem o tempo, retirou-lhe também a realidade do espaço.

169

A sociedade que modela tudo o que a rodeia edificou a sua técnica especial para trabalhar a base concreta deste conjunto de tarefas: o seu próprio território. O urbanismo é esta tomada de posse do meio ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver-se logicamente em dominação absoluta, pode e deve agora refazer a totalidade do espaço como seu próprio cenário.

170

A necessidade capitalista satisfeita no urbanismo, enquanto glaciação visível da vida, pode exprimir-se - empregando termos hegelianos - como a predominância absoluta da "plácida coexistência do espaço" sobre "o inquieto devir na sucessão do tempo".

171

Se todas as forças técnicas da economia capitalista devem ser compreendidas como operando separações, no caso do urbanismo trata-se do equipamento da sua base geral, do tratamento do solo que convém ao seu desenvolvimento; da própria técnica da separação.

172

O urbanismo é a concretização moderna da tarefa ininterrupta que salvaguarda o poder de classe: a manutenção da atomização dos trabalhadores que as condições urbanas de produção tinham perigosamente reunido. A luta constante que teve de ser levada a cabo contra todos os aspectos desta possibilidade de encontro descobre no urbanismo o seu campo privilegiado. O esforço de todos os poderes estabelecidos desde as experiências da Revolução Francesa, para aumentar os meios de manter a ordem na rua, culmina finalmente na supressão da rua. "Com os meios de comunicação de massa a grande distância, o isolamento da população verificou-se ser um meio de controle muito mais eficaz", constata Lewis Mumford em *Através da História,* ao descrever um "mundo doravante único". Mas o movimento geral do isolamento, que é a realidade do urbanismo, deve também conter uma reintegração controlada dos trabalhadores, segundo as necessidades planificáveis da produção e do consumo. A integração no sistema deve apoderar-se dos indivíduos isolados em conjunto: as fábricas como as casas da cultura, as aldeias de férias como os "grandes conjuntos habitacionais", são especialmente organizados para os fins desta pseudo-coletividade que acompanha também o indivíduo isolado na célula familiar: o emprego generalizado dos receptores da mensagem espetacular faz com que o seu isolamento se encontre povoado pelas imagens dominantes, imagens que somente através deste isolamento adquirem o seu pleno poderio.

173

Pela primeira vez, uma arquitetura nova, que em cada época anterior era reservada à satisfação das classes dominantes, encontra-se diretamente destinada aos pobres. A miséria formal e a extensão gigantesca desta nova experiência de

hábitat provêm em conjunto do seu caráter de massa, que está implícito, ao mesmo tempo, na sua destinação e pelas condições modernas de construção. A decisão autoritária, que ordena abstratamente o território em território da abstração, está, evidentemente, no centro destas condições modernas de construção. A mesma arquitetura aparece em todo o lado em que começa a industrialização dos países quanto a ela atrasados, como terreno adequado ao novo gênero de existência social que aí se trata de implantar. Tão nitidamente como nas questões do armamento termonuclear ou da natalidade - isto atingindo já a possibilidade de uma manipulação da hereditariedade -, o limiar transposto no crescimento do poder material da sociedade e o atraso da dominação consciente deste poder estão expostos no urbanismo.

174

O momento presente é já o da autodestruição do meio urbano. O rebentar das cidades sobre os campos recobertos de "massas informes de resíduos urbanos" (Lewis Mumford) é, de um modo imediato, presidido pelos imperativos do consumo. A ditadura do automóvel, produto-piloto da primeira fase da abundância mercantil, inscreveu-se no terreno com a dominação da autoestrada, que desloca os antigos centros e exige uma dispersão cada vez maior. Ao mesmo tempo, os momentos de reorganização incompleta do tecido urbano polarizam-se passageiramente em torno das "fábricas de distribuição" que são os *supermarkets* (*) gigantes, edificados em terreno aberto num socalco de *parking* (*); e estes templos do consumo precipitado estão, eles próprios, em fuga no movimento centrífugo, que os repele à medida que eles se tornam, por sua vez, centros secundários sobrecarregados, porque trouxeram uma recomposição parcial da aglomeração. Mas a organização técnica do consumo não está senão no primeiro plano da dissolução geral que conduziu, assim, a cidade a consumir-se a si própria.

175

A história econômica, que se desenvolveu intensamente em torno da oposição cidade- campo, chegou a um estádio de sucesso que anula ao mesmo tempo os dois termos. A paralisia atual do desenvolvimento histórico total, em proveito da exclusiva continuação do movimento independente da economia, faz do momento em que começam a desaparecer a cidade e o campo, não a superação da sua cisão, mas o seu desmoronamento simultâneo. A usura recíproca da cidade e do campo, produto do desfalecimento do movimento histórico pelo qual a realidade urbana existente deveria ser superada, aparece nesta mistura eclética dos seus elementos decompostos que recobre as zonas mais avançadas na industrialização.

176

A história universal nasceu nas cidades e atinge a maioridade no momento da vitória decisiva da cidade sobre o campo. Marx considera como um dos maiores méritos revolucionários da burguesia este fato: "ela submeteu o campo à cidade" cujo ar emancipa. Mas se a história da cidade é a história da liberdade, ela é

também a da tirania, da administração estatal que controla o campo e a própria cidade. A cidade não pôde ser ainda senão o terreno de luta da liberdade histórica, e não a sua posse. A cidade é o meio da história, porque ela é ao mesmo tempo concentração do poder social, que torna possível a empresa histórica, e consciência do passado. A tendência presente à liquidação da cidade não faz, pois, senão exprimir de um outro modo o atraso de uma subordinação da economia à consciência histórica, de uma unificação da sociedade reassenhoreando-se dos poderes que dela se tinham desligado.

177

"O campo mostra justamente o fato contrário, o isolamento e a separação" *(Ideologia alemã).* O urbanismo que destrói as cidades, reconstrói um pseudocampo, no qual estão perdidas tanto as relações naturais do antigo campo como as relações sociais diretas da cidade histórica, diretamente postas em questão. É um novo campesinato fictício, recriado pelas condições de hábitat e de controle espetacular no atual "território ordenado": a dispersão no espaço e a mentalidade acanhada, que sempre impediram o campesinato de empreender uma ação independente e de se afirmar como potência histórica criadora, voltam a tornar-se a caracterização dos produtores - o movimento de um mundo que eles próprios fabricam, ficando tão completamente fora do seu alcance como o estava o ritmo natural dos trabalhos para a sociedade agrária. Mas quando este campesinato, que foi a inabalável base do "despotismo oriental", e cuja própria redução a migalhas pedia a centralização burocrática, reaparece como produto das condições de aumento da burocratizarão estatal moderna, a sua apatia teve de ser agora historicamente fabricada e alimentada; a ignorância natural cedeu o lugar ao espetáculo organizado do erro. As "cidades novas" do pseudo-campesinato tecnológico inscrevem claramente no terreno a ruptura com o tempo histórico sobre o qual são construídas; a sua divisa pode ser: "Aqui mesmo nunca acontecerá nada, e nunca aqui aconteceu nada". É, evidentemente, porque a história que é preciso libertar nas cidades ainda aqui não foi liberta, que as forças da ausência histórica começam a compor a sua própria e exclusiva paisagem.

178

A história que ameaça este mundo crepuscular é também a força que pode submeter o espaço ao tempo vivido. A revolução proletária é esta crítica da geografia humana, através da qual os indivíduos e as comunidades têm a construir os lugares e os acontecimentos correspondendo à apropriação, já não só do seu trabalho, mas da sua história total. Neste espaço movente do jogo, e das variações livremente escolhidas das regras do jogo, a autonomia do lugar pode reencontrar-se sem reintroduzir uma afeição exclusiva à terra, e assim, restabelecer a realidade da viagem, tendo em si própria todo o seu sentido.

179

A maior ideia revolucionária a propósito de urbanismo não é, ela própria,

urbanística, tecnológica ou estética. É a decisão de reconstruir integralmente o território segundo as necessidades do poder dos Conselhos de trabalhadores, da ditadura anti-estatal do proletariado, do diálogo executório. E o poder dos Conselhos, que não pode ser efetivo senão transformando a totalidade das condições existentes, não poderá atribuir-se uma menor tarefa se quer ser reconhecido e reconhecer-se a si mesmo no seu mundo.

Capítulo VIII

A negação e o consumo na cultura

> Viveremos o suficiente para ver uma revolução política? Nós, os contemporâneos destes alemães? Meu amigo, você crê o que deseja... Quando julgo a Alemanha segundo a sua história presente, não me objetará que toda a sua história está falsificada e que toda a sua vida pública atual não representa o estado atual do povo. Leia os jornais que queira, convença-se que se não cessa - e você conceder-me-á que a censura não impede ninguém de cessar - de celebrar a liberdade e a felicidade nacional que possuímos. (Ruge - *Carta a Marx,* março de 1844.)

180

A cultura é a esfera geral do conhecimento e das representações do vivido na sociedade histórica, dividida em classes; o que se resume em dizer que ela é esse poder de generalização existindo à parte, como divisão do trabalho intelectual e trabalho intelectual da divisão. A cultura desligou-se da unidade da sociedade do mito, "quando o poder de unificação desaparece da vida do homem, e os contrários perdem a sua relação e a sua interação vivas e adquirem autonomia." *(Diferença entre os sistemas de Fichte e de Schelling).* Ao ganhar a sua independência, a cultura começa um movimento imperialista de enriquecimento, que é, ao mesmo tempo, o declínio da sua independência. A história, que cria a autonomia relativa da cultura e as ilusões ideológicas quanto a esta autonomia, exprime-se também como história da cultura. E toda a história conquistadora da cultura pode ser compreendida como a história da revelação da sua insuficiência, como uma marcha para a sua auto-supressão. A cultura é o lugar da procura da unidade perdida. Nesta procura da unidade, a cultura como esfera separada é, ela própria, obrigada a negar-se.

181

A luta da tradição e da inovação, que é o princípio do desenvolvimento interno da cultura das sociedades históricas, não pode ser prosseguida senão através da vitória permanente da inovação. A inovação na cultura não é, porém, trazida por nada mais senão pelo movimento histórico total que, ao tomar consciência da sua totalidade, tende à superação dos seus próprios pressupostos culturais e caminha para a supressão de toda a separação.

182

O progresso dos conhecimentos da sociedade, que contém a compreensão da história como o coração da cultura, adquire por si próprio um conhecimento sem retorno que é expresso pela destruição de Deus. Mas esta "condição primeira de toda a crítica" é de igual modo a obrigação primeira de uma crítica infinita. Lá onde nenhuma regra de conduta pode já se manter, cada resultado da cultura a faz

avançar para a sua dissolução. Como a filosofia no instante em que conquistou a sua plena autonomia, toda a disciplina tornada autônoma deve desmoronar-se, inicialmente enquanto pretensão de explicação coerente da totalidade social, e, finalmente, mesmo enquanto instrumentação parcelar utilizável dentro das suas próprias fronteiras. A falta de racionalidade da cultura separada é o elemento que a condena a desaparecer, porque, nela, a vitória do racional está já presente como exigência.

183

A cultura provinha da história que dissolveu o gênero de vida do velho mundo, mas enquanto esfera separada, ela não é ainda mais do que a inteligência e a comunicação sensível que continuam parciais numa sociedade parcialmente histórica. Ela é o sentido de um mundo demasiadamente pouco sensato.

184

O fim da história da cultura manifesta-se em dois aspectos opostos: o projeto da sua superação na história total e a organização da sua manutenção enquanto objeto morto na contemplação espetacular. Um destes movimentos ligou o seu destino à crítica social e o outro à defesa do poder de classe.

185

Cada um dos dois aspectos do fim da cultura existe de um modo unitário, não só em todos os aspectos dos conhecimentos, como em todos os aspectos das representações sensíveis - no que era a arte no sentido mais geral. No primeiro caso, opõem-se a acumulação de conhecimentos fragmentários que se tornam inutilizáveis - porque a aprovação das condições existentes deve finalmente renunciar aos seus próprios conhecimentos - e a teoria da práxis - que detém sozinha a verdade de todas ao deter sozinha o segredo da sua utilização. No segundo caso, opõem-se a autodestruição crítica da antiga linguagem comum da sociedade e a sua recomposição artificial no espetáculo mercantil, a representação ilusória do não vivido.

186

Ao perder a comunidade da sociedade do mito, a sociedade deve perder todas as referências de uma linguagem realmente comum, até ao momento em que a cisão da comunidade inativa pode ser superada pelo acesso à comunidade histórica real. A arte, que foi essa linguagem comum da inação social, no momento em que ela se constitui em arte independente no sentido moderno, emergindo do seu primeiro universo religioso e tornando-se produção individual de obras separadas, conhece, como caso particular, o movimento que domina a história do conjunto da cultura separada. A sua afirmação independente é o começo da sua dissolução.

187

O fato de a linguagem da comunicação se ter perdido, eis o que exprime positivamente o movimento de decomposição moderna de toda a arte, o seu

aniquilamento formal. O que este movimento exprime negativamente é o fato de uma linguagem comum dever ser reencontrada, já não na conclusão unilateral que para a arte da sociedade histórica chegava sempre demasiado tarde, falando a outros daquilo que foi vivido sem diálogo real, e admitindo esta deficiência da vida, mas que ela deve ser reencontrada na práxis que reúne em si a atividade direta e a sua linguagem. Trata-se de possuir efetivamente a comunidade do diálogo e o jogo com o tempo, que foram representados pela obra poético-artística.

188

Quando a arte tornada independente representa o seu mundo com cores resplandecentes, um momento da vida envelheceu e ele não se deixa rejuvenescer com cores resplandecentes. Ele deixa-se somente evocar na recordação. A grandeza da arte não começa a aparecer senão no poente da vida.

189

O tempo histórico que invade a arte exprimiu-se antes de tudo na própria esfera da arte, a partir do barroco. O barroco é a arte de um mundo que perdeu o seu centro: a última ordem mítica reconhecida pela Idade Média, no cosmos e no governo terrestre - a unidade da Cristandade e o fantasma de um Império - caiu. A arte da mudança deve trazer em si o princípio efêmero que ela descobre no mundo. Ela escolheu, diz Eugênio d'Ors, "a vida contra a eternidade". O teatro e a festa, a festa teatral, são os momentos dominantes da realização barroca, na qual toda a expressão artística particular não toma o seu sentido senão pela sua referência ao *décor* de um lugar construído, a uma construção que deve ser para si própria o centro de unificação; e este centro é a passagem que está inscrita como um equilíbrio ameaçado na desordem dinâmica de tudo. A importância, por vezes excessiva, adquirida pelo conceito de barroco na discussão estética contemporânea traduz a tomada de consciência da impossibilidade dum classicismo artístico: os esforços a favor dum classicismo ou neoclassicismo normativos, desde há três séculos, não foram senão breves construções fictícias falando a linguagem exterior do Estado, da monarquia absoluta ou da burguesia revolucionária vestida à romana. Do romantismo ao cubismo, é finalmente uma arte cada vez mais individualizada da negação, renovando-se perpetuamente até à redução a migalhas e à negação acabada da esfera artística que seguiu o curso geral do barroco. O desaparecimento da arte histórica, que estava ligada à comunicação interna duma elite, que tinha a sua base social semi-independente nas condições parcialmente lúdicas ainda vividas pelas últimas aristocracias, traduz também este fato: que o capitalismo conhece o primeiro poder de classe que se confessa despojado de qualquer qualidade ontológica; e que a raiz do poder na simples gestão da economia é igualmente a perda de toda a mestria humana. O conjunto barroco, que para a criação artística é, em si próprio, uma unidade há já muito tempo perdida, reencontra-se de algum modo no consumo atual da totalidade do passado artístico. O conhecimento e o reconhecimento históricos de toda a arte do passado,

retrospectivamente constituída em arte mundial, relativizam-na numa desordem global que constitui, por sua vez, um edifício barroco a um nível mais elevado, edifício no qual devem fundir-se a própria produção de uma arte barroca e todos os seus ressurgimentos. As artes de todas as civilizações e de todas as épocas podem, pela primeira vez, ser todas conhecidas e admiradas em conjunto. É uma "recoleção das recordações" da história da arte que, ao tornar-se possível, é de igual modo o fim do mundo da arte. É nesta época dos museus, quando nenhuma comunicação artística pode já existir, que todos os momentos antigos da arte podem ser igualmente admitidos, porque nenhum deles padece mais da perda das suas condições de comunicação em geral.

190

A arte na sua época de dissolução, enquanto movimento negativo que prossegue a superação da arte numa sociedade histórica em que a história não foi ainda vivida é ao mesmo tempo uma arte da mudança e a expressão pura da mudança impossível. Quanto mais a sua exigência é grandiosa, mais a sua verdadeira realização está para além dela. Esta arte é forçosamente de vanguarda, e não é. A sua vanguarda é o seu desaparecimento.

191

O dadaísmo e o surrealismo são as duas correntes que marcaram o fim da arte moderna. Elas são, ainda que só de um modo relativamente consciente, contemporâneas do último grande assalto do movimento revolucionário proletário; e o revés deste movimento, que as deixava encerradas no próprio campo artístico de que elas tinham proclamado a caducidade, é a razão fundamental da sua imobilização. O dadaísmo e o surrealismo estão, ao mesmo tempo, historicamente ligados e em oposição. Nesta oposição, que constitui também para cada um a parte mais consequente e radical da sua contribuição, aparece a insuficiência interna da sua crítica, desenvolvida unilateralmente tanto por uma como por outra. O dadaísmo quis suprimir a arte sem a realizar; e o surrealismo quis realizar a arte sem a suprimir. A posição crítica elaborada posteriormente pelos situacionistas mostrou que a supressão e a realização da arte são os aspectos inseparáveis de uma mesma superação da arte.

192

O consumo espetacular que conserva a antiga cultura congelada, compreendendo nela a repetição recuperada das suas manifestações negativas, torna-se abertamente no seu setor cultural o que ele implicitamente é na sua totalidade: a comunicação do incomunicável. A destruição extrema da linguagem pode encontrar-se aí insipidamente reconhecida como um valor positivo oficial, pois se trata de apregoar uma reconciliação com o estado dominante das coisas, no qual toda a comunicação é alegremente proclamada ausente. A verdade crítica desta destruição, enquanto vida real da poesia e da arte modernas, está evidentemente escondida, porque o espetáculo, que tem a função de fazer esquecer a história na

cultura, aplica na pseudonovidade dos seus meios modernistas a própria estratégia que o constitui em profundidade. Assim, pode dar-se por nova uma escola de neoliteratura, que simplesmente admite contemplar o escrito para si próprio. Aliás, ao lado da simples proclamação da beleza suficiente da dissolução do comunicável, a tendência mais moderna da cultura espetacular - e a mais ligada à prática repressiva da organização geral da sociedade - procura recompor, através de "trabalhos de conjunto", um meio neo-artístico complexo a partir dos elementos decompostos; nomeadamente, na procura de integração dos detritos ou de híbridos estético-técnicos no urbanismo. Isto é a tradução, no plano da pseudocultura espetacular, deste projeto geral do capitalismo desenvolvido que visa ocupar-se do trabalhador parcelar como "personalidade bem integrada no grupo", tendência descrita pelos recentes sociólogos americanos (Riesman, Whyte, etc.). É, em toda a parte, o mesmo projeto de uma reestruturação sem comunidade.

193

A cultura tornada integralmente mercadoria deve tornar-se também a mercadoria vedete da sociedade espetacular. Clark Kerr, um dos ideólogos mais avançados desta tendência, calculou que o complexo processo de produção, distribuição e consumo dos conhecimentos, açambarca já anualmente 29% do produto nacional nos Estados Unidos; e prevê que a cultura deve desempenhar na segunda metade deste século o papel motor no desenvolvimento da economia, como o automóvel o foi na sua primeira metade, e os caminhos-de-ferro na segunda metade do século precedente.

194

O conjunto dos conhecimentos, que continua a desenvolver-se atualmente como pensamento do espetáculo, deve justificar uma sociedade sem justificações, e constituir-se em ciência geral da falsa-consciência. Ela é inteiramente condicionada pelo fato de não poder nem querer pensar na sua própria base material no sistema espetacular.

195

O próprio pensamento da organização social da aparência está obscurecido pela subcomunicação generalizada que ele defende. Ele não sabe que o conflito está na origem de todas as coisas do seu mundo. Os especialistas do poder do espetáculo, poder absoluto no interior do seu sistema de linguagem sem resposta, são absolutamente corrompidos pela sua experiência do desprezo e do êxito do desprezo; porque reencontram o seu desprezo confirmado pelo conhecimento do homem desprezível que é realmente o espectador.

196

No pensamento especializado do sistema espetacular opera-se uma nova divisão das tarefas, à medida que o próprio aperfeiçoamento deste sistema põe os novos problemas: por um lado, a crítica espetacular do espetáculo é empreendida pela

sociologia moderna, que estuda a separação com o auxílio dos únicos instrumentos conceptuais e materiais da separação; por outro lado, a apologia do espetáculo constitui-se em pensamento do não-pensamento, em esquecimento titular, da prática histórica, nas diversas disciplinas onde se enraíza o estrutura lismo. Porém, o falso desespero da crítica não dialética e o falso otimismo da pura publicidade do sistema são idênticos, enquanto pensamento submisso.

197

A sociologia que começou a pôr em discussão, inicialmente nos Estados Unidos, as condições de existência resultantes do atual desenvolvimento, se pôde trazer muitos dados empíricos, não conhece de modo algum a verdade do seu próprio objeto, porque ela não encontra nele próprio a crítica que lhe é imanente. De modo que a tendência sinceramente reformista desta sociologia não se apoia senão na moral, no bom senso, nos apelos à moderação completamente fora de propósito. Uma tal maneira de criticar, porque não conhece o negativo que está no coração do seu mundo, não faz senão insistir na descrição de uma espécie de excedente negativo que parece atravancá-lo deploravelmente à superfície, como uma proliferação parasitária irracional. Esta boa vontade indignada, que mesmo enquanto tal não consegue vituperar senão as consequências exteriores do sistema, julga-se crítica, esquecendo o caráter essencialmente apologético dos seus pressupostos e do seu método.

198

Aqueles que denunciam o absurdo ou os perigos do incitamento à dissipação na sociedade da abundância econômica, não sabem para que serve a dissipação. Eles condenam com ingratidão, em nome da racionalidade econômica, os bons guardas irracionais sem os quais o poder desta racionalidade econômica se desmoronaria. E Boorstin, por exemplo, que descreve em *A Imagem* o consumo mercantil do espetáculo americano, nunca atinge o conceito de espetáculo, porque julga poder deixar fora deste desastroso exagero a vida privada, ou a noção de "honesta mercadoria". Não compreende que a própria mercadoria fez as leis cuja aplicação "honesta" deve provocar tanto a realidade distinta da vida privada, como a sua reconquista ulterior pelo consumo social das imagens.

199

Boorstin descreve os excessos de um mundo que se nos tornou estranho, como excessos estranhos ao nosso mundo. Mas a base "normal" da vida social, à qual ele se refere implicitamente quando qualifica o reino superficial das imagens, em termos de julgamento psicológico e moral, como o produto das "nossas extravagantes pretensões", não tem nenhuma realidade nem no seu livro nem na sua época. É porque a vida humana real de que fala Boorstin está para ele no passado, nele compreendido o passado da resignação religiosa, que ele não pode compreender toda a profundidade de uma sociedade da imagem. A verdade desta sociedade não é mais do que a negação desta sociedade.

200

A sociologia, que julga poder isolar do conjunto da vida social uma racionalidade industrial, funcionando à parte, pode ir ao ponto de isolar do movimento industrial global as técnicas de reprodução e transmissão. É assim que Boorstin toma como causa dos resultados que descreve, o infeliz encontro, quase fortuito, de um demasiado grande aparelho técnico de difusão das imagens e de uma demasiado grande propensão dos homens da nossa época ao pseudo-sensacional. Assim, o espetáculo seria devido ao fato de o homem moderno ser demasiado espectador. Boorstin não compreende que a proliferação dos "pseudo-acontecimentos" pré-fabricados que ele denuncia deriva deste simples fato: que os próprios homens, na realidade maciça da atual vida social, não vivem acontecimentos. É porque a própria história persegue a sociedade moderna como um espectro, que se encontra a pseudo-história construída a todos os níveis do consumo da vida, para preservar o equilíbrio ameaçado do atual tempo congelado.

201

A afirmação da estabilidade definitiva de um curto período de congelamento do tempo histórico é a base inegável, inconsciente e conscientemente proclamada, da atual tendência a uma sistematização estruturalista. O ponto de vista em que se coloca o pensamento anti-histórico do estruturalismo é o da eterna presença de um sistema que nunca foi criado e que nunca acabará. O sonho da ditadura de uma estrutura prévia inconsciente sobre toda a práxis social pôde ser abusivamente tirada dos modelos de estruturas elaborados pela linguística e pela etnologia (e mesmo pela análise do funcionamento do capitalismo), modelos já abusivamente compreendidos nessas circunstâncias, simplesmente porque um pensamento universitário de quadros médios, rapidamente satisfeitos, pensamento integralmente submerso no elogio maravilhado do sistema existente, reduz com vulgaridade toda a realidade à existência do sistema.

202

Como em qualquer ciência social histórica, é preciso ter sempre em vista, para a compreensão das categorias "estruturalistas", que as categorias exprimem formas de existência e condições de existência. Assim como não se aprecia o valor de um homem pela concepção que ele tem de si próprio, não se pode apreciar - e admirar - esta sociedade determinada, aceitando como indiscutivelmente verídica a linguagem que ela fala a si mesma. "Não se pode apreciar semelhantes épocas de transformação pela consciência que a época tem dessa transformação; pelo contrário, deve explicar-se a consciência com a ajuda das contradições da vida material." A estrutura é filha do poder presente. O estruturalismo é o pensamento garantido pelo Estado, que pensa as condições presentes da "comunicação" espetacular como um absoluto. A sua maneira de estudar o código das mensagens em si mesmo não é, senão, o produto e o reconhecimento duma sociedade, em que a comunicação existe sob a forma duma cascata de sinais hierárquicos. De modo

que não é o estruturalismo que serve para provar a validade trans-histórica da sociedade do espetáculo; é, pelo contrário, a sociedade do espetáculo, impondo-se como realidade maciça, que serve para provar o sonho frio do estruturalismo.

203

Sem dúvida, o conceito crítico de espetáculo pode também ser vulgarizado numa qualquer fórmula oca da retórica sociológico-política para explicar e denunciar tudo abstratamente e, assim, servir para a defesa do sistema espetacular. Porque é evidente que nenhuma ideia pode conduzir para além do espetáculo, mas somente para além das ideias existentes sobre o espetáculo. Para destruir efetivamente a sociedade do espetáculo, são necessários homens pondo em ação uma força prática. A teoria crítica do espetáculo não é verdadeira senão ao unificar-se à corrente prática da negação na sociedade; e esta negação, o retomar da luta de classe revolucionária, tornar-se-á consciente de si própria ao desenvolver a crítica do espetáculo, que é a teoria das suas condições reais, das condições práticas da opressão atual, e desvenda inversamente o segredo daquilo que ela pode ser. Esta teoria não espera milagres da classe operária. Ela encara a nova formulação e a realização das exigências proletárias como uma tarefa de grande alento. Para distinguir artificialmente luta teórica e luta prática - porque, na base aqui definida, a própria constituição e a comunicação duma tal teoria já não pode conceber-se sem uma prática rigorosa - é certo que o percurso obscuro e difícil da teoria crítica deverá também ser o moto do movimento prático, atuando à escala da sociedade.

204

A teoria crítica deve comunicar-se na sua própria linguagem. É a linguagem da contradição, que deve ser dialética na sua forma como o é no seu conteúdo. Ela é crítica da totalidade e crítica histórica. Não é um "grau zero da escrita" mas a sua reinversão. Não é uma negação do estilo, mas o estilo da negação.

205

Mesmo no seu estilo, a exposição da teoria dialética é um escândalo e uma abominação segundo as regras da linguagem dominante, e também para o gosto que elas educaram, porque no emprego positivo dos conceitos existentes ela inclui ao mesmo tempo a inteligência da sua fluidez reencontrada, da sua destruição necessária.

206

Este estilo, que contém a sua própria crítica, deve exprimir a dominação da crítica presente sobre todo o seu passado. Por ele, o modo de exposição da teoria dialética é testemunha do espírito negativo que nela reside. "A verdade não é como o produto no qual não mais se encontra o traço do instrumento" (Hegel). Esta consciência teórica do movimento, na qual o próprio traço do movimento deve estar presente, manifesta-se pela reinversão das relações estabelecidas entre os conceitos e pelo desvio de todas as aquisições da crítica anterior. A reinversão do

genitivo é esta expressão das revoluções históricas, consignada na forma do pensamento, que foi considerada como o estilo epigramático de Hegel. O jovem Marx, ao preconizar, conforme o uso sistemático que dela tinha feito Feuerbach, a substituição do sujeito pelo predicado, atingiu o emprego mais consequente desse estilo insurrecional que, da filosofia da miséria, tira a miséria da filosofia. O desvio submete à subversão as conclusões críticas passadas que foram petrificadas em verdades respeitáveis, isto é, transformadas em mentiras. Kierkegaard já disto tinha feito deliberadamente uso, ao associar-lhe a sua própria denúncia: "Mas não obstante as voltas e reviravoltas, como o doce volta sempre para o armário, tu acabas sempre por introduzir lhe uma pequena palavra que não é tua e que perturba pela recordação que desperta" (*Migalhas filosóficas*). É a obrigação da distância para com o que foi falsificado em verdade oficial que determina este emprego do desvio, assim confessado por Kierkegaard no mesmo livro: "Um só reparo ainda a propósito das tuas numerosas alusões visando todas a censura que eu associo aos meus dizeres, expressões obtidas por empréstimo. Não o nego aqui e também não o esconderei que era voluntário e que numa próxima sequência a esta brochura, se algum dia a escrever, tenho a intenção de chamar o objeto pelo seu verdadeiro nome e de revestir o problema de um trajo histórico".

207

As ideias melhoram-se. O sentido das palavras participa nisso. O plagiato é necessário. O progresso implica-o. Ele acerca-se estreitamente da frase de um autor, serve-se das suas expressões, suprime uma ideia falsa, substitui-a pela ideia justa.

208

O desvio é o contrário da citação, da autoridade teórica sempre falsificada, pelo próprio fato de ela se ter tornado citação; fragmento arrancado ao seu contexto, ao seu movimento, e, finalmente, à sua época, como referência global e à opção precisa que ela constituía no interior desta referência, exatamente reconhecida ou errônea. O desvio é a linguagem fluida da anti-ideologia. Ele aparece na comunicação que sabe não poder deter nenhuma garantia em si própria e definitivamente. Ele é, no mais alto ponto, a linguagem que nenhuma referência antiga e supracrítica pode confirmar. É, pelo contrário, a sua própria coerência, em si próprio e para com os fatos praticáveis, que pode confirmar o antigo núcleo de verdade que ele volta a trazer consigo. O desvio não fundou a sua causa sobre nada de exterior à sua própria verdade como crítica presente.

209

O que, na formulação teórica, se apresenta abertamente como desviado, ao desmentir toda a autonomia durável da esfera do teórico expresso, ao fazer intervir aí, por esta violência, a ação que perturba e varre toda a ordem existente, faz lembrar que esta existência do teórico não é nada em si mesma, e não tem que se conhecer senão com a ação histórica, e a correção histórica que é a sua verdadeira

fidelidade.

210

A negação real da cultura é a única a conservar lhe o sentido. Ela já não pode ser cultural. Assim, ela é aquilo que permanece de algum modo ao nível da cultura, embora numa acepção totalmente diferente.

211

Na linguagem da contradição, a crítica da cultura apresenta-se unificada: enquanto ela domina o todo da cultura - o seu conhecimento como a sua poesia - e enquanto não se separa mais da crítica da totalidade social. É somente esta critica teórica unificada que vai ao encontro da prática social unificada.

Capítulo IX

A ideologia materializada

> A consciência de si é em si e para si quando e porque ela é em si e para si para uma outra consciência de si; quer dizer que ela não é senão enquanto ser reconhecido. (Hegel, *Fenomenologia do Espírito.)*

212

A ideologia é a base do pensamento duma sociedade de classes, no curso conflitual da história. Os fatos ideológicos não foram nunca simples quimeras, mas a consciência deformada das realidades, e, enquanto tais, fatores reais exercendo, por sua vez, uma real ação deformada; tanto mais que a materialização da ideologia, que arrasta consigo o êxito concreto da produção econômica autonomizada, na forma do espetáculo, confunde praticamente com a realidade social uma ideologia que pôde talhar todo o real segundo o seu modelo.

213

Quando a ideologia, que é a vontade abstrata do universal, e a sua ilusão, se encontra legitimada pela abstração universal e pela ditadura efetiva da ilusão na sociedade moderna, ela já não é a luta voluntarista do parcelar, mas o seu triunfo. Daí a pretensão ideológica adquirir uma espécie de fastidiosa exatidão positivista: ela já não é uma escolha histórica, mas uma evidência. Numa tal afirmação, os nomes particulares das ideologias desvaneceram-se. Mesmo a parte de trabalho propriamente ideológica ao serviço do sistema já não se concebe senão enquanto reconhecimento duma "base epistemológica" que se pretende para além de qualquer fenômeno ideológico. A própria ideologia materializada está sem nome, tal como está sem programa histórico enunciável. Quer isto dizer que a história das ideologias acabou.

214

A ideologia, que toda a sua lógica interna levava à "ideologia total", no sentido de Mannheim, despotismo do fragmento que se impõe como pseudo-saber dum todo petrificado, visão totalitária, é agora realizada no espetáculo imobilizado da não-história. A sua realização é também a sua dissolução no conjunto da sociedade. Com a dissolução prática desta sociedade deve desaparecer a ideologia, o último contra-senso que bloqueia o acesso à vida histórica.

215

O espetáculo é a ideologia por excelência, porque expõe e manifesta na sua plenitude a essência de qualquer sistema ideológico: o empobrecimento, a submissão e a negação da vida real. O espetáculo é, materialmente, "a expressão da separação e do afastamento entre o homem e o homem". O "novo poderio do embuste" que se concentrou aí tem a sua base nesta produção pela qual "com a massa dos objetos cresce (...) o novo domínio dos seres estranhos aos quais o homem está submetido". É o estádio supremo duma expansão que virou a necessidade contra a vida. "A necessidade de dinheiro é portanto a verdadeira necessidade produzida pela economia política, e a única necessidade que ela produz" *(Manuscritos econômico-filosóficos).* O espetáculo alarga a toda a vida social o princípio que Hegel, na *Realphilosophie* de Iena, concebe como o do dinheiro; é "a vida do que está morto movendo-se em si própria".

216

Ao contrário do projeto resumido nas *Teses sobre Feuerbach* (a realização da filosofia na práxis que supera a oposição entre o idealismo e o materialismo), o espetáculo conserva ao mesmo tempo, e impõe no pseudoconcreto do seu universo, os caracteres ideológicos do materialismo e do idealismo. O aspecto contemplativo do velho materialismo, que concebe o mundo como representação e não como atividade, e que finalmente idealiza a matéria, está realizado no espetáculo, onde as coisas concretas são automaticamente senhoras da vida social. Reciprocamente, a atividade sonhada do idealismo realiza-se igualmente no espetáculo pela mediação técnica de signos e de sinais, que finalmente materializam um ideal abstrato.

217

O paralelismo entre a ideologia e a esquizofrenia estabelecido por Gabel *(A Falsa Consciência)* deve ser inserido neste processo econômico de materialização da ideologia. O que a ideologia já era, a sociedade acabou por ser. A desinserção da práxis e a falsa consciência antidialética que a acompanha, eis o que é imposto a cada hora da vida quotidiana submetida ao espetáculo; que é necessário compreender como uma organização sistemática do "desfalecimento da faculdade de encontro" e como sua substituição por um fato alucinatório social: a falsa consciência do encontro, a "ilusão do encontro". Numa sociedade em que ninguém pode já ser reconhecido pelos outros, cada indivíduo torna-se incapaz de reconhecer a sua própria realidade. A ideologia está em sua casa; a separação construiu o seu mundo.

218

"Nos quadros clínicos da esquizofrenia", diz Gabel, "decadência da dialética da totalidade (tendo como forma extrema a dissociação) e decadência da dialética do devir (tendo como forma extrema a catatonia) parecem bem solidárias". A consciência espectadora, prisioneira dum universo estreitado, limitada pelo *écran* do espetáculo, para trás do qual a sua vida foi deportada, não conhece mais do que os interlocutores fictícios que lhe falam unilateralmente da sua mercadoria e da política

da sua mercadoria. O espetáculo, em toda a sua extensão, é o seu "sinal do espelho". Aqui se põe em cena a falsa saída dum autismo generalizado.

219

O espetáculo que é a extinção dos limites do *moi* (*) e do mundo pelo esmagamento do *moi* (*) que a presença-ausência do mundo assedia, é igualmente a supressão dos limites do verdadeiro e do falso pelo recalcamento de toda a verdade vivida sob a presença real da falsidade que a organização da aparência assegura. Aquele que sofre passivamente a sua sorte quotidianamente estranha é, pois, levado a uma loucura que reage ilusoriamente a essa sorte, ao recorrer a técnicas mágicas. O reconhecimento e o consumo das mercadorias estão no centro desta pseudo-resposta a uma comunicação sem resposta. A necessidade de imitação que o consumidor sente é precisamente a necessidade infantil, condicionada por todos os aspectos da sua despossessão fundamental. Segundo os termos que Gabel aplica a um nível patológico completamente diferente, a necessidade anormal de representação compensa aqui um sentimento torturante de estar à margem da existência.

220

Se a lógica da falsa consciência não pode reconhecer-se veridicamente a si própria, a procura da verdade crítica sobre o espetáculo deve ser também uma crítica verdadeira. É-lhe praticamente necessário lutar entre os inimigos irreconciliáveis do espetáculo e admitir estar ausente lá onde eles estão ausentes. São as leis do pensamento dominante, o ponto de vista exclusivo da atualidade, que reconhece a vontade abstrata da eficácia imediata, quando ela se lança nos compromissos do reformismo ou da ação comum dos resquícios pseudo-revolucionários. Aí, o delírio reconstituiu-se na própria posição que pretende combatê-lo. Pelo contrário, a crítica que vai para além do espetáculo deve saber esperar.

221

Emancipar-se das bases materiais da verdade invertida, eis no que consiste a auto-emancipacão da nossa época. Esta "missão histórica de instaurar a verdade no mundo", nem o indivíduo isolado, nem a multidão atomizada, submetida às manipulações, a podem realizar, mas ainda e sempre a classe que é capaz de ser a dissolução de todas as classes, ao reduzir todo o poder à forma desalienante da democracia realizada, o Conselho, no qual a teoria prática se controla a si própria e vê a sua ação. Lá, somente, onde os indivíduos estão "diretamente ligados à história universal"; lá, somente, onde o diálogo se estabeleceu para fazer vencer as suas próprias condições.

(*) *Mantém-se o original para não alterar a referência analítica donde provém. (N. T.)*

(*) Mantém-se o original para referenciar o conceito utilizado por Freud (N. T.)
(*) Em inglês no original (N. T.).
(*) Em inglês no original. (N. T.)
(*) Em inglês no original. (N. T.)

COMENTÁRIOS SOBRE A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO

À memória de Gérard Lebovici, assassinado em Paris a 5 de Março de 1984, numa cilada que permanece no mistério.

"Por críticas que possam ser as situações e as circunstâncias em que te encontres, não desesperes; é nas ocasiões em que tudo é temível, que nada há que temer; é quando se está rodeado de todos os perigos, que não há que temer nenhum; é quando se está sem nenhum recurso, que há que contar com todos; é quando se está surpreendido, que é preciso surpreender o inimigo."

(Sun-Tzu, A Arte da Guerra)

I

Estes *Comentários* têm a segurança de ser prontamente conhecidos por cinquenta ou sessenta pessoas, o que já é muito nos dias que vivemos e quando se trata de questões tão graves. Mas é por isso mesmo que eu tenho, em certos meios, a reputação de ser um conhecedor. Importa igualmente considerar que, desta elite que vai interessar-se neles, metade, ou um número muito aproximado, é composta por pessoas que se ocupam em manter o sistema de dominação espetacular, e a outra metade por gente que teimará em fazer exatamente o contrário. Tendo assim em conta leitores tão atentos e diversamente influentes, não posse evidentemente falar com toda a liberdade. Devo sobretudo tomar cautela para não instruir demasiadamente seja quem for.

A desgraça dos tempos obrigar-me-á, portanto, a escrever, uma vez mais, de um modo novo. Certos elementos serão voluntariamente omitidos; e o plano deverá ficar bem pouco claro. Poder-se-á *encontrar* nele, como a própria assinatura da época, alguns logros. Na condição de intercalar aqui e ali várias outras páginas, o sentido total pode aparecer: deste modo, muitas vezes, foram acrescentados artigos secretos àquilo que os tratados estipulavam abertamente, e o mesmo acontece com agentes químicos que não revelam uma parte desconhecida das suas propriedades senão quando se encontram associados a outros. Todavia, nesta breve obra, demasiadas coisas serão, finalmente, fáceis de compreender.

II

Em 1967, mostrei num *livro, A Sociedade do Espetáculo,* aquilo que o espetáculo moderno era já essencialmente: o reino autocrático da economia mercantil, tendo

acedido a um estatuto de soberania irresponsável, e o conjunto das novas técnicas de governo que acompanham este reino. As alterações de 1968, que se prolongaram em diversos países no decurso dos anos seguintes, não derrubaram em nenhum lugar a organização existente da sociedade, donde o espetáculo brota como que espontaneamente; ele continuou, portanto, a reforçar-se por todos os lados, quer dizer, ao mesmo tempo que se estendeu até aos extremos em todas as direções, aumentou a sua densidade no centro. O espetáculo aprendeu mesmo novos procedimentos defensivos, como acontece com frequência aos poderes atacados. Quando comecei a crítica da sociedade espetacular notou-se sobretudo, dado o momento, o conteúdo revolucionário que se podia descobrir nesta crítica, e isso foi sentido, naturalmente, como o seu elemento mais incômodo. Quanto à coisa mesma, acusaram-me por vezes de ter inventado todas as suas partes e sempre de ter conspirado exageradamente ao avaliar a profundidade e unidade deste espetáculo e da sua ação real. Devo reconhecer que os outros, fazendo aparecer depois novos livros à volta do mesmo tema, demonstraram perfeitamente que se podia evitar dizer tanto. Eles nada mais fizeram que substituir o conjunto e o seu movimento por um só detalhe estático da superfície do fenômeno, a originalidade de cada autor satisfazia-se em escolhê-lo diferente e, por isso, cada vez menos inquietante. Nenhum quis alterar a modéstia científica da sua interpretação pessoal misturando-lhe temerários julgamentos históricos.

Mas, afinal, a sociedade do espetáculo não deixou de continuar a sua marcha. Ela vai depressa, se tivermos em conta que, em 1967, não tinha mais de uma quarentena de anos atrás de si; mas plenamente utilizados. E no seu próprio movimento, que ninguém achou valer a pena estudar, ela demonstrou depois, por surpreendentes façanhas, que a sua natureza efetiva era bem aquela que eu tinha dito.

Estabelecer este ponto não tem somente um valor acadêmico, porque é sem dúvida indispensável ter reconhecido a unidade e articulação desta força atuante que é o espetáculo, para, a partir daí, ser capaz de procurar de novo em que direções esta força pôde deslocar-se, sendo aquilo que ela era. Estas questões são de um grande interesse: é necessariamente em tais condições que se jogará a continuação do conflito na sociedade. Visto que o espetáculo é hoje seguramente mais poderoso do que era antes. Que faz ele deste poder suplementar? Até onde avançou, onde não estava ele antes? Quais são, em suma, as suas *linhas de operações* neste momento? O sentimento vago de que se trata de uma espécie de invasão rápida, que obriga as gentes a levar uma vida muito diferente, está de ora avante largamente espalhada; mas sente-se isso mais como uma modificação inexplicável do clima ou de um outro equilíbrio natural, modificação perante a qual a ignorância só sabe que nada tem a dizer. Além disso, muitos admitem que é uma invasão civilizadora, tornada inevitável, e têm mesmo desejo de colaborar nela. Estes antes querem não saber para que serve precisamente esta conquista e como ela caminha.

Vou evocar algumas *consequências práticas* ainda pouco conhecidas, que

resultam deste desenvolvimento rápido do espetáculo durante os últimos vinte anos. Não me proponho, em nenhum aspecto da questão, entrar em polêmicas, de ora avante demasiado fáceis e demasiado inúteis; nem tão pouco convencer. Os presentes comentários não se preocupam em moralizar. Eles não consideram o que é desejável, ou simplesmente preferível. Limitar-se-ão a fazer notar o que é.

III

Agora, que ninguém pode razoavelmente duvidar da existência e do poder do espetáculo, pode pelo contrário duvidar-se que seja razoável acrescentar algo sobre uma questão que a experiência resolveu de uma maneira tão draconiana. *Le Monde* de 19 de Setembro de 1987 ilustrava com felicidade a fórmula *«Aquilo que existe já não tem necessidade de ser falado»,* verdadeira lei fundamental destes tempos espetaculares que, pelo menos a este respeito, não deixou para trás nenhum país: «Que a sociedade contemporânea seja uma sociedade de espetáculo, é um assunto sabido. Em breve, valerá mais a pena examinar os assuntos que não chamam a atenção. São incontáveis as obras que descrevem um fenômeno que vem caracterizando as nações industrializadas sem poupar os países em atraso em relação ao seu tempo. Mas nota-se o ridículo de que os livros que analisam este fenômeno, em geral para o deplorar, devem, eles também, sacrificar-se ao espetáculo para se fazerem conhecer.» É verdade que esta crítica espetacular do espetáculo, chegada tarde e que para cúmulo quereria «dar-se a conhecer» no mesmo terreno, limitar-se-á forçosamente a generalidades vás ou a lamentos hipócritas; como também parece vã esta sabedoria desenganada que bufoneia num jornal.

A discussão vazia sobre o espetáculo, isto é, sobre aquilo que fazem os proprietários do mundo, está, assim, organizada *por ele mesmo* insiste-se sobre os grandes meios do espetáculo, para nada dizer sobre a sua ampla utilização. Com frequência prefere-se chamá-lo, em vez de espetáculo, o midiático. E, assim, quer-se designar um simples instrumento, uma espécie de serviço público que geriria com um imparcial «profissionalismo» a nova riqueza da comunicação de todos através dos *mass media,* comunicação enfim chegada à sua pureza unilateral, onde se faz admirar sossegadamente a decisão já tomada. Aquilo que é comunicado são *ordens;* e, muito harmoniosamente, aqueles que as deram são igualmente aqueles que dirão aquilo que pensam delas.

O poder do espetáculo, que é tão essencialmente unitário, centralizador pela força própria das coisas, e perfeitamente despótico no seu espírito, indigna-se com frequência ao ver constituir-se dentro do seu reino uma política-espetáculo, uma justiça-espetáculo, uma medicina-espetáculo, ou tantos outros também surpreendentes «excessos midiáticos». Assim, o espetáculo nada mais seria que o excesso do midiático, cuja natureza, indiscutivelmente boa já que serve para comunicar, é por vezes dada a excessos. Com muita frequência, os mestres da sociedade declaram-se mal servidos pelos seus empregados midiáticos; mais

amiúde eles censuram à plebe dos espectadores a sua tendência para se entregar sem moderação, e quase bestialmente, aos prazeres midiáticos. Dissimular-se-á, assim, por detrás de uma multitude virtualmente infinita de pretensas divergências midiáticas, o que é, pelo contrário, resultado de uma convergência espetacular querida com uma notável tenacidade. Do mesmo modo que a lógica da mercadoria prima sobre as diversas ambições concorrenciais de todos os comerciantes, ou que a lógica da guerra domina sempre as frequentes modificações do armamento, a mesma lógica severa do espetáculo comanda por toda a parte a abundante diversidade das extravagâncias midiáticas.

A mudança que tem a maior importância, em tudo o que se passou desde há vinte anos, reside na própria continuidade do espetáculo. Esta importância não se deve ao aperfeiçoamento da sua instrumentação midiática, que já anteriormente tinha atingido um estádio de desenvolvimento muito avançado: é pura e simplesmente devida ao fato de que a dominação espetacular tenha podido criar uma geração submetida às suas leis. As condições extraordinariamente novas em que esta geração, no seu conjunto, efetivamente viveu, constituem um resumo exato e suficiente de tudo aquilo que doravante o espetáculo impede; e também de tudo aquilo que ele permite.

IV

No plano simplesmente teórico, só me faltará acrescentar àquilo que tinha formulado anteriormente mais um detalhe, mas que vai longe. Em 1967, distinguia duas fórmulas, sucessivas e rivais, do poder espetacular, a concentrada e a difusa. Uma e outra pairavam sobre a sociedade real, como seu fim e sua mentira. A primeira, expondo a ideologia resumida à volta duma personalidade ditatorial, tinha acompanhado a contrarrevolução totalitária, tanto a nazi como a estalinista. A outra, incitando os assalariados a realizar livremente a sua escolha entre uma grande variedade de novas mercadorias que se defrontavam, tinha representado esta americanizarão do mundo, que nalguns aspectos assustava, mas que também seduzia os países onde durante mais tempo se tinham podido manter as condições das democracias burguesas de tipo tradicional. Uma terceira forma constituiu-se depois pela combinação ponderada das duas precedentes, e na base geral duma vitória daquela que se tinha revelado a mais forte, a forma difusa. Trata-se do *espetacular integrado,* que doravante tende a impor-se mundialmente.

O lugar predominante que tiveram a Rússia e a Alemanha na formação do espetacular concentrado, e os Estados Unidos na do espetacular difuso, parece ter pertencido à França e à Itália no momento do estabelecimento do espetacular integrado, pelo jogo de uma série de fatores históricos comuns: papel importante do partido e do sindicato estalinistas na vida política e intelectual, fraca tradição democrática, longa monopolização do poder por um só partido de governo, necessidade de acabar com uma contestação revolucionária aparecida de surpresa.

O espetacular integrado manifesta-se umas vezes como concentrado e outras

como difuso e, depois desta unificação frutífera, soube empregar mais amplamente uma e outra destas qualidades. O seu modo de aplicação anterior mudou muito. Considerando o lado concentrado, o centro diretor tornou-se agora oculto: nunca mais se coloca aí um chefe conhecido, nem uma ideologia clara. E considerando o lado difuso, a influência espetacular nunca tinha marcado a este ponto a quase totalidade das condutas e dos objetos que são produzidos socialmente. Já que, o sentido final do espetacular integrado é que ele se integrou na própria realidade à medida que dela falava; e que a reconstruía como falava dela. De modo que esta realidade agora não está perante ele como qualquer coisa estranha. Quando o espetacular era concentrado a maior parte da sociedade periférica escapava-lhe; e quando era difuso, apenas uma diminuta parte; hoje, nada lhe escapa. O espetáculo misturou-se a toda a realidade, irradiando-a. Como se podia prever facilmente em teoria, a experiência prática da realização sem freio das vontades da razão mercantil demonstrou rapidamente e sem exceções que o tornar-se mundo da falsificação era também um tornar-se falsificação do mundo. Excetuando uma herança ainda importante, mas destinada a diminuir constantemente, de livros e construções antigas, que por outro lado são cada vez mais amiúde selecionados e dispostas em perspectiva segundo as conveniências do espetáculo, nada mais existe, na cultura ou na natureza, que não tenha sido transformado, e poluído, segundo os meios e os interesses da indústria moderna. Mesmo a genética tornou-se plenamente acessível às forças dominantes da sociedade.

O governo do espetáculo, que presentemente detém todos os meios de falsificar o conjunto da produção assim como da percepção, é senhor absoluto das recordações tal como é senhor incontrolado dos projetos que modelam o mais longínquo futuro. Ele reina só em todo o *lado; ele executa os seus julgamentos sumários.*

É em tais condições que se pode ver desencadear repentinamente, com um gozo carnavalesco, um fim paródico da divisão do trabalho; tanto melhor recebido quanto coincide com o movimento geral de desaparecimento de toda a verdadeira competência. Um banqueiro canta, um advogado torna-se informador da polícia, um padeiro expõe as suas preferências literárias, um ator governa, um cozinheiro filosofa sobre os momentos de cozedura como marcos na história universal. Cada qual pode surgir no espetáculo a fim de entregar-se publicamente, ou por vezes para dedicar-se secretamente, a uma atividade completamente diferente da especialidade pela qual inicialmente se deu a conhecer. Lá onde a posse de um «estatuto midiático» alcançou uma importância infinitamente maior que o valor daquilo que se foi capaz de fazer realmente, é normal que este estatuto seja facilmente transferível e confira o direito de brilhar, da mesma maneira, seja onde for. Mais frequentemente, estas partículas midiáticas aceleradas perseguem a sua simples carreira no admirável estatutariamente garantido. Mas acontece que a transição midiática faça a *cobertura* entre muitas empresas, oficialmente independentes, mas de fato secretamente ligadas por diferentes redes *ad-hoc.* De modo que, por vezes,

a divisão social do trabalho, assim como a solidariedade normalmente previsível do seu uso, reaparece sob formas completamente novas: por exemplo, hoje em dia pode publicar-se um romance para preparar um assassinato. Estes pitorescos exemplos querem também dizer que já não se pode confiar em ninguém pelo seu ofício.

Mas a mais alta ambição do espetacular integrado é ainda que os agentes secretos se tornem revolucionários e que os revolucionários se tornem agentes secretos.

V

A sociedade modernizada até ao estádio do espetacular integrado caracteriza-se pelo efeito combinado de cinco traços principais, que são: a renovação tecnológica incessante; a fusão econômico-estatal; o segredo generalizado; o falso sem réplica; um presente perpétuo.

O movimento de inovação tecnológica dura já há muito tempo e é constitutivo da sociedade capitalista, dita por vezes industrial ou pós-industrial. Mas desde que tomou a sua mais recente aceleração, (no dia seguinte à Segunda Guerra Mundial), reforça ainda mais a autoridade espetacular, já que através dele cada um encontra-se inteiramente entregue ao conjunto de especialistas, aos seus cálculos e aos seus julgamentos sempre satisfeitos com estes cálculos. A fusão econômico-estatal é a tendência mais manifesta deste século; e aí está ela tornada, no mínimo, o motor do desenvolvimento econômico mais recente. A aliança defensiva e ofensiva concluída entre estes dois poderes, a Economia e o Estado, assegurou-lhes os maiores benefícios comuns em todos os domínios: pode dizer-se que cada um possui o outro; é absurdo opô-los, ou distinguir as suas razões ou as suas desinteligências. Esta união mostrou-se também extremamente favorável ao desenvolvimento da dominação espetacular, que, desde a sua formação, não era senão precisamente isso. Os três últimos traços são os efeitos diretos dominação, no seu estado integrado.

O segredo generalizado mantém-se por detrás do espetáculo, como o complemento decisivo daquilo que ele mostra e, se aprofundamos mais as coisas, como a sua mais importante operação.

O simples fato de estar a partir de agora sem réplica deu ao falso uma qualidade completamente nova. É ao mesmo tempo o verdadeiro que deixou de existir quase por todo o lado ou, no melhor caso, viu-se reduzido ao estado de uma hipótese que nunca pode ser demonstrada. O falso sem réplica acabou por fazer desaparecer a opinião pública, que de início se encontrava incapaz de se fazer ouvir; depois, rapidamente em seguida, de somente se formar. Isto acarreta evidentemente importantes consequências na política, nas ciências aplicadas, na justiça, no conhecimento artístico.

A construção de um presente onde mesmo a moda, do vestuário aos cantores, se imobilizou, que quer esquecer o passado e que já não dá a impressão de

acreditar num futuro, é obtida pela incessante passagem circular da informação girando continuamente sobre uma lista muito sucinta das mesmas banalidades, anunciadas apaixonadamente como importantes descobertas; enquanto só muito raramente, e por sacudidelas, passam as notícias verdadeiramente importantes sobre aquilo que efetivamente muda.

Dizem sempre respeito à condenação que este mundo parece ter pronunciado contra a sua existência, as etapas da sua autodestruição programada.

VI

A primeira intenção da dominação espetacular era fazer desaparecer o conhecimento histórico em geral; e em primeiro lugar quase todas as informações e todos os comentários razoáveis sobre o mais recente passado. Uma evidência tão flagrante não necessita ser explicada. O espetáculo organiza com mestria a ignorância do que acontece e, logo em seguida, o esquecimento daquilo que pôde apesar de tudo tornar-se conhecido. O mais importante é o mais escondido. Vinte anos depois, nada foi mais recoberto de tantas mentiras comandadas como a história de Maio de 1968. Contudo, lições úteis foram tiradas de alguns estudos desmitificados sobre essas jornadas e as suas origens, mas são segredo de Estado.

Na Franca, há já uma dezena de anos, um Presidente da República, esquecido em seguida, mas flutuando, então, à superfície do espetáculo, exprimia inocentemente a alegria que ressentia, «sabendo que viveremos a partir de agora num mundo sem memória, onde, como na superfície da água, a imagem afasta indefinidamente a imagem». É efetivamente cômodo para quem está nos negócios; e sabe manter-se neles. O fim da história é um agradável repouso para todo o poder presente. Garante- lhe absolutamente o êxito do conjunto das suas iniciativas, ou pelo menos o ruído do êxito.

Um poder absoluto suprime tanto mais radicalmente a história, quanto tem de ocupar-se dos interesses ou das obrigações mais imperiosas, e principalmente conforme encontrou mais ou menos grandes facilidades práticas de execução. Ts'in Che Hoang Ti mandou queimar os livros, mas não conseguiu fazê-los desaparecer todos. Stalin levava mais longe a realização de um projeto semelhante no nosso século, mas, apesar das cumplicidades de toda a espécie que encontrou fora das fronteiras do seu império, ficava uma vasta zona do mundo inacessível à sua polícia, onde se riam das suas imposturas. O espetacular integrado fez melhor, com novíssimos métodos, e operando desta vez mundialmente. A inépcia faz-se respeitar por todo o lado, já não é permitido rir dela; em todo o caso, tornou-se impossível fazer saber que se riem dela.

O domínio da história era o memorável, a totalidade dos acontecimentos cujas consequências se manifestariam durante muito tempo. Era inseparavelmente o conhecimento que deveria durar e ajudaria a compreender, pelo menos parcialmente, aquilo que aconteceria de novo: «uma aquisição para sempre», diz

Tucídides. Por isso, a história era a medida duma novidade verdadeira; e quem vende a novidade tem todo o interesse em fazer desaparecer o meio de a medir. Quando o importante se faz socialmente reconhecer como aquilo que é instantâneo, e vai sê-lo no instante seguinte, e no outro e noutro ainda, e que substituirá sempre uma outra importância instantânea, pode também dizer-se que o meio utilizado garante uma espécie de eternidade desta não-importância, que fala tão alto.

A preciosa vantagem que o espetáculo retirou deste *pôr fora-da-lei* da história, de ter já condenado toda a história recente a passar à clandestinidade, e de ter conseguido fazer esquecer muito frequentemente o espírito histórico na sociedade, é antes de tudo cobrir a sua própria história: o próprio movimento da sua recente conquista do mundo. O seu poder aparece já familiar, como se tivesse estado lá desde sempre. Todos os usurpadores quiseram fazer esquecer *que acabam de chegar.*

VII

Com a destruição da história é o próprio acontecimento contemporâneo que se afasta imediatamente a uma distância fabulosa, entre os seus relatos inverificáveis, as suas estatísticas incontroláveis, as suas explicações inacreditáveis e os seus raciocínios insustentáveis. A todas as idiotices que são avançadas espetacularmente, não há senão os midiáticos que poderiam responder através de algumas respeitosas retificações ou repreensões, mas mesmo nisso são parcos, porque para além da sua extrema ignorância, a sua *solidariedade de ofício e de coração,* com a autoridade generalizada do espetáculo, e com a sociedade que ele exprime, gera-lhes um dever e também um prazer de jamais se desviarem desta autoridade, cuja majestade não deve ser lesada. É preciso não esquecer que todo o midiático, por salário e por outras recompensas ou gorjetas, tem sempre um senhor, às vezes vários, e que todo o midiático se sabe substituível.

Todos os expertos são midiático-estatais, e apenas por isso são reconhecidos. Todo o experto serve o seu senhor, porque cada uma das antigas possibilidades de independência foi pouco mais ou menos reduzida a nada, pelas condições de organização da sociedade presente. O experto que serve melhor é, seguramente, o experto que mente. Aqueles que têm necessidade do experto são, por motivos diferentes, o falsificador e o ignorante. Lá onde o indivíduo não reconhece mais nada por si mesmo, será formalmente tranquilizado pelo experto. Antes era normal que houvesse expertos na arte dos Etruscos; e eram sempre competentes, porque a arte etrusca não estava no mercado. Mas, por exemplo, uma época que acha rentável falsificar quimicamente a maioria dos vinhos célebres, não poderá vendê-los, a não ser que tenha formado expertos em vinhos que levarão os *otários* a gostar dos seus novos aromas, mais reconhecíeis. Cervantes observa que «debaixo de uma má capa, encontra-se muitas vezes um bom bebedor». Aquele que conhece o vinho ignora a maioria das vezes as regras da indústria nuclear; mas a dominação espetacular estima que, já que um experto se riu dele a propósito da indústria

nuclear, um outro experto poderá gozá-lo melhor a propósito do vinho. Sabe-se, por exemplo, quanto o experto em meteorologia midiática, que anuncia as temperaturas ou as chuvas previstas para as próximas quarenta e oito horas, é obrigado a muitas reservas pela obrigação de manter os equilíbrios econômicos, turísticos e regionais, quando tanta gente circula tão frequentemente por tantas estradas, entre lugares igualmente desolados; de modo que ele será melhor sucedido como animador.

Um aspecto do desaparecimento de todo o conhecimento histórico objetivo manifesta-se a propósito de qualquer reputação pessoal, que se tornou maleável e retificável à vontade pelos que controlam toda a informação, aquela que recolhem e também aquela, bem diferente, que difundem; eles têm portanto toda a permissão para falsificar. Porque uma evidência histórica da qual nada se quer saber no espetáculo, já não é uma evidência. Lá onde ninguém tem senão a celebridade que lhe foi atribuída como um favor pela benevolência de uma Corte espetacular, a desgraça pode acontecer instantaneamente. Uma notoriedade anti-espetacular tornou-se qualquer coisa de extremamente rara. Eu próprio sou um dos últimos vivos a possuir uma; a nunca ter tido outra. Mas esta também se tornou extraordinariamente suspeita. A sociedade proclamou-se oficialmente espetacular. Ser conhecido à margem das relações espetaculares equivale já a ser conhecido como inimigo da sociedade.

E permitido mudar completamente o passado de qualquer um, de o modificar radicalmente, de o recriar no estilo dos processos de Moscou; e sem que seja mesmo necessário recorrer às fadigas de um processo. Pode matar-se com menos custos. Os falsos testemunhos, talvez desajeitados - mas que capacidade de sentir esta inabilidade poderá ainda restar aos espectadores que serão testemunhas das façanhas destes falsos testemunhos? - e os falsos documentos, sempre excelentes, não podem faltar àqueles que governam o espetacular integrado, ou aos seus amigos. Portanto, já não é possível acreditar, sobre ninguém, em nada daquilo que não tenha sido conhecido por si mesmo e diretamente. Mas, de fato, já não há muitas vezes a necessidade de acusar falsamente alguém. Desde que se detém o mecanismo de comando da única verificação social que se faz plenamente e universalmente reconhecer, diz-se o que se quer. O movimento da demonstração espetacular prova-se simplesmente andando à roda: voltando, repetindo-se, afirmando continuamente sobre o único terreno onde reside doravante aquilo que pode afirmar-se publicamente, e fazer-se acreditar, pois que é disso somente que todo o mundo será testemunha. A autoridade espetacular pode igualmente negar seja o que for, uma vez, três vezes, e dizer que não falará mais disso, e falar de outra coisa, sabendo bem que já não arrisca mais nenhuma outra réplica no seu próprio terreno, nem em nenhum outro. Porque já não existe ágora de comunidade geral, nem mesmo de comunidades restritas aos corpos intermédios ou às instituições autônomas, aos salões ou cafés, aos trabalhadores de uma só empresa; nenhum lugar onde o debate, sobre as verdades que dizem respeito àqueles que lá estão, possa libertar-se de forma duradoira da esmagadora presença do discurso

midiático, e das diferentes forças organizadas para o substituir. Atualmente já não existe julgamento com a garantia de relativa independência, daqueles que constituíam o mundo erudito; daqueles que, por exemplo, antigamente, manifestavam o seu orgulho numa capacidade de verificação, permitindo a aproximação àquilo a que se chamava a história imparcial dos fatos, de acreditar pelo menos que ela merecia ser conhecida. Já nem existe mesmo verdade bibliográfica incontestável, e os resumos informatizados dos ficheiros das bibliotecas nacionais poderão suprimir ainda melhor os traços. Perder-nos-íamos pensando naquilo que foram noutros tempos os magistrados, os médicos, os historiadores, e nas obrigações imperativas em que eles se reconheciam, na maior parte das vezes, nos limites das suas competências: *os homens parecem-se mais com o seu tempo do que com o seu pai.*

Aquilo de que o espetáculo pode deixar de falar durante três dias é como se não existisse. Pois ele fala, então, de outra coisa qualquer e é isso que, portanto, a partir daí, em suma, existe. As consequências práticas, como se vê, são imensas.

Acreditava-se saber que a história tinha aparecido, na Grécia, com a democracia. Pode verificar-se que ela desaparece do mundo com ela.

É preciso porém acrescentar a esta lista de triunfos do poder, um resultado para ele negativo: um Estado, em cuja gestão se instala duravelmente um grande défice de conhecimentos históricos, já não pode ser conduzido estrategicamente.

VIII

A sociedade que se anuncia democrática, quando alcançou o estádio do espetacular integrado, parece ser admitida por toda a parte como sendo a realização de uma *perfeição frágil.* De modo que ela não deve ser mais exposta a ataques, já que é frágil; e além disso não é mais acatável, pois é perfeita como jamais sociedade alguma foi. E uma sociedade frágil porque tem uma grande dificuldade em dominar a sua perigosa expansão tecnológica. Mas é uma sociedade perfeita para ser governada; e a prova disso é que todos os que aspiram a governar querem governa-la, pelos mesmos procedimentos, e mantê-la quase exatamente como ela é. É a primeira vez que, na Europa contemporânea, nenhum partido ou fração de partido ensaia somente pretender que tentaria mudar qualquer coisa de importante. A mercadoria já não pode ser criticada por ninguém: nem enquanto sistema geral, nem mesmo como essa embalagem determinada que terá sido conveniente aos empresários pôr nesse momento no mercado. Em todo o lado onde reina o espetáculo, as únicas forças organizadas são aquelas que querem o espetáculo. Portanto, nenhuma pode ser inimiga do que existe, nem infringir a *omertá* que diz respeito a tudo. Acabou-se com esta inquietante concepção que dominou durante mais de duzentos anos, segundo a qual uma sociedade podia ser criticável e *transformável,* reformada ou revolucionada. E isto não foi obtido pelo aparecimento de argumentos novos, mas muito simplesmente porque os argumentos se tornaram inúteis. Perante este resultado medir-se-á, em vez da felicidade geral, a

força terrível das redes da tirania.

Jamais a censura foi tão perfeita. Jamais a opinião daqueles a quem se faz crer ainda, em certos países, que são cidadãos livres, foi tão pouco autorizada a tornar-se conhecida, cada vez que se trata duma escolha que afetará a sua vida real. Jamais foi permitido mentir-lhes com uma tão perfeita ausência de consequência. O espectador é suposto ignorar tudo, não merecer nada. Quem olha sempre, para saber a continuação, jamais agirá: e tal deve ser o espectador. Com frequência ouve-se citar a exceção dos Estados Unidos, onde Nixon acabava por sofrer um dia duma série de recusas tão cinicamente inábeis; mas esta exceção localizada, que tinha velhas causas históricas, deixou de ser manifestamente genuína, já que Reagan pôde fazer recentemente a mesma coisa com impunidade. Tudo aquilo que nunca é sancionado é verdadeiramente permitido. É pois arcaico falar de escândalo. Atribui-se a um homem de Estado italiano de primeiro plano, tendo exercido funções simultaneamente no ministério e no governo paralelo chamado P.2, *Potere due,* uma divisa que resume profundamente o período em que entrou o mundo inteiro, um pouco depois da Itália e dos Estados Unidos: «Havia escândalos, mas já não há».

Na obra *O 18 Brumário de Louis Bonaparte,* Marx descrevia o papel invasor do Estado na França do Segundo Império, que dispunha então de meio milhão de funcionários: «Tudo se transforma assim em objeto da atividade governamental, desde a ponte, à escola, à propriedade comunal de uma aldeia até às linhas do caminho de ferro, às propriedades nacionais e às universidades de província.» A famosa questão do financiamento dos partidos políticos punha-se já nessa época, pois Marx nota que «os partidos que, à vez, lutavam pela supremacia, viam na tomada de posse deste edifício enorme a principal presa do vencedor». Eis como isto soa um pouco bucólico e, como se diz, ultrapassado, já que as especulações do Estado de hoje dizem respeito preferencialmente às novas cidades e autoestradas, à circulação subterrânea e à produção de energia eletronuclear, à exploração petrolífera e aos computadores, à administração dos bancos e dos centros socioculturais, às modificações da «paisagem audiovisual» e às exportações clandestinas de armas, à promoção imobiliária e à indústria farmacêutica, à agroalimentar e à gestão dos hospitais, aos créditos militares e aos fundos secretos do departamento, em contínuo crescimento, que deve gerir os numerosos serviços de proteção da sociedade. E, contudo, Marx continua sendo infelizmente demasiado atual, quando evoca, no mesmo livro, este governo «que não toma de noite as decisões que quer executar de dia, mas decide o dia e executa à noite».

IX

Esta democracia tão perfeita fabrica ela mesma o seu inconcebível inimigo: o terrorismo. Ela quer, com efeito, *antes ser julgada pelos seus inimigos que pelos seus resultados.* A história do terrorismo é escrita pelo Estado. E, portanto, educativa. As populações espectadoras não podem certamente saber tudo sobre o terrorismo, mas podem sempre saber a esse respeito o suficiente para ser

persuadidas de que, comparado ao terrorismo, tudo o resto deverá parecer-lhes mais aceitável, em todo o caso mais racional e mais democrático.

A modernização da repressão acabou por aperfeiçoar, em primeiro lugar na experiência piloto de Itália sob o nome de «arrependidos», os *acusadores profissionais* ajuramentados; aquilo que na sua primeira aparição no século XVII, durante as alterações da Fronda, se chamava de «testemunhas de ofício». Este espetacular progresso da justiça povoou as prisões italianas de vários milhares de condenados que expiam uma guerra civil que não teve lugar, uma espécie de vasta insurreição armada que por acaso nunca viu chegar a sua hora, um golpismo tecido da juta de que são feitos os sonhos.

Deve-se notar que a interpretação dos mistérios do terrorismo parece ter introduzido uma simetria entre opiniões contraditórias; como se se tratasse de duas escolas filosóficas professando construções metafísicas absolutamente antagônicas. Alguns não veriam no terrorismo nada mais do que algumas evidentes manipulações dos serviços secretos; outros estimariam, pelo contrário, que apenas se deve censurar aos terroristas a sua falta total de sentido histórico. O uso de um pouco de lógica histórica permitiria concluir rapidamente que nada há de contraditório ao considerar que pessoas carentes de todo o sentido histórico podem igualmente ser manipuladas; e até mesmo ainda mais facilmente que outras. É também mais fácil levar a «arrepender-se» alguém a quem se pode mostrar que, antecipadamente, se sabia tudo aquilo que ele acreditava fazer livremente. É um efeito inevitável das formas organizativas clandestinas de tipo militar, onde basta infiltrar poucos agentes em certos pontos da rede para fazer andar e fazer cair muitos. A crítica, nestas questões da avaliação das lutas armadas, deve analisar em certas ocasiões uma destas operações em particular, sem se deixar desviar pela semelhança geral que todas eventualmente teriam revestido. Por outro lado, deveria esperar-se, como logicamente provável, que os serviços de proteção do Estado pensam utilizar todas as vantagens que encontrem no terreno do espetáculo, que foi organizado precisamente para isso há muito tempo; é, pelo contrário, a dificuldade de pensar nisso que é surpreendente e não parece justa.

O interesse atual da justiça repressiva neste domínio consiste, naturalmente, em generalizar o mais rapidamente possível. O importante neste tipo de mercadorias é a embalagem, ou a etiqueta: os códigos de barras. Todo o inimigo da democracia espetacular vale tanto como qualquer outro, como valem todas as democracias espetaculares. Assim, não pode haver mais direito de asilo para os terroristas, e mesmo que: não se lhes aprove tê-lo sido, eles vão certamente voltar a sê-lo, e a extradição impõe-se. Em Novembro de 1978, sobre o caso Gabor Winter, jovem operário tipógrafo acusado principalmente, pelo Governo da República Federal Alemã, de ter redigido alguns panfletos revolucionários, Nicole Pradain, representante do Ministério Público na câmara de acusação do Tribunal da Relação de Paris, depressa demonstrou que «as motivações políticas», única causa de recusa de extradição prevista pela convenção franco-alemã de 29 de Novembro de

1951, não podiam ser evocadas: «Gabor Winter não é um delinquente político, é um delinquente social. Ele recusa as obrigações sociais. Um verdadeiro delinquente político não tem sentimento de rejeição face à sociedade. Ataca as estruturas políticas e não, como Gabor Winter, as estruturas sociais.» A noção de delito político respeitável só foi reconhecida na Europa a partir do momento em que a burguesia atacava com sucesso as estruturas sociais anteriormente estabelecidas. A qualidade de delito político não podia separar-se das diversas intenções da crítica social. Foi assim para Blanqui, Varlin, Durruti. Simula- se pois, agora, querer guardar, como um luxo barato, um delito puramente político que, sem dúvida, ninguém terá jamais a ocasião de cometer, já que ninguém se interessa mais pelo assunto; a não ser os próprios profissionais da política, cujos delitos não são quase nunca perseguidos, e que já não se chamam políticos. Todos as delitos e crimes são efetivamente sociais. Mas de todos os crimes sociais nenhum poderá ser considerado pior que a impertinente pretensão de querer ainda mudar qualquer coisa nesta sociedade que pensa de si própria ter sido demasiado paciente e demasiado boa até aqui; mas que *não quer mais ser criticada.*

X

A dissolução da lógica foi prosseguida, segundo os interesses fundamentais do novo sistema de dominação, por diferentes meios que operaram prestando sempre um apoio recíproco. Vários destes meios estão ligados à instrumentação técnica, que experimentou e popularizou o espetáculo, mas alguns deles estão preferencialmente ligados à psicologia de massas da submissão.

De acordo com as técnicas, quando a imagem construída e escolhida por *algum outro* se torna na principal relação do indivíduo com o mundo que antes olhava por si mesmo, de cada lugar onde podia ir, não se ignora evidentemente que a imagem vai suportar tudo; porque no interior de uma mesma imagem pode justapor-se sem contradição seja o que for. O fluxo de imagens domina tudo, e é igualmente qualquer outro que governa a seu gosto este resumo simplificado do mundo sensível; que escolhe aonde irá esta corrente, e também o ritmo daquilo que deverá manifestar-se nela, como perpétua surpresa arbitrária, não deixando nenhum tempo para a reflexão, e em absoluto, independentemente do que o espectador possa compreender ou pensar. Nesta experiência concreta da submissão permanente, encontra-se a raiz psicológica da adesão tão generalizada àquilo que lá está, que vem a reconhecer-lhe *ipso fato* um valor suficiente. O discurso espetacular cala evidentemente, além de tudo aquilo que é propriamente secreto, tudo aquilo que não lhe convém. Daquilo que mostra ele isola sempre o meio, o passado, as intenções, as consequências. É, portanto, totalmente ilógico. Já que ninguém pode contradize-lo, o espetáculo tem o direito de contradizer-se a si mesmo, de ratificar o seu passado. A altiva atitude dos seus servidores quando têm de fazer saber uma versão nova, por ventura mais mentirosa ainda, de certos fatos, é de ratificar rudemente a ignorância e as más interpretações atribuídas ao seu público, ainda que sejam os mesmos que na véspera se apressavam a difundir esse erro, com a

sua habitual certeza. Assim, o ensino do espetáculo e a ignorância do espectador passam indevidamente por fatores antagônicos quando nascem um do outro. A linguagem binária do computador é igualmente uma irresistível incitação a admitir em cada instante, sem reservas, aquilo que foi programado como muito bem quis qualquer outro, e que se faz passar pela fonte intemporal duma lógica superior, imparcial e total. Que ganho de rapidez, e de vocabulário, para julgar de tudo! Político? Social? É preciso escolher. O que é um não pode ser o outro. A minha escolha impõe-se. Sopram-nos, e sabe-se para que são estas estruturas. Não é pois surpreendente que, desde a infância, os alunos facilmente comecem, e com entusiasmo, pelo Saber Absoluto da informática: enquanto ignoram cada vez mais a leitura, que exige um verdadeiro julgamento a cada linha; e que só ela pode dar acesso à vasta experiência humana anti-espetacular. Já que a conversação está quase morta e em breve também estarão muitos daqueles que sabiam falar.

De acordo com os meios do pensamento das populações contemporâneas, a primeira causa da decadência está ligada claramente ao fato de que todo o discurso mostrado no espetáculo não deixa nenhum lugar para a resposta; e a lógica não se formava socialmente senão no diálogo. Mas também quando se propagou o respeito por aquele que fala no espetáculo, que é considerado ser importante, rico, prestigiado, que *é a autoridade mesma,* a tendência espalha-se também entre os espectadores, de quererem ser tão ilógicos como o espetáculo, para alardear um reflexo individual dessa autoridade. Enfim, a lógica não é fácil, e ninguém deseja ensiná-la. Nenhum drogado estuda lógica; porque não tem dela necessidade e porque não tem sequer essa possibilidade. Esta preguiça do espectador é também a de qualquer quadro intelectual, do especialista formado à pressa, que tentará em todos os casos esconder os estreitos limites dos seus conhecimentos pela repetição *dogmática* de qualquer argumento de autoridade ilógica.

XI

Pensa-se geralmente que aqueles que demonstraram a maior incapacidade em matéria de lógica são precisamente aqueles que se proclamaram revolucionários. Esta censura injustificada vem de uma época anterior, onde quase toda a gente pensava com um mínimo de lógica, à notícia exceção dos cretinos e dos militantes; e entre estes últimos infundia-se muitas vezes a má fé, desejada porque julgada eficaz. Mas hoje já não é possível negligenciar que o uso intensivo do espetáculo, como seria de esperar, converteu em ideólogos a maioria dos contemporâneos, ainda que somente às sacudidelas e por fragmentos.

A falta de lógica, isto é, a perda da possibilidade de reconhecer instantaneamente o que é importante daquilo que é menor ou está fora de questão; o que é incompatível ou inversamente poderia bem ser complementar; tudo aquilo que implica tal consequência e o que, ao mesmo tempo, a proíbe; esta doença foi voluntariamente injetada em altas doses na população pelos *anestesistas-reanimadores* do espetáculo. Os contestatários não foram de nenhuma maneira

mais irracionais do que a gente submissa. Só que, entre eles, esta irracionalidade geral vê-se mais intensamente, porque, ao apregoarem o seu projeto, tentaram levar a cabo uma operação prática; bastaria ler certos textos mostrando que eles compreendem o sentido. Entregaram-se a diversas obrigações que implicam dominar a lógica, e até a estratégia, que é exatamente o campo completo do desenvolvimento da lógica dialética dos conflitos; enquanto que, tal como todos os outros, eles estavam mesmo muito desprovidos da simples capacidade de se guiar pelos velhos instrumentos imperfeitos da lógica formal. Não há dúvidas a respeito deles, enquanto que não há muito para pensar a propósito dos outros.

O indivíduo a quem este pensamento espetacular empobrecido marcou profundamente, *e mais que qualquer elemento da sua formação,* coloca-se assim, desde o início, ao serviço da ordem estabelecida, ainda que a sua intenção subjetiva possa ser completamente contrária a esse resultado.

Ele seguirá no essencial a linguagem do espetáculo, porque é a única que lhe é familiar: aquela em que lhe ensinaram a falar. Sem dúvida quererá mostrar-se inimigo da sua retórica; mas empregará a sua sintaxe. Este é um dos pontes mais importantes do êxito obtido pela dominação espetacular.

O desaparecimento tão rápido do vocabulário pré-existente não é mais que um momento desta operação. Serve-a.

XII

O apagamento da personalidade acompanha fatalmente as condições da existência concretamente submetida às normas espetaculares, e também cada vez mais separada das possibilidades de conhecer experiências que sejam autênticas e, através delas, descobrir as suas preferências individuais. O indivíduo, paradoxalmente, deverá negar-se permanentemente se pretende ser um pouco considerado nesta sociedade. Esta existência postula com efeito uma fidelidade sempre variável, uma série de adesões constantemente enganosas a produtos falaciosos. Trata-se de correr rapidamente atrás da inflação dos sinais depreciados da vida. A droga ajuda a conformar-se com esta organização das coisas; a loucura ajuda a fugir dela.

Em todas as espécies de assuntos desta sociedade, onde a *distribuição* dos bens está de tal maneira centralizada que se tornou proprietária, de uma forma simultaneamente notória e secreta, da própria definição do que poderá ser o bem, acontece atribuir-se a certas pessoas qualidades, ou conhecimentos ou, por vezes, mesmo vícios, perfeitamente imaginários, para explicar através de tais causas o desenvolvimento satisfatório de certas empresas; e isto com o único fim de esconder, ou pelo menos dissimular tanto quanto possível, a função de diversos *acordos que decidem sobre tudo.*

Contudo, apesar das suas frequentes intenções, e dos seus pesados meios, para tornar notória a plena dimensão de numerosas personalidades supostamente notáveis, a sociedade atual, e não apenas por tudo aquilo que atualmente substituiu

as artes ou pelos discursos a este respeito, revela muitas vezes o contrário: a incapacidade completa choca-se com uma outra capacidade comparável; aproximam- se, e uma encostará a outra à parede. Acontece com o advogado que, esquecendo que só figura num processo para defender uma causa, se deixa influenciar sinceramente por um raciocínio do advogado contrário; ainda que este possa ser tão pouco rigoroso como o seu próprio. Acontece também que um suspeito, inocente, confesse momentaneamente um crime que não cometeu, pela simples razão de ter ficado impressionado *pela lógica* da hipótese de um delator que queria culpabilizá-lo (caso do Dr. Archambeau, em Poitiers, em 1984).

Mesmo Mac Luhan, o primeiro apologista do espetáculo, que parecia o imbecil mais convencido do seu século, mudou de opinião ao descobrir finalmente, em 1976, que «a pressão dos *mass media* empurra para o irracional», e se tornaria urgente moderar-lhe o uso. Antes, o pensador de Toronto tinha passado várias décadas a maravilhar-se com as múltiplas liberdades que produzia esta «aldeia planetária», tão instantaneamente acessível a todos sem fadiga. As aldeias, contrariamente às cidades, foram sempre dominadas pelo conformismo, o isolamento, a vigilância mesquinha, o aborrecimento, os mexericos sempre repetidos sobre as mesmas famílias. E assim se apresenta daqui em diante a vulgaridade do planeta espetacular, onde já não é mais possível distinguir a dinastia dos Grimaldi-Mónaco, ou dos Bourbons-Franco, daquela que tinha substituído os Stuart. Porém, ingratos discípulos tentam hoje fazer esquecer Mac Luhan, e restaurar os seus primeiros achados, aspirando por sua vez a uma carreira no elogio midiático de todas essas novas liberdades que seriam a «escolher» aleatoriamente no efêmero. E, provavelmente, estes renegar-se-ão mais depressa que o seu inspirador.

XIII

O espetáculo não esconde que alguns perigos cercam a ordem maravilhosa que estabeleceu. A poluição dos oceanos e a destruição das florestas equatoriais ameaçam a renovação de oxigênio da Terra; a sua capa de ozone resiste mal ao progresso industrial; as radiações de origem nuclear acumulam-se irreversivelmente. O espetáculo conclui somente que isso não tem importância. Não quer discutir senão as datas e as doses. E somente com isto consegue tranquilizar; o que para um espirito pré-espetacular seria tido por impossível.

Os métodos da democracia espetacular são de uma grande flexibilidade, contrariamente à simples brutalidade do *diktat* totalitário. Pode manter-se o nome quando a coisa foi secretamente transformada (da cerveja ao bife, passando por um filósofo). Também pode mudar-se o nome, quando a coisa foi secretamente continuada: por exemplo, em Inglaterra, a unidade de tratamento de resíduos nucleares de Windscale levou a fazer chamar Sellafield a sua localidade, a fim de melhor desviar as suspeitas, depois de um desastroso incêndio em 1957; mas este rebatismo toponímico não impediu o aumento da mortalidade por cancro e leucemia nos seus arredores. O governo britânico, viemos a sabê-lo democraticamente trinta

anos mais tarde, tinha decidido, então, manter secreto um relatório sobre a catástrofe que julgava, e não sem razão, de natureza a abalar a confiança que o público depositava no nuclear.

As práticas nucleares, militares ou civis, necessitam uma dose de segredo mais forte que quaisquer outras, ainda que, como se sabe, nestas matérias o segredo nunca é demais. Para facilitar a vida, quer dizer, as mentiras, os sábios escolhidos pelos senhores deste sistema descobriram a utilidade de mudar também as unidades de medida, diversificá-las segundo um maior número de pontos de vista, refiná-las para, conforme as circunstâncias, poder aldrabar com várias dessas cifras dificilmente convertíveis. É assim que para avaliar a radioatividade, pode dispor-se das unidades de medida seguintes: o curie, o becquerel, a rontgen, o rad, aliás centigray, o rem, sem esquecer o fácil milirad e o sivert, que é o mesmo que uma porção de 100 rems. Isto evoca a recordação das subdivisões da moeda inglesa cuja complexidade dificultava o rápido domínio para os estrangeiros, no tempo em que Sellafield ainda se chamava Windscale.

Imagina-se o rigor e a precisão que teriam podido alcançar no século XIX, a história das guerras e, por consequência, os teóricos da estratégia se - com o objetivo de não fornecer informações demasiado confidenciais aos comentadores neutros ou aos historiadores inimigos tivessem habitualmente de ser prestadas contas de uma campanha nestes termos: «A fase preliminar comporta uma série de confrontos onde, do nosso lado, uma sólida vanguarda, constituída por quatro generais e pelas unidades colocadas sob o seu comando, se confronta com um corpo inimigo contando 13.000 baionetas. Na fase posterior desenrola-se uma batalha campal longamente disputada onde se usou a totalidade do nosso exército, com os seus 290 canhões e a sua poderosa cavalaria de 18.000 sabres; enquanto que o adversário lhe opôs tropas que não contavam com menos de 3.600 tenentes de infantaria, quarenta capitães de cavalaria ligeira e vinte e quatro de cavalaria pesada. Depois de alternâncias de reveses e de êxitos de parte a parte, a batalha pode ser considerada finalmente coma indecisa. As nossas perdas, muito abaixo da cifra média habitualmente verificada em combates com uma duração e intensidade comparáveis, são sensivelmente superiores às dos Gregos em Maratona, mas inferiores às dos Prussianos em Yena.» Depois deste exemplo, não é impossível a um especialista fazer uma ideia vaga das forças envolvidas. Mas a condução das operações tem a segurança de ficar acima de qualquer julgamento.

Em Junho de 1987, Pierre Bacher, diretor adjunto do equipamento da E.D.F. (Eletricidade de França), Expôs a última doutrina em matéria de segurança das centrais nucleares. Dotando-as de válvulas e filtros torna-se bastante mais fácil evitar catástrofes maiores, a fissuração ou a explosão do recinto que afetariam o conjunto de uma «região». É este o resultado que se obtém ao querer confinar demasiado. Mais vale descomprimir suavemente de cada vez que a máquina ameaça ter tensões de passar os limites, contaminando uma vizinhança limitada de alguns quilômetros, vizinhança que será sempre diferente e aleatoriamente

prolongada pelo capricho dos ventos. Ele revelou que, nos dois anos anteriores, os discretos ensaios levados a cabo em Cadarache, no Drôme, «mostraram concretamente que as fugas - essencialmente de gás não excedem alguns milionésimos, no pior dos casos um por cento, da radioatividade reinante no recinto» Este pior dos casas fica portanto moderadíssimo: um por cento. Antes estávamos seguros de que não havia nenhum risco, salve em caso de acidente, logicamente impossível. Os primeiros anos de experiência mudaram este raciocínio desta maneira: visto que o acidente é sempre possível, o que é preciso evitar é que atinja um limiar catastrófico, e é fácil: basta contaminar, pouco a pouco, com moderação. Quem não reconhece que é infinitamente mais saudável limitar-se durante alguns anos a beber 140 centilitros de vodka por dia, em vez de começar a emborrachar-se de uma só vez como os polacos?

É certamente uma pena que a sociedade humana enfrente problemas tão abrasadores no momento em que se tornou materialmente impossível fazer ouvir a mínima objeção ao discurso mercantil; no momento em que a dominação, precisamente porque está protegida pelo espetáculo de toda a réplica às suas decisões e justificações fragmentárias ou delirantes, *crê* que *já não tem necessidade de pensar;* e verdadeiramente já não sabe pensar. Por inabalável que seja o democrata, não preferiria que lhe tivessem escolhido senhores mais inteligentes?

Na conferência internacional de expertos realizada em Genebra, em Dezembro de 1986, colocava-se simplesmente a questão duma interdição mundial da produção de clorofluorcarbonetos, o gás que faz desaparecer desde há pouco, mas a passos largos, a fina camada de ozônio que protegia este planeta - havemos de recordá-lo...- contra as efeitos nocivos da radiação cósmica. Daniel Verilhe, representante da filial de produtos químicos da ELF - Aquitaine, e integrando a este título uma delegação francesa firmemente oposta a esta interdição, fazia uma observação plena de sentido: «são necessários pelo menos três anos para pôr em estado de funcionamento eventuais substitutos e os custos podem ser multiplicados por quatro.» Sabe-se que esta fugitiva capa de ozônio, a uma tal altitude, não pertence a ninguém nem tem nenhum valor comercial. Portanto, o estrategista industrial pôde fazer avaliar aos seus contraditores toda a sua inexplicável indiferença econômica, através deste chamamento à realidade: «É muito arriscado basear uma estratégia industrial segundo imperativas de matéria ambiental.»

Aqueles que, há muito tempo, começaram a criticar a economia política definindo-a como «a negação acabada do homem», não se enganavam. Poder-se-á reconhecê-la neste episódio.

XIV

Ouve-se dizer que a ciência está atualmente submetida a imperativos de rentabilidade econômica; na verdade sempre foi assim. O que é novo é que a economia venha a fazer abertamente guerra aos humanos; já não somente quanto

às possibilidades da sua vida, como também às da sua sobrevivência. Foi então que o pensamento cientifico escolheu, contra uma grande parte do seu próprio passado antiescravagista, servir a dominação espetacular. Antes de chegar a este ponto, a ciência possuía uma autonomia relativa. Então sabia pensar a sua parcela da realidade e, assim, tinha podido contribuir imensamente para aumentar os meios da economia. Quando a economia todo-poderosa enlouqueceu, *e os tempos espetaculares não são mais do que isto,* suprimiu os últimos vestígios da autonomia cientifica, tanto no campo metodológico como no das condições práticas da atividade dos «investigadores». Já não se pede à ciência que compreenda o mundo ou o melhore nalguma coisa. Pede-se lhe que justifique instantaneamente tudo o que faz. Tão estúpida neste terreno como em todos os outros, que explora com a mais ruidosa irreflexão, a dominação espetacular promoveu o abate da árvore gigantesca do conhecimento cientifico com o único fim de dela talhar uma matraca. Para obedecer a essa última exigência social de uma justificação manifestamente impossível, mais vale não saber pensar incomodamente e, pelo contrário, estar-se bastante bem exercitado nas comodidades do discurso espetacular. E é com efeito nesta carreira que a ciência prostituída destes tempos miseráveis encontrou agilmente, com muita boa vontade, a sua mais recente especialização.

A ciência da justificação mentirosa apareceu naturalmente depois dos primeiros sintomas de decadência da sociedade burguesa, com a proliferação cancerosa das pseudo-ciências ditas «do homem»; mas, por exemplo, a medicina moderna pôde fazer-se passar por útil durante algum tempo, e os que venceram a varíola ou a lepra eram diferentes destes que, com baixeza, capitularam perante as radiações nucleares ou a química agro-alimentar. Nota-se rapidamente que a medicina, hoje, indubitavelmente, já não tem o direito de defender a saúde da população contra o ambiente patogênico, visto que isto seria opor-se ao Estado, ou pelo menos à indústria farmacêutica. Mas não é somente por aquilo que é obrigada a calar, que a atividade cientifica presente confessa aquilo em que se tornou. É também por aquilo que, muitas vezes, tem a simplicidade de dizer. Anunciando em Novembro de 1985, depois de uma experimentação de oito dias com quatro doentes, que talvez tivessem descoberto um remédio eficaz contra o AIDS, os professores Even e Andrieu, do hospital de Laennec, viam morrer os seus doentes dois dias depois e suscitavam algumas reservas por parte de vários médicos, menos avançados ou talvez ciumentos, pela sua maneira precipitada de correr a registar, algumas horas antes da derrocada, o que não era mais que uma enganadora aparência de vitória. Aqueles professores defenderam- se sem se perturbar, afirmando que «apesar de tudo, mais valem falsas esperanças do que não haver esperança nenhuma». Eram mesmo demasiado ignorantes para reconhecer que este argumento, por si só, era uma completa negação do espirito cientifico e que tinha historicamente sempre servido para encobrir as proveitosas fantasias dos charlatães e dos feiticeiros, nos tempos em que não se lhes confiava a direção dos hospitais.

Quando a ciência oficial vem sendo conduzida deste modo, como todo o resto do

espetáculo social que, sob uma apresentação materialmente modernizada e enriquecida, não fez mais que retomar as antiquíssimas técnicas do teatro de feira - ilusionistas, vendedores da banha da cobra e vigaristas -, não pode surpreender ver que grande autoridade retomam paralelamente, um pouco por todo o lado, os bruxos e as seitas, o zen embalado em vácuo, ou a teologia dos Mormons. A ignorância, que bem serviu os poderes estabelecidos, foi sempre excessivamente explorada por engenhosas empresas que se mantinham à margem das leis. Que momento mais favorável que este em que o analfabetismo tanto progrediu? Mas esta realidade é por sua vez negada por uma outra demonstração de feitiçaria. A UNESCO, quando da sua fundação, tinha adotado uma definição cientifica muito precisa de analfabetismo, considerando tarefa sua *combatê-lo* nos países atrasados. Quando se viu reaparecer inesperadamente o mesmo fato, mas desta vez do lado dos países ditos avançados, tal como aquele que, contando com Grouchy, viu surgir Blucher na sua batalha, bastou-lhe encarregar da missão a Guarda dos Expertos, e estes rapidamente arrebataram a fórmula com um só assalto irresistível, substituindo o *termo* analfabetismo pelo de iletrismo: do mesmo modo um «falso patriota» pode aparecer oportunamente para apoiar uma boa causa nacional. E para alicerçar entre pedagogos a pertinência do neologismo faz-se rapidamente passar uma nova definição, como se estivesse aceito desde sempre, e segundo a qual, enquanto o analfabeto era, sabe-se, aquele que nunca tinha aprendido a ler, o iletrado em sentido moderno é, pelo contrário, aquele que aprendeu a ler (e *aprendeu melhor* que antes, como podem testemunhar desapaixonadamente os mais dotados teóricos e historiadores oficiais da pedagogia), mas que por acaso *rapidamente esqueceu.* Esta surpreendente explicação correria o risco de ser menos tranquilizadora que inquietante, se não tivesse a arte de evitar, falando de lado como se a não visse, a primeira consequência que ocorreria ao espirito de todos nas épocas mais cientificas: saber que este último fenômeno, o iletrismo, mereceria ser explicado e combatido, já que jamais pudera ser observado, nem mesmo imaginado, onde quer que fosse, antes dos recentes progressos do pensamento avariado; quando a decadência da explicação acompanha passo a passo a decadência da prática.

XV

Há mais de cem anos, *o Nouveau Dictionaire des Synonymes français* de A.-L. Sardou definia os matizes pouco sensíveis que é necessário discernir entre: *falacioso, enganador, impostor, sedutor, insidioso, capcioso;* e que em conjunto constituem hoje uma espécie de paleta de cores adequadas para um retrato da sociedade do espetáculo. Não pertence ao seu tempo, nem à sua experiência de especialista, expor tão claramente os sentidos vizinhos, mas tão diferentes, dos perigos que deve normalmente esperar-se enfrentar em todo o grupo que se entregue à subversão, e seguindo, por exemplo, esta gradação*: enganado, provocado, infiltrado, manipulado, usurpado, arrependido*. Estes matizes consideráveis, ainda assim, nunca foram evidentes aos doutrinários da «luta

armada».

«Falacioso, do latim *fallaciosus,* hábil ou habituado a enganar, cheio de velhacaria: a terminação deste adjetivo *(fallacieux,* no original francês) equivale ao superlativo de *enganador.* Aquele que engana ou induz em erro seja de que maneira for, é *enganador:* o que é feito para enganar, abusar, lançar no erro por um desígnio consciente de enganar com o artifício e o instrumento impondo o mais apropriado para abusar, é *falacioso.* Enganador é uma palavra genérica e vaga; todos os sinais e aparências incertas são enganadores: *falacioso* designa a falsidade, a velhacaria, a impostura estudada; os discursos, os protestos, os raciocínios sofísticos são *falaciosos.* Esta palavra tem relações com as de *impostor,* de *sedutor,* de *insidioso,* de *capcioso,* mas sem lhes equivaler. *Impostor* designa todo o gênero de falsas aparências ou de tramas concertadas para abusar ou para prejudicar, por exemplo, a hipocrisia, a calúnia, etc. *Sedutor* exprime a ação própria de apoderar-se de alguém, induzindo em erro por meios manhosos e insinuantes. *Insidioso* indica apenas a ação de armar manhosamente ciladas e de nelas fazer cair. *Capcioso* limita-se à ação subtil de surpreender alguém e de fazê-lo cair no erro. *Falacioso* reúne a maior parte destes caracteres.

XVI

O conceito, ainda novo, de *desinformação* foi recentemente importado da Rússia, justamente com outras invenções úteis à gestão dos Estados modernos. Este conceito é sempre abertamente utilizado por um poder, ou corolariamente por indivíduos que detêm um fragmento de autoridade econômica ou política, para manter o que está estabelecido; e atribuindo sempre a esta utilização uma função *contraofensiva.* Aquilo que possa opor-se a uma única verdade oficial deve ser forçosamente uma desinformação emanando de potências hostis, ou pelo menos rivais, e terá sido intencionalmente falseada pela malevolência. A desinformação não seria a simples negação de um fato que convém às autoridades, ou a simples afirmação de um fato que não lhes convém: a isto chama-se psicose. Contrariamente à pura mentira, a desinformação, e é nisto que o conceito é interessante para os defensores da sociedade dominante, deve fatalmente conter uma certa parte de verdade, mas deliberadamente manipulada per um hábil inimigo. O poder que fala de desinformação não acredita estar ele mesmo absolutamente sem defeitos, mas sabe que poderá atribuir a toda a crítica precisa esta excessiva insignificância que está na natureza da desinformação; e que deste modo não terá de reconhecer nunca um defeito particular.

Em suma, a desinformação seria um mau uso da verdade. Quem a lança é culpado, e quem nela acredita imbecil. Mas quem seria então o hábil inimigo? Aqui, não pode ser o terrorismo, que não corre o risco de «desinformar» ninguém, já que está encarregado de representar ontologicamente *o erro* mais estúpido e menos admissível. Graças a sua etimologia, e às recordações contemporâneas dos afrontamentos limitados que, por meados deste século, opuseram brevemente o

Leste e o Oeste, espetacular concentrado e espetacular difuso, ainda hoje o capitalismo do espetacular integrado finge acreditar que o capitalismo de burocracia totalitária - apresentado mesmo por vezes como a base de retaguarda ou a inspiração dos terroristas - continua o seu inimigo essencial, assim como o outro dirá a mesma coisa do primeiro; apesar das provas inumeráveis da sua aliança e solidariedade profundas. De fato, todos os poderes instalados apesar de algumas reais rivalidades locais, e sem querer dizê-lo nunca, pensam continuamente aquilo que soube recordar um dia, do lado da subversão e sem grande sucesso no momento, um dos raros internacionalistas alemães depois do início da guerra de 1914: «O inimigo principal está dentro do nosso pais». A desinformação é finalmente o equivalente daquilo que representava, no discurso da guerra social do século XIX, «as más paixões». É tudo aquilo que é obscuro e arriscaria querer opor-se à extraordinária felicidade com que esta sociedade, sabemo-lo bem, faz beneficiar aqueles que se têm fiado nela; felicidade que ignoraria ser excessivamente paga por diferentes riscos ou dissabores insignificantes. E todos aqueles que *veem* essa felicidade no espetáculo admitem que não há que regatear o seu custo; enquanto que os outros desinformam.

Outra vantagem que se encontra ao denunciar, digamos assim, uma desinformação muito particular, é que em consequência o discurso global do espetáculo não será suspeito de a conter, já que pode designar, com a mais cientifica segurança, o terreno onde se reconhece a única desinformação: é tudo aquilo que pode dizer-se e que não lhe agrada.

Sem dúvida por erro - a menos que este não fosse mais do que um logro deliberado - foi ventilado recentemente em França o projeto de atribuir oficialmente uma espécie de marca ao midiático «garantido sem desinformação»: isto melindrava alguns profissionais dos *media,* que queriam ainda acreditar, ou mais modestamente fazer crer, que não são efetivamente censurados no momento presente. Mas, sobretudo, o conceito de desinformação não tem evidentemente de ser utilizado *defensivamente,* e ainda menos numa defensiva estática, guarnecendo uma Muralha da China, uma Linha Maginot, que deveria cobrir absolutamente um espaço considerado como estando interdito à desinformação. É necessário que haja desinformação, e que ela se mantenha fluida, podendo passar per todo o lado. Lá onde o discurso espetacular não é atacado seria estúpido defendê-lo; e este conceito, contra a evidência, usar-se-ia rapidamente para o defender a respeito de assuntos que, pelo contrário, devem evitar chamar as atenções. Além disso, as autoridades não têm nenhuma necessidade real de garantir que uma informação precisa não conterá *desinformação.* Nem têm sequer os meios para fazê-lo: as autoridades não são tão respeitadas e não fariam mais que atrair a suspeita sobre a informação em causa. O conceito de desinformação só é bom no contra-ataque. Há que mantê-lo em segunda linha, depois lançá-lo instantaneamente para a frente para repelir toda a verdade que venha a surgir.

Se por vezes uma espécie de desinformação desordenada, ao serviço de alguns

interesses particulares passageiramente em conflito, arrisca aparecer e ser ela também credível, tornando-se incontrolável e opondo-se por isso ao trabalho de conjunto de uma desinformação menos irresponsável, isto não é porque haja motivos para temer que, naquela desinformação, se encontrem empenhados outros manipuladores mais expertos ou mais subtis: é simplesmente porque a desinformação desdobra-se agora *num mundo onde já não há lugar para nenhuma verificação.*

O conceito confusionista de desinformação foi posto em alerta para refutar instantaneamente, ao simples sussurro do seu nome, toda a crítica que as diversas agências de organização do silêncio não foram capazes de fazer desaparecer. Por exemplo, poder-se-ia dizer um dia, se isso se revelasse desejável, que este escrito é um empreendimento de desinformação sobre o espetáculo; ou então, o que é a mesma coisa, de desinformação em detrimento da democracia.

Contrariamente aquilo que afirma o seu conceito espetacular invertido, a prática da desinformação só, pode servir o Estado aqui e agora, sob a sua condução direta ou por iniciativa daqueles que defendem os mesmos valores. De fato, a desinformação reside em toda a informação existente; e como seu caráter principal. Só é nomeada à onde é preciso manter, pela intimidação, a passividade. Lá onde a desinformação é *nomeada* não existe. Lá onde existe, não se a nomeia.

Quando ainda havia ideologias que se afrontavam, que se proclamavam por ou contra certo aspecto conhecido da realidade, havia fanáticos e mentirosos, mas não «desinformadores». Quando já não é permitido, pelo respeito do consenso espetacular ou ao menos por uma vontade de gloriosa espetacular, dizer verdadeiramente aquilo a que alguém se opõe, ou também aquilo que alguém aprova em todas as suas consequências; mas onde alguém encontra muitas vezes a obrigação de dissimular um aspecto que se considera, por qualquer razão, como perigoso dentro daquilo que é suposto admitir-se, neste caso pratica-se a desinformação; como por irreflexão, ou como por esquecimento, ou como por *pretendido* falso raciocínio. E, por exemplo, no terreno da contestação depois de 1968, os recuperadores incapazes denominados então de *«prositus»* foram *os primeiros desinformadores,* porque dissimulavam tanto quanto possível as manifestações práticas através das quais se afirmou a crítica que se gabavam de adotar; e, sem qualquer vergonha de enfraquecer lhe a expressão não citavam nunca nada em ninguém, para ter o ar de terem eles próprios encontrado qualquer coisa.

XVII

Invertendo uma fórmula famosa de Hegel, já em 1967 notava eu que «num mundo *realmente invertido,* o verdadeiro é um momento do falso». Os anos passados desde então demonstraram os progressos deste princípio em cada domínio particular, sem exceção.

Assim, numa época em que não pode mais existir arte contemporânea, torna-se

difícil julgar as artes clássicas. Aqui, como em tudo o resto, a ignorância só é produzida para ser explorada. Ao mesmo tempo que se perdem simultaneamente o sentido da história e o gosto, organizam-se as redes da falsificação. Basta ter os expertos e os avaliadores, o que é bastante fácil, para fazer passar tudo, já que nos negócios desta natureza, como finalmente em todos os outros, é a venda que autentifica todo o valor. Depois, são os colecionadores ou os museus, particularmente americanos, que, abarrotados de falso, terão interesse em manter a boa reputação, do mesmo modo que o Fundo Monetário Internacional mantém a ficção do valor positivo das imensas dívidas de cem nações.

O falso forma o gosto, e sustenta o falso, fazendo cientemente desaparecer a possibilidade de referência com o autêntico. *Refaz-se* mesmo o verdadeiro, desde que seja possível, para fazê-lo assemelhar-se ao falso. Os americanos, sendo os mais ricos e os mais modernos, têm sido os maiores papalvos deste comércio do falso na arte. E são precisamente eles próprios quem financia os trabalhos de restauro de Versalhes ou da Capela Sistina. Por esta razão os frescos de Miguelangelo deverão tomar as cores avivadas da banda desenhada, e os móveis autênticos de Versalhes o vivo brilho do dourado que os fará assemelhar-se muito ao falso mobiliário da época de Luís XIV importado pelo Texas a altos custos.

O julgamento de Feuerbach sobre o fato de que o seu tempo preferia «a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade», foi inteiramente confirmado pelo século do espetáculo, e isto nos diversos domínios em que o século XIX quisera ficar à margem daquilo que era já a sua natureza profunda: a produção industrial capitalista. Foi assim que a burguesia propagou bastante o espírito rigoroso do museu, do objeto original, da crítica histórica exata, do documento autêntico. Mas hoje é por todo o lado que o copiado tem tendência a substituir o verdadeiro. Neste ponto, é muito oportunamente que a poluição devida à circulação dos automóveis obriga a substituir por réplicas em plástico os cavalos de Marly ou as estátuas romanas da fachada de Saint-Trophine. Em suma, tudo será mais belo que antes, para ser fotografado pelos turistas.

O ponto culminante é sem dúvida atingido pelo risível falso burocrático chinês das grandes estátuas do vasto *exército industrial* do Primeiro Imperador, que tantos homens de Estado em viagem foram, convidados a admirar *in situ.* Isto prova portanto que nenhuma dispunha, no conjunto dos seus conselheiros, de um só indivíduo que conhecesse a história da arte na China ou fora dela, visto que puderam gozar com eles tão cruelmente. Sabe-se que a sua instrução foi outra: «O computador de Vossa Excelência não foi informado». Esta constatação, de que pela primeira vez se pode governar sem ter nenhum conhecimento artístico nem nenhum sentido do autêntico ou do impossível, poderia por si só bastar para conjeturar que todos estes ingênuos patetas da economia e da administração vão provavelmente conduzir o mundo para uma grande catástrofe; se a sua prática efetiva não o tivesse já demonstrado.

XVIII

A nossa sociedade é construída no segredo, desde as «sociedades-ecrãs» que põem às escuras os bens concentrados dos possuidores, até ao «segredo-defesa» que cobre hoje um imenso domínio de plena liberdade extrajudicial do Estado; desde os segredos, muitas vezes assustadores, da *fabricação-pobre,* que se escondem atrás da publicidade, até às projeções das variantes do futuro extrapolado, sobre as quais só a dominação lê a marcha mais provável daquilo que ela afirma não ter nenhum tipo de existência, calculando as respostas que então empregará misteriosamente. A este propósito podem fazer-se algumas observações.

Cada vez há um maior número de lugares, tanto nas grandes cidades como nalguns espaços reservados da província, que são inacessíveis, isto é, guardados e protegidos de todo e qualquer olhar; colocados fora do alcance da curiosidade inocente, e fortemente abrigados da espionagem. Sem serem todos propriamente militares, inspiram-se nesse modelo colocando-se para lá do alcance de qualquer risco de verificação pelos transeuntes ou pelos habitantes; ou mesmo pela polícia, que viu desde há muito tempo as suas funções reconduzidas à simples vigilância e repressão da delinquência mais comum. Foi assim que, em Itália, quando Aldo Moro estava prisioneiro do *Potere Due,* não esteve detido num edifício mais ou menos difícil de encontrar, mas simplesmente num edifício impenetrável.

Cada vez há um maior número de homens formados para agir no segredo; instruídos e adestrados para só fazer isso. Trata-se de destacamentos especiais de homens armados de arquivos reservados, isto é, de observações e análises secretas. Outros estão armados de diversas técnicas para exploração e manipulação desses assuntos secretos. Finalmente, quando se trata dos seus ramos «Ação», eles podem igualmente estar equipados de outras capacidades de simplificação dos problemas estudados.

Enquanto que os meios atribuídos a estes homens especializados na vigilância e na influência se tornam maiores, também encontram as circunstâncias gerais que lhe são de ano para ano mais favoráveis. Quando, por exemplo, as novas condições da sociedade do espetacular integrado forçaram a sua crítica a permanecer realmente clandestina, não porque se esconda mas *porque é escondida* pela pesada encenação do pensamento da diversão, aqueles que estão encarregados de vigiar esta crítica e na necessidade de a desmentir, podem finalmente empregar contra ela os recursos tradicionais no meio da clandestinidade: provocação, infiltração e diversas formas de eliminação da crítica autêntica em proveito de uma falsa que poderá ser colocada no seu lugar para esse efeito. A incerteza aumenta, a propósito de tudo, quando a impostura geral do espetáculo se enriquece com a possibilidade de recurso a mil imposturas particulares. Um crime inexplicado pode também ser chamado suicídio, na prisão como em qualquer outro lugar; e a dissolução da lógica permite investigações e processos que descolam verticalmente no absurdo, e que são frequentemente falsificados desde o princípio por extravagantes autópsias,

executadas por singulares expertos.

Desde há muito tempo que estamos habituados a ver por todo o lado executar sumariamente todo o tipo de gente. Os terroristas conhecidos, ou considerados como tais, são combatidos abertamente duma maneira terrorista. A Mossad vai matar longe Abou Jihad, ou os S.A.S. ingleses os Irlandeses, ou a polícia paralela do «G.A.L.» os Bascos. Aqueles que são mortos por supostos terroristas, não são eles mesmos escolhidos sem razão; mas é geralmente impossível estar seguro de conhecer estas razões. Sabe-se que a estação dos caminhos de ferro de Bolonha foi pelos ares, à bomba, para que a Itália continue a ser bem governada; e o que são os «Esquadrões da morte» no Brasil; e que a Máfia pode incendiar um hotel nos Estados Unidos para apoiar uma *extorsão.* Mas como saber para que puderam servir, no fundo, os «assassinos loucos de Brabante»? É difícil aplicar o princípio *cui prodest?* num mundo onde tantos interesses ativos estão tão bem escondidos. De tal modo que, sob o espetacular integrado, vive-se e morre-se no ponto de confluência de um grande número de mistérios.

Os rumores midiático-policiais adquirem num instante, ou no pior dos casos depois de terem sido repetidos três ou quatro vezes, o peso indiscutível de provas históricas seculares. Segundo a autoridade lendária do espetáculo do dia, estranhos personagens eliminados no silêncio reaparecem como sobreviventes fictícios, cujo retorno poderá sempre ser evocado ou calculado, e *provado* pela mais simples diz-se dos especialistas. Algures entre Aqueronte e Letes estão estes mortos que não foram regularmente enterrados pelo espetáculo; é suposto estarem adormecidos, esperando que se queira acordá-los, todos, o terrorista descido de novo das colinas, e o pirata regressado do mar, e o ladrão que já não tem necessidade de roubar.

A incerteza está, assim, organizada por toda a parte. A proteção da dominação precede muitas vezes por *falsos ataques,* cujo tratamento midiático fará perder de vista a verdadeira operação: tal como o bizarro golpe de força de Tejero e dos seus guardas civis nas Cortes espanholas em 1981, cujo fracasso deveria esconder um outro *pronunciamento* mais moderno, isto é, dissimulado, e que foi bem sucedido. Igualmente vistoso, o fracasso de uma sabotagem pelos serviços especiais franceses, em *1985,* na Nova Zelândia, foi por vezes considerado como um estratagema, talvez destinado a desviar a atenção das numerosas novas funções destes serviços, pretendendo convencer da sua caricatural imperícia na escolha dos objetivos como nas modalidades de execução. E com mais segurança foi avaliado, quase por todo o lado, que as pesquisas geológicas de um jazigo petrolífero no subsolo *da cidade de Paris,* que foram ruidosamente levadas a cabo no Outono de 1986, não tinham outra intenção mais séria que a de medir o ponto que tinha podido alcançar a capacidade de embrutecimento e de submissão dos habitantes, mostrando-lhes uma pretendida pesquisa tão perfeitamente demencial no plano econômico.

O poder tornou-se tão misterioso que, depois do assunto das vendas ilegais de

armas ao Irão pela Presidência dos Estados Unidos, pode perguntar-se quem governa verdadeiramente nos Estados Unidos, a mais forte potência do mundo dito democrático? E, portanto, que diabo pode comandar o mundo democrático?

Mais profundamente, neste mundo oficialmente tão cheio de respeito por todas as necessidades econômicas, ninguém sabe quanto custa verdadeiramente qualquer das coisas que se produzem: com efeito, a parte mais importante do custo real nunca é calculada; e o resto é *mantido secreto.*

XIX

O general Noriega tornou-se num instante conhecido mundialmente no princípio do ano de 1988. Era ditador sem título do Panamá, país sem exército, onde comandava a Guarda Nacional. Pois o Panamá não é verdadeiramente um Estado soberano: foi escavado pelo seu canal e não o contrário. O dólar é a sua moeda, e o verdadeiro exército ali estacionado é igualmente estrangeiro. Noriega tinha feito toda a sua carreira, nisto perfeitamente idêntica à de Jaruzelski na Polônia, como general- polícia ao serviço do ocupante. Era importador de droga para os Estados Unidos, pois o Panamá não produz o suficiente, e exportava para a Suíça os seus capitais «panamenhos». Tinha trabalhado com a C.I.A. contra Cuba e, para ter a cobertura adequada às suas atividades econômicas, tinha também denunciado às autoridades americanas, tão obcecadas por este problema, um certo número dos seus rivais na importação. O seu principal conselheiro em matéria de segurança, que provocava inveja em Washington, era o melhor do mercado, Michael Harari, antigo oficial da Mossad, o serviço secreto de Israel. Quando os americanos quiseram desfazer-se do personagem, porque alguns dos seus tribunais o tinham imprudentemente condenado, Noriega declarou-se disposto a defender-se durante mil anos, por patriotismo panamiano, simultaneamente contra o seu povo em revolta e contra o estrangeiro, e rapidamente recebeu a aprovação pública dos ditadores burocráticos mais austeros de Cuba e da Nicarágua, em nome do anti-imperialismo.

Longe de ser uma estranheza estritamente panamiana, este general Noriega, que *vende tudo e simula tudo* num mundo que por todo o lado faz o mesmo, era, ao mesmo tempo, como espécie de homem duma espécie de Estado, como espécie de general, como capitalista, perfeitamente representativo do espetacular integrado; e dos êxitos que este permite nas direções mais variadas da sua política interior e internacional. É um modelo do *príncipe do nosso tempo;* e entre aqueles que se destinam a chegar e a ficar no poder, em qualquer sítio onde este possa estar, os mais capazes assemelham-se lhe bastante. Não é o Panamá que produz tais maravilhas, é esta época.

XX

Para todo o serviço de informações, neste ponto em concordância com a justa teoria clausewitziana da guerra, um *saber* deve tornar-se um *poder.* Daqui este serviço obtém presentemente o seu prestígio, a sua espécie de poesia especial. Quando a inteligência foi tão absolutamente expulsa do espetáculo que não permite

agir e nem diz grande coisa de verdade sobre a ação dos outros, quase parece ter-se refugiado entre aqueles que analisam as realidades e agem secretamente sobre as realidades. Recentemente, revelações que Margaret Thatcher tudo fez para abafar, mas em vão, autentificando-se deste modo, mostraram que em Inglaterra estes serviços tinham já sido capazes de levar à queda dum ministério cuja política consideravam perigosa. O desprezo geral que suscita o espetáculo restitui, assim, por novas razões, uma atração para aquilo que pôde ser chamado, no tempo de Kipling, «o grande jogo».

A «concepção policial da história» era no século XIX uma explicação reacionária, e ridícula, quando tantos e tão poderosos movimentos sociais agitavam as massas. Os pseudo-contestatários de hoje sabem-no bem, por ouvir dizer ou através de alguns livros, e julgam que esta conclusão permaneceu verdadeira para a eternidade. Eles nunca querem ver a prática real do seu tempo. Porque ela é triste demais para as suas frias esperanças. O Estado não o ignora e joga com isso.

No momento em que quase todos os aspectos da vida política internacional, e um número sempre crescente daqueles que contam na política interna, são conduzidos e mostrados no estilo dos serviços secretos, com enganos, desinformação, dupla explicação - aquela que *pode* esconder uma outra, ou apenas parecê-lo -, o espetáculo limita-se a dar a conhecer o mundo fatigante do incompreensível obrigatório, uma aborrecida série de romances policiais privados de vida e onde sempre falta a conclusão. É então que a encenação realista de um combate de negros, de noite, num túnel, deve passar por um efeito dramático suficiente.

A imbecilidade crê que tudo é claro, quando a televisão mostrou uma bela imagem e a comentou com uma audaciosa mentira. A semi-elite contenta-se em saber que quase tudo é obscuro, ambivalente, «montado» em função de códigos desconhecidos. Uma elite mais fechada quereria saber o verdadeiro, muito difícil de distinguir claramente em cada caso particular, apesar de todos os dados reservados e das confidências de que pode dispor. É por isto que ela amaria conhecer o método da verdade, ainda que no seu seio este amor continue a ser geralmente infeliz.

XXI

O segredo domina este mundo, e em primeiro lugar como segredo da dominação. Segundo o espetáculo o segredo não seria mais que uma necessária exceção à regra da informação abundantemente oferecida por toda a superfície da sociedade, do mesmo modo que a dominação, neste «mundo livre» do espetacular integrado, se reduziria a não ser mais que um Departamento executivo ao serviço da democracia. Mas ninguém acredita verdadeiramente no espetáculo. Como aceitariam os espectadores a existência do segredo, que garante, por si só, que não podem gerir um mundo do qual ignoram as principais realidades, se a título extraordinário se lhes pedisse verdadeiramente a sua opinião sobre a maneira de preceder? É um fato que o segredo não aparece a quase ninguém na sua pureza inacessível, e na sua generalidade funcional. Todos admitem que *haja* uma pequena

zona de segredo reservada aos especialistas; e para a generalidade das coisas, muitos acreditam *estar no segredo.*

La Boétie demonstrou, no *Discurso sobre a servidão voluntária,* como o poder de um tirano deve encontrar numerosos apoios entre os círculos concêntricos dos indivíduos que nele encontram, ou creem encontrar, o seu proveito. Da mesma maneira muitos, entre os políticos ou midiáticos que estão convencidos de que não se pode suspeitar deles como sendo *irresponsáveis,* conhecem muitas coisas pelas relações e pelas confidências. Aquele que se contenta com estar dentro da confidência, não é muito impelido a criticá-la; nem portanto a reparar que, em todas as confidências, a parte principal da realidade ser-lhe-á sempre escondida. Pela benevolente proteção dos trapaceiros, conhece umas poucas cartas mais, mas que podem ser falsas; e nunca o método que dirige e explica o jogo. Identifica-se, assim, em seguida com os manipuladores e despreza a ignorância que no fundo partilha. Pois as migalhas da informação oferecidas a estes familiares da tirania mentirosa estão normalmente infectadas de mentira, incontroláveis, manipuladas: Contudo, satisfazem aqueles que a elas acedem, porque se sentem superiores a todos os que não sabem nada. De resto, não valem senão para melhor fazer aceitar a dominação, e nunca para a compreender efetivamente. Elas constituem o privilégio dos *espectadores de primeira classe:* aqueles que têm a palermice de acreditar que podem compreender algo, não servindo- se daquilo que se lhes esconde, mas *acreditando naquilo que se lhes revela !*

A dominação é lúcida pelo menos naquilo que espera da sua própria gestão, livre e sem entraves, um número bastante grande de catástrofes de primeira grandeza para muito em breve; e isto tanto nos campos ecológicos, químico, por exemplo, como nos domínios econômicos, bancário, por exemplo. Desde há algum tempo, a dominação colocou-se em situação de tratar estas desgraças excepcionais de forma diferente do habitual manejo da doce desinformação.

XXII

Quanto aos assassinatos, em número crescente desde há mais de duas décadas, que ficaram inteiramente por explicar, - pois, se foi por vezes sacrificado algum comparsa, jamais esteve em questão chegar aos comandatários -, o seu caráter de produção em série tem marca própria: as mentiras evidentes, e variáveis, das declarações oficiais; Kennedy, Aldo Moro, Olof Palme, ministros ou financeiros, um ou dois papas, e outros que valiam mais do que eles. Este síndroma de uma doença social recentemente adquirida espalhou-se rapidamente um pouco por toda a parte, como se a partir dos primeiros casos observados, ele *descesse dos* píncaros dos Estados, esfera tradicional deste gênero de atentados, e como se, ao mesmo tempo, ele subisse do *bas-fond,* outro lugar tradicional de tráficos ilegais e proteções entre profissionais, onde sempre se desenrolou este gênero de guerra. Estas práticas tendem a encontrar-se no meio de todos os negócios da sociedade, como se de fato o Estado não desdenhasse misturar-se nelas, e a Máfia

conseguisse elevar-se até ele, operando-se, assim, uma espécie de junção.

Ouviu-se já dizer de tudo para tentar explicar acidentalmente este novo gênero de mistérios: incompetência das polícias, palermice dos juízes de instrução, inoportunas revelações da imprensa, crise de crescimento dos serviços secretos, má vontade das testemunhas, greve categórica dos delatores. Todavia, Edgar Poe tinha já encontrado a direção certa da verdade, no seu célebre raciocínio no *Duplo assassinato na rua Morgue*

«Parece-me que o mistério é *considerado* como irresolúvel, pela mesma razão que deveria fazer vê-lo como fácil de resolver - refiro-me ao caráter excessivo sob o qual se manifesta... Em investigações do gênero desta que nos ocupa, não é tão necessário saber-se como se passaram as coisas, mas antes estudar em que é que elas se distinguem de tudo aquilo que aconteceu até ao presente.»

XXIII

Em Janeiro de 1988, a Máfia colombiana da droga publicava um comunicado destinado a retificar a opinião pública sobre a sua pretendida existência. A maior exigência duma Máfia, onde quer que possa estar constituída, é naturalmente estabelecer que não existe, ou que foi vítima de calúnias pouco científicas; esta é a primeira semelhança com o capitalismo. Mas na circunstância, esta Máfia irritada por ser a única posta em evidência chegou a evocar os outros agrupamentos que queriam fazer-se esquecer, tornando-a abusivamente por bode expiatório. Declarava: «Nós não pertencemos à Máfia burocrática e política, nem à dos banqueiros e financeiros, nem à dos milionários, nem à Máfia dos grandes contratos fraudulentos, à dos monopólios ou à do petróleo, nem à dos grandes meios de comunicação.»

Pode seguramente considerar-se que os autores desta declaração, como os outros, têm interesse em verter as suas práticas no vasto rio de águas turvas da criminalidade e das ilegalidades banais, que inunda em toda a sua extensão a sociedade atual; mas também é justo reconhecer que se trata de pessoas que, por profissão, sabem melhor que ninguém do que falam. A Máfia desenvolve-se por todo o lado e ainda melhor no terreno da sociedade moderna. Está em crescimento tão rápido como os outros produtos do trabalho pelo qual a sociedade do espetacular integrado talha o seu mundo. A Máfia cresce com os imensos progressos dos computadores e da alimentação industrial, da completa reconstrução urbana e dos bairros-da-lata, dos serviços especiais e do analfabetismo.

XXIV

A Máfia não era mais que um arcaísmo transplantado, quando no princípio do século começou a manifestar-se nos Estados Unidos, com a imigração de trabalhadores sicilianos; na mesma altura em que apareciam na costa oeste as guerras de *gangs* entre as sociedades secretas chinesas. Fundada no obscurantismo e na miséria, a Máfia não podia implantar-se na mesma altura na Itália do Norte. Parecia condenada a desaparecer por todo o lado perante o Estado

moderno. Era uma forma de crime organizado que não podia prosperar senão na «proteção» de minorias atrasadas, fora do mundo urbano, lá onde não podia penetrar o controlo duma polícia racional e das leis da burguesia. A tática defensiva da Máfia nunca podia ser outra que não fosse a supressão das testemunhas, para neutralizar a polícia e a justiça, e fazer reinar na sua esfera de atividade o segredo que lhe é necessário. Em seguida encontrou um campo novo no *novo obscurantismo* da sociedade do espetacular difuso, depois integrado: com a vitória total do segredo, a demissão geral dos cidadãos, a perda completa da lógica, os progressos da corrupção e da covardia universais, todas as condições favoráveis foram reunidas para que ela chegasse a ser uma potência moderna e ofensiva.

A Proibição americana - grande exemplo das pretensões dos Estados deste século no controlo autoritário de tudo, e dos resultados que daqui decorrem - deixou ao crime organizado, durante mais de uma década, a gestão do comércio do álcool. A partir daí, a Máfia, enriquecida e exercitada, ligou-se à política eleitoral, aos negócios, ao desenvolvimento do mercado de assassinos profissionais, a certos detalhes da política internacional. Deste modo a Máfia foi favorecida pelo governo de Washington durante a Segunda Guerra Mundial, para ajudar à invasão da Sicília. O álcool legalizado foi substituído pelos estupefacientes, que se constituíram então como mercadoria-vedete dos consumos ilegais. Depois a Máfia adquiriu uma importância considerável no ramo imobiliário, nos bancos, na alta política e nos altos negócios de Estado, por fim nas indústrias do espetáculo: televisão, cinema, edição. É também já uma realidade, pelo menos nos Estados Unidos, na própria indústria discográfica, corno em todos os ramos em que a publicidade de um produto depende de um número bastante concentrado de indivíduos. Pode-se, pois, facilmente fazer pressão sobre eles, comprando-os ou intimidando-os, já que se dispõe evidentemente de capitais suficientes, ou de homens de mão que não podem ser reconhecidos nem punidos. Corrompendo os *disc-jokeys,* decide-se, assim, daquilo que deverá ser o êxito, entre mercadorias tão igualmente miseráveis.

Foi sem dúvida em Itália que a Máfia, no regresso das suas experiências e conquistas americanas alcançou a maior força: depois da época do seu compromisso histórico com o governo paralelo, encontrou-se em situação de mandar matar juízes de instrução ou chefes da polícia; prática que ela tinha podido inaugurar durante a sua participação nas montagens do «terrorismo» político. Em condições relativamente independentes, a evolução similar do equivalente japonês da Máfia prova bem a unidade da época.

É enganador querer explicar qualquer coisa opondo a Máfia ao Estado: nunca estão em rivalidade. A teoria verifica com facilidade aquilo que todos os rumores da vida prática tinham muito facilmente demonstrado. A Máfia não é estranha neste mundo; ela está nele como em sua casa. No momento do espetacular integrado, a Máfia reina de fato como o *modelo* de todas as empresas comerciais avançadas.

Com as novas condições que predominam atualmente na sociedade esmagada pelo *tacão de ferro* do espetáculo, sabe-se que, por exemplo, um assassinato político é visto a uma outra luz; de algum modo velada. Há em toda a parte muitos mais loucos que outrora, mas o que é infinitamente mais cômodo é que pode falar-se disso *loucamente.* E não é um terror reinante qualquer quem imporia tais explicações midiáticas. Pelo contrário, é a existência passiva de tais explicações que deve causar terror.

Quando em 1914, estando eminente a guerra, Villain assassinou Jaurés, ninguém duvidou que Villain, indivíduo sem dúvida bem pouco equilibrado, acreditou dever matar Jaurés porque este aparecia, aos olhos dos extremistas da direita patriótica que tinham influenciado profundamente Villain, como alguém que seria certamente nocivo para a defesa do país. Estes extremistas apenas tinham subestimado a imensa força do consenso patriótico no partido socialista, que devia impeli-lo instantaneamente à «união sagrada»; que Jaurés fosse assassinado ou, pelo contrário, se lhe deixasse a ocasião de manter firme a sua posição internacionalista ao recusar a guerra. Hoje, em presença de um tal acontecimento, os jornalistas-policiais, expertos notórios em «fatos de sociedade» e em «terrorismo», diriam imediatamente que Villain era sobejamente conhecido por ter várias vezes esboçado tentativas de homicídio, impulso visando em todas elas homens, que podiam professar opiniões políticas muito diversas, mas que tinham por acaso uma parecença, física ou de vestuário, com Jaurés. Psiquiatras atestá-lo-iam e os *media,* afirmando nem mais nem menos o que aqueles lhes tinham dito, atestariam com este mesmo fato a sua competência e imparcialidade de expertos *incomparavelmente* autorizados. Depois, a investigação policial oficial poderia estabelecer, a partir do dia seguinte, que se acabavam de descobrir diversos homens honrados prontos a testemunhar o fato deste mesmo Villain, considerando-se um dia mal servido na «Chope du Croissant», ter, na presença deles, exuberantemente ameaçado vingar-se proximamente do dono do café abatendo à vista de toda a gente, naquele mesmo lugar, um dos seus melhores clientes.

Isto não quer dizer que, no passado, a verdade se impunha muitas vezes e sem demora; já que Villain foi finalmente absolvido pela Justiça francesa. Não foi fuzilado senão em 1936, quando rebentou a revolução espanhola, pois tinha cometido a imprudência de residir nas ilhas Baleares.

XXVI

E porque as novas condições dum manejo proveitoso dos assuntos económicos o exigem imperativamente, no momento em que o Estado detém uma parte hegemónica na orientação da produção e onde a procura para todas as mercadorias depende estreitamente da centralização realizada na informação-incitação espetacular, à qual deverão também adaptar-se as formas de distribuição, que por todo o lado se vê constituírem-se redes de influência ou sociedades secretas. Não é

mais que um produto natural do movimento de concentração de capitais, da produção, da distribuição. Nesta matéria, aquilo que não se estende deve desaparecer; e nenhuma empresa pode estender-se sem os valores, as técnicas, os meios, daquilo que são hoje a indústria, o espetáculo, o Estado. Em última análise é o desenvolvimento particular escolhido pela economia da nossa época, que vem impor por toda a parte *a formação de novos laços pessoais de dependência e de proteção.*

É justamente neste ponto que reside a profunda verdade desta fórmula, tão bem compreendida em toda a Itália, usada pela Máfia siciliana: «Quem tem dinheiro e amigos ri-se da Justiça». No espetacular integrado*, as leis dormem*; porque não foram feitas para as novas técnicas de produção, e porque elas são torneadas na distribuição por acordos de um tipo novo. O que pensa ou prefere o público não tem importância. Eis o que é escondido pelo espetáculo de tantas sondagens de opinião, de eleições, de restruturações modernizantes. Quem quer que sejam os vencedores, *o menos bom será arrebatado* pela amável clientela: já que terá sido exatamente isso que foi produzido para ela.

Só se fala continuamente de «Estado de Direito», a partir do momento em que o Estado moderno dito democrático deixou em geral de o ser. Não é de modo nenhum por acaso que a expressão só foi popularizada pouco depois de 1970 e, em primeiro lugar, justamente em Itália. Em muitos domínios, fazem-se mesmo leis precisamente *para que sejam torneadas,* por aqueles que justamente possuirão todos os meios para isso. A ilegalidade em certas circunstâncias, por exemplo, à volta do comércio mundial de todo o tipo de armamentos, e mais frequentemente envolvendo produtos da mais alta tecnologia, não é mais que uma espécie de força de apoio da operação económica, que se encontrará muito mais rentável. Hoje muitos negócios são necessariamente *desonestos como o século,* e não como eram outrora aqueles que praticavam, em séries claramente delimitadas, os homens que tinham escolhido os caminhos da desonestidade.

À medida que crescem as redes de promoção-controle para balizar e dominar os setores exploráveis do mercado, aumenta também o número de serviços pessoais que não podem ser recusados àqueles que estão ao corrente, e que não têm proveito em recusar essa ajuda; e nem sempre se trata de polícias ou dos guardiões dos interesses ou da segurança do Estado. As cumplicidades funcionais comunicam a grande distância, e por muito tempo, pois as suas redes dispõem de todos os meios para impor estes sentimentos de reconhecimento ou de fidelidade que, infelizmente, foram sempre tão raros na atividade livre dos tempos burgueses.

Aprende-se sempre alguma coisa do adversário. É preciso acreditar que os homens de Estado foram levados, também eles, a ler as observações do jovem Lukàcs sobre os conceitos de legalidade e de ilegalidade, no momento em que tiveram de tratar da passagem efémera duma nova geração do negativo — Homero disse que «uma geração de homens passa tão rápida como uma geração de

folhas». Os homens de Estado, desde então, puderam deixar, como nós, de embaraçar-se com qualquer tipo de ideologia sobre esta questão; a verdade é que as práticas da sociedade espetacular não favoreciam absolutamente nada as ilusões ideológicas deste tipo. A propósito de nós todos, finalmente, poder-se-á concluir que aquilo que nos impediu muitas vezes de nos envolvermos numa só atividade ilegal foi termos tido várias.

XXVII

Tucídides, no livro VIII, capítulo 66, da *História da Guerra do Peloponeso* diz, a propósito das operações de uma outra conspiração oligárquica, algo que tem muito de parecido com a situação em que nos encontramos: «Mas para além disso, aqueles que ali tomavam a palavra faziam parte da conspiração e os discursos que pronunciavam tinham sido submetidos ao exame prévio dos seus amigos. Nenhuma oposição se manifestava entre o resto dos cidadãos, que temiam o número de conjurados. Logo que algum ensaiava, apesar de tudo, contradizê-los, encontrava-se em seguida um meio cómodo de eliminá-lo. Os assassinos não eram procurados e nenhuma perseguição era iniciada contra aqueles de quem se suspeitava. O povo não reagia e as gentes estavam de tal forma aterrorizadas que se consideravam felizes, ainda que calando, por escapar às violências. Imaginando os conjurados bem mais numerosos do que eram na realidade, tinham o sentimento de uma impotência completa. A cidade era demasiado grande e eles não se conheciam o suficiente entre si para que lhes fosse possível descobrir o que cada um era verdadeiramente. Nestas condições, por indignado que se estivesse, não se podia confiar estas queixas a ninguém. Devia portanto renunciar-se à preparação de uma ação contra os culpados, pois para isso seria necessário dirigir-se a um desconhecido ou a uma pessoa conhecida de quem se desconfiava. No partido democrático, as relações pessoais estavam por toda a parte marcadas pela desconfiança e sempre ficava a dúvida se aquele com quem se tinha relação não era conivente com os conjurados. Com efeito, entre estes últimos havia homens de quem nunca se teria acreditado que se unissem à oligarquia.»

Se a história nos deve regressar depois deste eclipse, o que depende de fatores ainda em luta e, portanto, dum resultado que ninguém poderá excluir com certeza, estes *Comentários* poderão servir para escrever um dia a história do espetáculo; sem dúvida o mais importante acontecimento que se produziu neste século; e também aquele que menos se arriscou explicar. Em circunstâncias diferentes, creio que poderia considerar-me grandemente satisfeito pelo meu primeiro trabalho sobre este assunto e deixar a outros o cuidado de observar a continuação. Mas, no momento em que estamos, pareceu-me que nenhum outro o faria.

XXVIII

Das redes de promoção-controle desliza-se insensivelmente para as redes de vigilância-desinformação. Antigamente, apenas se conspirava contra uma ordem estabelecida. Hoje *conspirar a seu favor* é uma nova profissão em grande desenvolvimento. Sob a dominação espetacular, conspira-se para a manter, e para assegurar aquilo que só ela poderá chamar o seu bom rumo. Esta conspiração *faz-parte* do seu próprio funcionamento.

Começou-se já a colocar no sítio alguns meios de uma espécie de guerra civil preventiva, adaptados a diferentes projeções do futuro calculado. Trata-se das «organizações específicas» encarregadas de intervir nalguns pontos segundo as necessidades do espetacular integrado. Previu-se, assim, para a pior das eventualidades, uma táctica, dita por chalaça «das Três Culturas», em evocação duma praça do México no Verão de 1968, mas desta vez sem cerimónias e que, de resto, deveria ser aplicada antes do dia da revolta. E fora casos tão extremos, não é necessário, para ser um bom meio de governo, que o assassinato inexplicado toque muita gente ou reapareça frequentemente: o simples facto de saber-se que essa possibilidade existe, complica imediatamente os cálculos num vasto número de domínios. Não há sequer necessidade de ser inteligentemente seletivo, *ad hominem.* O emprego deste procedimento, duma maneira puramente aleatória, seria talvez mais produtivo.

Está-se também em situação de mandar compor fragmentos de uma crítica social *de domesticação* que deixará de ser confiada aos universitários ou aos mediáticos, a quem mais vale daqui em diante manter afastados das mentiras demasiado tradicionais neste debate; mas será uma crítica melhor, lançada e explorada de uma forma nova, manejada por uma outra espécie de profissionais, melhor formados. Começam a aparecer, de urna maneira bastante confidencial, textos lúcidos, anónimos ou assinados por desconhecidos — táctica aliás facilitada pela concentração de conhecimentos de todos sobre os bobos do espetáculo; a qual faz com que os desconhecidos pareçam justamente os mais estimáveis -, não apenas sobre temas que nunca são abordados no espetáculo, mas ainda com argumentos cuja justeza é tornada mais marcante pela espécie de originalidade, calculável, que lhes advém do facto de não serem em suma *nunca utilizados, ainda que sejam bastante evidentes.* Esta prática pode servir pelo menos de primeiro grau de iniciação para recrutar espíritos um pouco despertos, a quem se dirá mais tarde, se forem proveitosos, uma maior dose da continuação possível. E o que será para alguns, o primeiro passo de uma carreira, será para outros — menos bem classificados — o primeiro degrau da armadilha na qual serão apanhados.

Em certos casos, trata-se de criar, sobre questões que correriam o risco de tornar-se escaldantes, uma outra pseudo-opinião crítica; e entre as duas opiniões que, assim, surgiriam uma e outra estranhas às miseráveis convenções espetaculares, o juízo ingénuo poderá oscilar indefinidamente, e a discussão para as avaliar será relançada cada vez que convenha. Trata-se a maior parte das vezes de

um discurso geral sobre aquilo que está midiaticamente escondido e este discurso poderá ser fortemente crítico, e nalguns pontes manifestamente inteligente, mas ficando curiosamente descentrado. Os temas e as palavras foram selecionados artificialmente, com a ajuda de computadores informados em pensamento crítico. Há nestes textos algumas falhas, bem pouco visíveis, mas apesar disso dignas de ser assinaladas: neles, o ponto de fuga da perspectiva está sempre anormalmente ausente. Parecem-se com o *fac-simile* de uma arma célebre, a que falta apenas o percutor. É necessariamente uma *crítica lateral* que vê várias coisas com muita franqueza e justeza, mas colocando-se de lado. Isto não porque finja uma qualquer imparcialidade, pois é-lhe necessário pelo contrário ter ar de censurar muito, mas sem nunca mostrar sentir a necessidade de deixar aparecer qual é *a sua causa;* portanto, de dizer, mesmo implicitamente, donde vem e para onde desejaria ir.

A esta espécie de falsa crítica contra-jornalística, pode juntar-se a prática organizada do *rumor,* do qual se sabe ser originariamente uma espécie de resgate selvagem da informação espetacular, pois, toda a gente pressente nele, pelo menos vagamente, um carácter enganador, e daí a pouca confiança que merece. O rumor foi na sua origem supersticioso, ingénuo, autointoxicado. Mas, mais recentemente, a vigilância começou a colocar na população gente susceptível de lançar, ao primeiro sinal, os rumores que poderão convir-lhe. Aqui, decidiu-se aplicar na prática as observações de uma teoria formulada há perto de trinta anos, e cuja origem se encontrava na sociologia americana da publicidade: a teoria dos indivíduos a quem se pôde chamar de «locomotivas», isto é, que outros a sua volta vão ser levados a seguir e imitar, mas passando desta vez do espontâneo ao preparado. Presentemente também se libertaram os meios orçamentais ou extra-orçamentais para sustentar muitos supletivos, ao lado dos anteriores especialistas, universitários e mediáticos, sociólogos ou polícias, do passado recente. Acreditar que se aplicam ainda mecanicamente alguns modelos conhecidos do passado é tão enganador como a ignorância geral do passado. «Roma já não é Roma» e a Máfia já não é a ralé. E os serviços de vigilância e desinformação parecem-se cada vez menos com o trabalho dos policias e informadores de outrora — por exemplo, aos bófias e bufos do Segundo Império — assim como os serviços especiais atuais, em todos os países, se parecem pouco com as atividades dos oficiais da Segunda Divisão do Estado-maior do Exército em 1914.

Desde que a arte morreu, sabe-se que se tornou extremamente fácil disfarçar polícias de artistas. Quando as últimas imitações dum neo-dadaismo regressado são autorizadas a pontificar gloriosamente no mediático, e, portanto, também a modificar um pouco a decoração dos palácios oficiais, como os bobos dos reis de pacotilha, vê-se que simultaneamente uma cobertura cultural se encontra garantida a todos os agentes ou auxiliares das redes de influência do Estado. Abrem-se pseudo-museus vazios, ou pseudo-centros de investigação sobre a obra completa duma personagem inexistente, tão depressa como se faz a reputação de jornalistas-policiais, ou

historiadores-policiais, ou romancistas-policiais. Arthur Cravan via sem dúvida chegar este mundo quando escrevia em *Maintenant:* «Na rua em breve não se verá senão artistas, e ter-se-á todas as dificuldades do mundo para aí descobrir um homem.» Tal é também o sentido desta forma rejuvenescida dum antigo dito humorístico da vadiagem de Paris: «Olá artistas! Estou-me a cagar se me engano.»

Tendo chegado as coisas a serem aquilo que são, pode ver-se alguns autores coletivos empregados da edição mais moderna, quer dizer, aquela que dispõe da melhor difusão comercial. Sendo a autenticidade dos seus pseudónimos assegurada apenas pelos jornais, estes autores coletivos repetem-se, colaboram, substituem-se, empregam novos cérebros artificiais. Estão encarregados de exprimir o estilo de vida e de pensamento da época, não em virtude da sua personalidade, mas segundo ordens. Aqueles que pensam que eles são verdadeiramente empreendedores literários individuais, independentes, podem então chegar a assegurar sabiamente que, agora, Ducasse zangou-se com o conde de Lautréamont; que Dumas não é Macquet e que é preciso sobretudo não confundir Erckman com Chatrian; e que Censier e Daubenton já não se falam. Seria melhor dizer que este género de autores modernos quis seguir Rimbaud, pelo menos nisto, «Eu é um outro».

Os serviços secretos foram chamados por toda a história da sociedade espetacular a jogar nela o papel de placa giratória central, já que neles se concentram ao mais alto grau as características e os meios de execução duma semelhante sociedade. São também cada vez mais encarregados de arbitrar os interesses gerais desta sociedade, ainda que sob o seu modesto título de «serviços». Não se trata de abuso, já que eles exprimem fielmente os costumes ordinários do século do espetáculo. E é assim que vigilantes e vigiados se afastam rapidamente num oceano sem limites. O espetáculo fez triunfar o segredo, e este deverá permanecer cada vez mais nas mãos dos *especialistas do segredo* que, bem entendido, não são todos funcionários autonomizando-se, a diferentes níveis, do controlo do Estado; que não são todos funcionários.

XXIX

Uma lei geral do funcionamento do espetacular integrado, pelo menos para aqueles que lhe gerem a conduta é que, neste quadro, *tudo aquilo que pode fazer-se deve ser feito.* Quer dizer que todo o novo instrumento deve ser utilizado, custe o que custar. A ferramenta nova torna-se em todo o lado o fim e o motor do sistema; e será a única a poder modificar consideravelmente a sua marcha, cada vez que o seu emprego é imposto sem outra reflexão. Os proprietários da sociedade, com efeito, querem antes de mais manter uma certa «relação social entre as pessoas» mas é-lhes necessário também continuar nela a renovação tecnológica incessante; porque esta foi uma das obrigações que aceitaram com a sua herança. Por conseguinte, esta lei aplica-se igualmente aos serviços que protegem a dominação. O instrumento que se pôs em estado de funcionamento deve ser utilizado e o seu uso reforçará as

mesmas condições que favorecem este emprego. É assim que os procedimentos de urgência se tornam processes de sempre.

A coerência da sociedade do espetáculo tem, duma certa maneira, dado razão aos revolucionários, visto que se tornou claro que nela não pode reformar-se o mais pequeno detalhe sem desfazer o conjunto. Mas, ao mesmo tempo, esta coerência suprimiu toda a tendência revolucionária organizada suprimindo os terrenos sociais onde ela tinha podido, mais ou menos bem, exprimir-se: do sindicalismo aos jornais, da cidade aos livros. Num mesmo movimento pôs-se a claro a incompetência e a irreflexão de que esta tendência era naturalmente portadora. E no plano individual, a coerência que reina é bem capaz de eliminar, ou comprar, certas exceções eventuais.

XXX

A vigilância poderia ser muito mais perigosa se não tivesse sido empurrada, na via do controlo absoluto de todos, até a um ponto onde ela encontra dificuldades resultantes dos seus próprios progressos. Há contradição entre a massa de informações recolhidas sobre um número crescente de indivíduos, e o tempo e a inteligência disponíveis para as analisar; ou muito simplesmente o seu possível interesse. A abundância da matéria obriga a resumi-la a cada passo: muita desaparece, e a restante é ainda demasiado extensa para ser lida. A conduta da vigilância e da manipulação não está unificada. Em todo o lado, com efeito, luta-se pela partilha dos benefícios; e, por conseguinte, também pelo desenvolvimento prioritário desta ou daquela virtualidade da sociedade existente, em detrimento de todas as suas outras virtualidades que, entretanto, são tidas por igualmente respeitáveis, contanto que sejam da mesma laia.

Luta-se também por jogo. Cada oficial implicado é levado a sobrevalorizar os seus agentes, e também os adversários de que se ocupa. Cada país, sem fazer menção das numerosas alianças supranacionais, possui presentemente um número indeterminado de serviços de polícia ou contraespionagem, e de serviços secretos estatais ou paraestatais. Existem também muitas companhias privadas que se ocupam da vigilância, proteção, informação. As grandes firmas multinacionais têm naturalmente os seus próprios serviços; mas igualmente as empresas nacionalizadas, mesmo de dimensão modesta, que não deixam de ter a sua política independente, no plano nacional e por vezes internacional. Pode ver-se um grupo industrial nuclear opor-se a um grupo petrolífero, ainda que sejam um e outro propriedade do mesmo Estado e, mais ainda, que estejam dialeticamente unidos um ao outro pelo seu apego em manter elevado o preço do petróleo no mercado mundial. Cada serviço de segurança duma indústria particular combate a sabotagem no seu seio, e em caso de necessidade organiza-a no seu rival: quem investe grandes interesses num túnel submarino é favorável à insegurança dos *ferry-boats* e pode pagar a jornais em dificuldades para a fazer sentir na primeira ocasião, e sem

demorada reflexão; e quem faz concorrência à Sandoz é indiferente aos lençóis de água freáticos do Vale do Reno. Vigia-se secretamente o que é secreto. De maneira que cada um desses organismos, confederados com muita flexibilidade à volta daqueles que têm a seu cargo a *razão de Estado,* aspira por conta própria a uma espécie de hegemonia privada de sentido. Pois o sentido perdeu-se com o centro conhecível.

A sociedade moderna que, até 1968, ia de êxito em êxito e estava persuadida de que era amada, teve de renunciar desde então a estes sonhos; prefere ser temida. Sabe bem que «o seu ar de inocência já não voltará mais».

Assim, mil e uma conspirações a favor da ordem estabelecida enredam-se e combatem-se um pouco por todo o lado, com a imbricação cada vez mais estendida das redes e das questões ou ações secretas; e o seu processo de integração rápida em cada ramo da economia, da política, da cultura. O teor da mistura em observadores, em desinformadores, em serviços especiais, aumenta continuamente em todas as zonas da vida social. A conspiração geral tornou-se tão densa que se espalha quase às claras, cada um dos seus ramos pode começar a incomodar ou inquietar o outro, pois todos estes conspiradores profissionais chegam a observar-se sem saber exatamente porquê, ou encontram-se por acaso, sem poder recolher-se com segurança. Quem quer observar quem? Por conta de quem, aparentemente? Mas na realidade? As verdadeiras influências permanecem escondidas e as últimas intenções não podem ser senão muito dificilmente suspeitadas, quase nunca compreendidas. De modo que ninguém pode dizer que não é enganado ou manipulado, mas é só em raros instantes que o próprio manipulador pode saber se foi vencedor. E, por outro lado, encontrar-se do lado ganhador da manipulação não quer dizer que se tenha escolhido com justeza a perspectiva estratégica. É assim que êxitos tácticos podem atolar grandes forças em maus caminhos.

Numa mesma rede, perseguindo aparentemente um mesmo fim, aqueles que não constituem senão uma parte da rede são obrigados a ignorar todas as hipóteses e conclusões das outras partes, e sobretudo do seu núcleo dirigente. O facto bastante notório de que todas as informações sobre qualquer assunto observado podem ser também completamente imaginárias, ou gravemente falseadas, ou interpretadas muito inadequadamente, complica e torna pouco seguros, numa vasta medida, os cálculos dos inquisidores; pois aquilo que é suficiente para condenar alguém não é tão seguro quando se trata de o conhecer ou de o utilizar. Já que as fontes de informação são rivais, as falsificações são-no também.

É a partir de tais condições do seu exercício que pode falar-se de uma tendência para a rentabilidade decrescente do controlo, à medida que este se aproxima da totalidade do espaço social, e que consequentemente aumenta o seu pessoal e os seus meios. Pois aqui cada meio aspira, e trabalha, por transformar-se num fim. A vigilância vigia-se a si própria e conspira contra ela mesma.

Finalmente a sua principal contradição atual é que vigia, infiltra, influencia, *um*

partido ausente: aquele que é suposto querer a subversão da ordem social. Mas onde se vê a sua obra? Porque é verdade que nunca as condições foram por todo o lado tão gravemente revolucionárias, foi tão perfeitamente privada do seu pensamento que está desde há muito tempo dispersa. Por isso ela não é mais do que uma ameaça vaga, porém muito inquietante, e a vigilância foi por sua vez privada do melhor campo da sua atividade. Esta força de vigilância e de intervenção é justamente conduzida pelas necessidades presentes, que comandam as condições do seu compromisso, a colocar-se no próprio terreno da ameaça para a combater *de antemão.* Eis porque a vigilância terá interesse em organizar ela própria pólos de negação que dará a conhecer fora dos meios desacreditados do espetáculo a fim de influenciar, já não os terroristas, mas, desta vez, as teorias.

XXXI

Baltasar Gracián, grande conhecedor do tempo histórico, diz com muita oportunidade no *Oráculo manual y arte* de *prudência:* «Seja a ação, seja o discurso, tudo deve ser medido na altura. E preciso querer quando se pode, pois nem a estação nem o tempo esperam por ninguém».

Mas Omar Khayyan, menos optimista: «Falando claramente sem parábolas — Nós somos as peças do jogo que joga o Céu — Divertem-se conosco no tabuleiro do Ser — E depois voltamos, um a um, para a caixa do Nada.»

XXXII

A Revolução Francesa arrastou consigo grandes mudanças na arte da guerra. Foi depois desta experiência que Clausewitz pôde estabelecer a distinção segundo a qual, a táctica era o emprego das forças no combate para ai obter a vitória, enquanto que a estratégia era o emprego das vitórias para atingir os fins da guerra. A Europa foi subjugada, sem demora e por longo período, pelos resultados. Mas a teoria só mais tarde foi estabelecida, e desigualmente desenvolvida. Em primeiro lugar compreenderam-se os caracteres positivos trazidos diretamente por uma profunda transformação social: o entusiasmo, a mobilidade em que vivia o pais tornando-se relativamente independente dos armazéns e comboios, a multiplicação dos efetivos. Estes elementos práticos acharam-se um dia equilibrados pela entrada em ação, do lado contrário, de elementos similares: Os exércitos franceses chocaram-se em Espanha com um outro entusiasmo popular; no espaço russo, com um pais no qual não puderam viver; depois do levantamento da Alemanha com efetivos muito superiores. Entretanto, o efeito de ruptura na nova táctica francesa, que foi a base simples sobre a qual Bonaparte fundou a sua estratégia — esta consistia em empregar as vitórias *de antemão,* como adquiridas a crédito: concebendo desde o início a manobra e as suas diversas variantes enquanto consequências duma vitória que não estava ainda obtida, mas sê-lo-ia seguramente

ao primeiro cheque —, resultava também do abandono forçado de ideias falsas. Esta táctica tinha sido bruscamente obrigada a libertar-se destas ideias falsas, ao mesmo tempo que encontrava, pelo jogo concomitante das outras inovações citadas, os meios duma tal libertação. Os soldadas franceses, de recente leva, eram incapazes de combater em linha, quer dizer, de permanecer na sua fileira e fazer fogo à voz de comando. Eles vão então deslocar-se como caçadores e praticar o fogo à vontade marchando sobre o inimigo. Ora, o fogo à vontade descobria-se ser precisamente o único eficaz, aquele que operava realmente a destruição pelo fuzil, a mais decisiva nesta época no afrontamento dos exércitos. Contudo o pensamento militar tinha-se universalmente recusado a chegar a uma tal conclusão no século que finalizava, e a discussão desta questão pôde ainda prolongar-se durante quase um outro século, apesar dos exemplos constantes da prática dos combates, e os progressos incessantes no alcance e velocidade de tiro de fuzil.

Semelhantemente, o estabelecimento da dominação espetacular é uma transformação social tão profunda que mudou radicalmente a arte de governar. Esta simplificação, que tão depressa deu tais frutos na prática, ainda não foi plenamente compreendida teoricamente. Velhos preconceitos por todo o lado desmentidos, precauções tornadas inúteis, e até mesmo vestígios de escrúpulos doutros tempos, estorvam ainda um pouco no pensamento de numerosos governantes esta compreensão, que toda a prática estabelece e confirma dia a dia. Não somente se faz crer aos submetidos que ainda estão, no essencial, num mundo que se fez desaparecer, como os próprios governantes sofrem por vezes da inconsequência de ainda acreditarem nisso nalguns aspectos. Acontece-lhes pensar numa parte daquilo que suprimiram como se permanecesse uma realidade, e que deveria continuar presente nos seus cálculos. Este atraso não se prolongará muito. Quem pôde fazer tanto sem esforço ira forçosamente mais longe. Não se deve crer que possam manter-se duravelmente, como um arcaísmo, nas cercanias do poder real, aqueles que não tiverem muito rapidamente compreendido toda a plasticidade das novas regras do seu jogo, e a sua espécie de grandeza bárbara. O destino do espetáculo não é certamente acabar em despotismo esclarecido.

Falta concluir que uma substituição é iminente e inevitável na casta cooptada que gere a dominação, e particularmente naquela que dirige a proteção desta dominação. Numa tal matéria, a novidade, seguramente, nunca será exposta na cena do espetáculo. Somente aparece como o raio, que apenas se reconhece pelas suas consequências. Esta substituição que vai concluir decisivamente a obra dos tempos espetaculares, opera-se discretamente e, ainda que respeitante a indivíduos já todos instalados na própria esfera do poder, conspirativamente. Selecionará aqueles que nela tomarão parte segundo esta exigência principal: que saibam claramente de que obstáculos se livraram, e do que são capazes.

XXXIII

O mesmo Sardou diz também: *«Vãmente* é relativo ao sujeito; *em vão* é relativo ao objeto; *inutilmente,* é sem utilidade para ninguém. Trabalhou-se *vãmente* quando se o fez sem êxito, de modo que se perdeu o seu tempo e o seu esforço: trabalhou-se *em vão* quando se o fez sem atingir o fim que se propunha, por causa da imperfeição da obra. Se eu não puder concluir a minha tarefa, trabalho *vãmente;* perco inutilmente o meu tempo e o meu esforço. Se a minha tarefa acabada não teve o efeito que esperava, se eu não atingi o meu fim, trabalhei em *vão;* quer dizer que fiz uma coisa inútil...

Também se diz que alguém trabalhou vãmente, quando não é recompensado pelo seu trabalho, ou porque este trabalho não agradou; pois nesse caso o trabalhador perdeu o seu tempo e o seu esforço, sem prejulgar de modo nenhum o valor do seu trabalho, que pode alias ser muito bom.»

GUY DEBORD
(Paris, Fevereiro-Abril 1988.)

Refutação de todas as críticas, tanto elogiosas como hostis, até aqui publicadas sobre o filme: "A Sociedade do Espetáculo"

GUY DEBORD

1975 (Simmar Films)

A organização espetacular da presente sociedade de classes acarreta duas consequências reconhecíveis em toda a parte: por um lado, a falsificação generalizada dos produtos, tal como dos raciocínios; por outro, a obrigação, para todos os que pretendem nela encontrar a felicidade pessoal, de se manterem sempre a grande distância daquilo que fingem amar - pois nunca dispõem dos meios, intelectuais ou outros, para disso chegarem a um conhecimento direto e aprofundado, a uma prática completa e a um gosto autêntico.

Isto que é já bastante evidente quando se trata do habitat, do vinho, do consumo cultural ou da liberalização dos costumes, deve ser naturalmente bastante mais vincado quando se trata da teoria revolucionária e da terrível linguagem que ela mantém sobre um mundo condenado.

Esta falsificação ingênua e esta aprovação incompetente, que são como que o odor específico do espetáculo, nunca deixaram portanto de ilustrar os comentários, diversamente incompreendidos, que responderam ao filme intitulado *A Sociedade do Espetáculo.*

A incompreensão, neste caso, impõe-se ainda por algum tempo. O espetáculo é uma miséria, mais que uma conspiração. E os que escrevem nos jornais do nosso tempo não nos escondem nada da sua inteligência: usam normalmente toda a que têm. Que poderiam eles dizer de pertinente acerca de um filme que ataca, em bloco, os seus hábitos e ideias, e os ataca no momento em que eles próprios começam a senti-los desmoronarem-se em cada detalhe? A debilidade das suas reações acompanha a decadência do seu mundo. Os que dizem que gostam deste filme gostaram em demasia doutras coisas para poder gostar dele; os que dizem que não gostam dele, também eles aceitaram muitas outras coisas para que o seu julgamento tenha o menor peso.

Quem atenta na pobreza da sua vida compreende bem a pobreza dos seus discursos. Basta ver os adornos e as ocupações deles, as suas mercadorias e cerimónias; e isto está à vista por todo o lado. Basta ouvir as vozes imbecis que vos

dizem aquilo em que vos tornásseis na alienação, e que lhe dizem com desprezo, a cada hora que passa...

Os espectadores não encontram o que desejam; eles desejam o que encontram.

O espetáculo não rebaixa os homens até fazer-se amar por eles; mas muitos são pagos para fazer de conta. Agora que já não podem ir ao ponto de assegurar que esta sociedade é plenamente satisfatória, apressam-se em primeiro lugar a afirmar-se insatisfeitos com toda a crítica do que existe. Todos os insatisfeitos se creem merecedores de melhor. Mas acaso imaginam eles que queremos convencê-los? Acreditarão eles que ainda estão a tempo de se ligar a uma tal crítica, se por uma vez esta aceitasse a sua adesão? Acreditarão poder falar fazendo esquecer *o sítio donde* falam, eles, os locatários do território da aprovação?

Será motivo de espanto, num futuro mais livre e mais verídico, que os escribas do sistema da mentira espetacular tenham podido julgar-se qualificados para dar a sua opinião, e pesar tranquilamente os prós e os contras, a propósito de um filme que é a negação do espetáculo; como se a dissolução deste sistema fosse uma questão de opiniões. O seu sistema é agora atacado na realidade; defende-se pela força; já não tem curso a moeda falsa dos argumentos deles, e portanto o desemprego ameaça presentemente um bom número de quadros da falsificação.

Os mais tenazes, entre estes mentirosos em falência, ainda fingem interrogar-se se a sociedade do espetáculo existirá de fato, ou se por acaso não terei sido eu o inventor dela. Mas como, de há uns anos para cá, a floresta da história se pôs em marcha contra o seu castelo de cartas falsas, e continua neste preciso momento a apertar o cerco, quase todos estes comentadores têm agora a baixeza de saudar a excelência do meu livro, como se fossem capazes de o ler e como se o tivessem acolhido com esse respeito em 1967. Mas geralmente acham que abuso da sua paciência ao levar este livro à tela. E o golpe é lhes ainda mais doloroso porque não tinham imaginado possível um tal excesso. A sua cólera confirma que a aparição de tal crítica no cinema os inquieta mais que em livro. Neste caso como noutros, ei-los obrigados a bater em retirada, para uma segunda linha de defesa. Muitos culpam este filme de ser difícil de compreender. Segundo alguns, as imagens impedem a compreensão das palavras, a menos que seja o contrário. Dizendo que este filme os cansa, e elevando altivamente o seu particular cansaço a critério geral da comunicação, quereriam antes dar a impressão que compreendem sem esforço, que quase aprovam, a mesma teoria quando exposta apenas num livro. E depois, procuram fazer passar como um simples desacordo sobre uma concepção do cinema o que é, na verdade, um conflito sobre uma concepção da sociedade; e uma guerra aberta na sociedade real.

Mas porque haveriam eles de compreender, melhor que um filme que os ultrapassa, tudo o mais que lhes acontece numa sociedade que tão perfeitamente os deixou condicionados pelo cansaço mental? Como se encontraria a sua fraqueza em melhor posição para discernir, no ruído ininterrupto de tantas mensagens

simultâneas da publicidade ou do governo, todos os grosseiros sofismas que tendem a fazê-los aceitar o seu trabalho e os seus ócios, o pensamento do presidente Giscard e o sabor dos amiláceos? A dificuldade não está no meu filme, está nas suas cabeças prosternadas.

Nenhum filme é mais difícil que a sua época. Por exemplo, há quem compreenda e quem não compreenda, que quando se ofereceu aos franceses, segundo uma velha receita do poder, um novo ministério chamado "Ministério da Qualidade de Vida", era simplesmente, como dizia Maquiavel, "para que conservassem ao menos o nome do que tinham perdido". Há quem compreenda e quem não compreenda, que a luta de classes em Portugal foi em primeiro lugar e principalmente dominada pelo confronto entre os operários revolucionários, organizados em assembleias autônomas, e a burocracia estalinista, guarnecida com generais derrotados. Os que compreendem isto são os mesmos que podem compreender o meu filme; e eu não faço filme para os que não compreendem, ou dissimulam, isto.

Se todos os comentários provêm da mesma zona poluída pela indústria espetacular, eles são, como as mercadorias de hoje, aparentemente variados. Vários afirmaram que estavam entusiasmados com este filme e tentaram em vão dizer porquê. Cada vez que me vejo aprovado por pessoas que deviam ser meus inimigos, pergunto- me que erro cometeram eles nos seus raciocínios. Geralmente é fácil de descobrir. Encontrando uma estranha quantidade de novidades, e uma insolência que nem sequer podem compreender, consumidores de vanguarda procuram aqui aproximar-se duma aprovação impossível reconstruindo algumas belas estranhezas de um lirismo individual, que não estava lá.

Assim, um quer admirar no meu filme "um lirismo da raiva"; outro descobriu nele que a passagem de uma época histórica comportava uma certa melancolia; outros, que seguramente sobrestimam os refinamentos da vida social atual, atribuem-me um certo dandismo. Em tudo isto, esta velha canalha da época prossegue "a sua mania *de negar o que existe e de explicar o que não existe".* A teoria crítica que acompanha a dissolução de uma sociedade não se entrega à raiva, e muito menos exibiria a mera imagem desta. Ela compreende, descreve, e dedica-se a precipitar um movimento que se desenrola efetivamente sob os nossos olhos. Quanto aos que nos apresentam a sua pseudo-raiva como um material artístico tornado moda, bem sabemos que com isso não procuram senão compensar a subserviência, os compromissos e as humilhações da sua vida real; no que espectadores não terão dificuldade em se identificar com eles.

A hostilidade é naturalmente maior cada vez que se exprimem sobre o meu filme os que são, politicamente, reacionários. É assim que um aprendiz de burocrata quer à força aprovar a minha audácia em "fazer um filme político não contando uma história, mas filmando diretamente a teoria". Só que, ele não suporta minimamente a minha teoria. Cheira-lhe que, sob a aparência da "esquerda sem concessões" eu escorregaria mais para a direita, e é por isso que eu ataco sistematicamente "os

homens da esquerda unida". Eis precisamente os vocábulos exagerados com que este cretino encheu a boca. Que união? que esquerda? que homens?

Salta à vista que não passa da união dos estalinistas com outros inimigos do proletariado. Cada um dos parceiros conhece bem o outro e trapaceiam desastradamente entre si, acusando-se mutuamente com grandes berros todas as semanas; mas esperam poder ainda trapacear frutuosamente em comum contra todas as iniciativas revolucionárias dos trabalhadores, para conservar, com o acordo de ambos, o essencial do capitalismo, se não conseguirem salvar-lhe todos os detalhes. São os mesmos que reprimem em Portugal, como outrora em Budapeste, as "greves contrarrevolucionárias" dos operários; os mesmos que aspiram a "comprometer-se historicamente” na Itália; os mesmos que se chamavam o governo da Frente Popular quando sabotavam as greves de 1936 e a revolução espanhola.

A esquerda unida não passa de uma pequena mistificação defensiva da sociedade espetacular, um caso particular cuja vida é breve, pois o sistema só se serve dela ocasionalmente. Apenas a referi de passagem no meu filme; mas, bem entendido, ataco-a com o desprezo que merece; como depois a atacamos em Portugal, num campo mais belo e mais vasto.

Um jornalista próximo da mesma esquerda, que depois alcançou uma certa notoriedade vangloriando-se de ter publicado um inverossímil falso documento porque é assim que concebe a liberdade de imprensa, é também grosseiramente falsificador quando insinua que eu nunca teria atacado os burocratas de Pequim tão claramente como as outras classes dominantes. Deplora, por outro lado, que um espírito com a qualidade do meu se contente com um "cinema de gueto", que as multidões pouca oportunidade terão de ver. O argumento não me convence: prefiro ficar na sombra, com essas multidões, a consentir arengar-lhes no clarão artificial manipulado pelos seus hipnotizadores.

Outro jesuíta igualmente pouco dotado finge, pelo contrário, interrogar-se se denunciar publicamente o espetáculo não seria já entrar no espetáculo? Vê-se bem o que pretendia obter tão extraordinário purismo num jornal: que nunca ninguém aparecesse no espetáculo como inimigo.

Aqueles que nem sequer têm um posto subalterno a perder na sociedade espetacular, mas apenas a ambiciosa esperança de, um dia destes, nela constituir o turno mais juvenil, manifestaram mais franca e furiosamente o seu descontentamento, e até ciúme. Um anônimo muito representativo expôs longamente as teses do mais recente conformismo, no seu lugar natural, no semanário da trupe cômica do eleitorado mitterrandista.

O anônimo acha que teria ficado muito bem filmar o meu livro em 1967, mas que em 1973 era demasiado tarde. Apresenta como prova o fato de que lhe parece urgente que se deixe a partir de agora de falar de tudo o que ele ignora: Marx; Hegel; os livros em geral porque não poderiam ser um instrumento adequado de emancipação; todo o emprego do cinema, pois é apenas cinema; a teoria ainda mais

que o resto; e a própria história, donde se gaba de ter saído anonimamente.

Um pensamento tão decomposto não pôde evidentemente ressumar senão das paredes desoladas de Vincennes. Que se lembre um estudante de Vincennes, nunca se viu nascer uma teoria. E é precisamente lá que se preconiza, provisoriamente ao que parece, a anti-teoria. Que mais teriam eles para vender, contra um lugar de mestre- assistente na neo-universidade? Não que eles se contentem com isso, indo hoje o mais desclassificado dos candidatos-recuperadores badalar por todo o lado para ser no mínimo diretor de coleção junto de um editor, e se possível encenador: o anônimo de algures não esconde que me inveja os ganhos, faustosos a seu ver, do cinema. Podemos portanto ficar certos que nenhuma destas anti-teorias atingirá facilmente o silêncio, que é a sua única realização autêntica, porque nesse caso os seus corifeus não passariam de assalariados sem qualificação. De fato o anônimo abre o seu jogo no fim. O impostor não desejara dissolver a história senão para escolher outra no seu lugar. Queria designar os pensadores do futuro. E esta cabeça de defunto avança friamente os nomes de Lyotard, Castoriadis, e outros apanha-migalhas a reboque; ou seja, pessoas que há mais de quinze anos tinham lançado os seus faróis, sem chegar a deslumbrar por aí além o seu século.

Nenhum perdedor ama a história. E por outro lado, quando se nega a história em família, porque haveria o carreirismo mais genuinamente inovador de fazer cerimônia em agarrar-se a quinquagenários recuperados? Porque haveríamos de achar contraditório fazer-se passar por um anônimo que mudou de tal modo após 1968, e confessar que ainda nem sequer se chegou ao desprezo dos professores? Este anónimo ainda assim tem o mérito de ter ilustrado, melhor que os outros, a inépcia da reflexão anti-histórica de que se reclama; como as reais intenções deste falso desprezo que os impotentes opõem à realidade. Ao postular que era demasiado tarde para empreender uma adaptação cinematográfica de *A Sociedade do Espetáculo* seis anos após a aparição do livro, esquece em primeiro lugar o fato de que não houve sem dúvida três livros de crítica social tão importantes nos últimos cem anos. Quer esquecer por outro lado que eu próprio tinha escrito o livro. Falta qualquer termo de comparação para avaliar se eu fui demasiado lento ou demasiado rápido, pois é óbvio que os melhores dos meus antecessores não dispunham do cinema. De modo que, confesso, senti-me muito bem por ser o primeiro a realizar esta espécie de proeza.

Os defensores do espetáculo acabarão por reconhecer este novo emprego do cinema, tão lentamente como vieram a reconhecer o fato de que uma nova época de contestação revolucionária sapa a sociedade deles; mas serão obrigados a reconhecê-lo com igual inevitabilidade. Seguindo o mesmo caminho, primeiro calam-se; depois falam de lado do assunto. Os comentadores do meu filme estão neste estádio.

Os especialistas do cinema disseram que havia nele uma má política revolucionária; e os políticos de todas as esquerdas ilusionistas disseram que era

mau cinema. Mas quando se é ao mesmo tempo revolucionário e cineasta demonstra-se facilmente que o generalizado azedume deles decorre da evidência de que o filme em questão é a crítica exata da sociedade que eles não sabem combater; e um primeiro exemplo do cinema que eles não sabem fazer.

Tradução de B. A.

(*) Em inglês no original (N. T.).
(*) Em inglês no original (N. T.).

Sobre o autor



Guy Debord nasceu em Paris, no ano de 1931. No início da década de 50, Debord une-se ao grupo dos *Lettristes*, liderado por Isidore Isou, e conclui seu primeiro filme, chamado Hurlements en faveur de Sade, em 1952. Desliga-se do grupo, formando com Gil J. Wolman o grupo dissidente do Letrismo Internacional e, logo em seguida, o grupo que ficou conhecido como Internacional Situacionista. Seu livro *A Sociedade do Espetáculo* (e mais tarde FILME) é considerado um dos catalisadores do movimento estudantil do fim da década de 60, em especial o levante de Maio de 68, em Paris.

A crítica política e estética de Guy Debord é fortemente influenciada por sua formação marxista. Não estou interessado em defender todas as opiniões de Debord, discordo de muitas de suas interpretações e de muito de sua postura ditatorial na liderança do grupo da *Internacional Situacionista*. Porém, tanto os *lettristes* parisienses (liderados pelo romeno Isidore Isou) quanto o grupo internacional situacionista são exemplos de como o trabalho estético pode atingir uma carga altamente experimental, sem abandonar uma preocupação est(É)tica. São a ilustração perfeita do que Maiakóvski queria dizer ao afirmar que "não há arte revolucionária sem forma revolucionária", e fizeram isto sem retornar à metáfora, ao soneto, ou ao Barroco do século XVII. Tanto os Letristas quanto os Situacionistas retomaram algumas das propostas mais radicais da pesquisa dos Dadaístas, pesquisa que havia sido suspensa pelas consequências da Primeira Guerra, que culminariam na Segunda, reinventando a colagem e a união da "vidobra" a partir das técnicas do "dérive" e do "détournement", que demonstram uma compreensão bastante clara do papel do contexto na compreensão da estética de seu tempo. Alguns dos filmes e poemas destes artistas permanecem como alguns dos trabalhos de recusa mais radicais do pós-guerra, quando a Poesia Concreta, por exemplo, sempre temeu aventurar-se a ir muito distante da semântica e da lógica, além de propor-se a manufatura de "poemas-produtos" para uma época e sociedade que os Situacionistas queriam combater. *(Escrevo isso na ingenuidade de quem acredita ainda ser possível questionar os mestres que me ensinaram a questionar os mestres).*

Muitos destes trabalhos permanecem desafiadores hoje, e as obras de cineastas contemporâneos,como por exemplo Jean-Luc Godard e Stan Brakhage, seriam impensáveis sem as intervenções de Isou e Debord. Sao ainda precursores das práticas contemporâneas da apropriação, recontextualização e do *sampler*.

Guy Debord cometeu suicídio em 1994.



nota de Ricardo Domeneck

Créditos

Texto coletado em: http://pt.protopia.at/wiki/Guy_Debord

Criação do ebook: RuriaK

.: Jerusalém, outubro de 2013 :.

.